

Territórios da Cidadania

2
0
1
0



PLANO DE EXECUÇÃO



Programa Territórios da Cidadania

Plano de Execução

2010

**As ações constantes neste relatório estão sendo executadas
no Território da Cidadania:**

Meio Oeste Contestado - SC .

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	
1	<u>Aquisição de Produtos Agropecuários / 2010</u>
2	<u>Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social / 2010</u>
Min. da Educação - MEC	
3	<u>Programa Dinheiro Direto na Escola / 2010</u>
4	<u>Proinfância / 2010</u>
5	<u>ProInfo Rural e Urbano / 2009 e 2010</u>
6	<u>Brasil Alfabetizado / 2010</u>
7	<u>Construção de Escolas em Comunidades Quilombolas / 2010</u>
8	<u>Construção de Escolas no Campo / 2010</u>
9	<u>Escola Ativa / 2010</u>
10	<u>ProJovem Campo - Saberes da Terra / 2010</u>
11	<u>Construção de Escolas em Comunidades Indígenas / 2010</u>
12	<u>Salas de Recursos Multifuncionais / 2010</u>
13	<u>Expansão das Escolas Técnicas / 2010</u>
Min. da Educação - MEC e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	
14	<u>Caminho da Escola / 2009 e 2010</u>
Min. da Integração Nacional - MI	
15	<u>Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais - PROMESO / 2010</u>
Min. da Saúde - MS	
16	<u>Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Especiais - Assentamentos e Comunidades Rurais / 2009</u>
17	<u>Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) / 2009</u>
18	<u>Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) / 2009</u>
19	<u>Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania / 2010</u>
20	<u>Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica / 2010</u>
21	<u>Ampliação do Acesso da População Brasileira à Atenção Básica por meio dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF / 2010</u>

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

22	<u>Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família / 2010</u>
23	<u>Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS / 2010</u>
24	<u>Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania aos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 / 2010</u>
25	<u>Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) - Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia / 2010</u>
26	<u>Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil / 2010</u>
27	<u>Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios da Cidadania / 2010</u>
Min. das Cidades - MCid	
28	<u>FNHIS - Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (contratações 2007 e 2008) / 2007 e 2008</u>
29	<u>FNHIS - Habitação de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009</u>
30	<u>FNHIS - Planos Habitacionais de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009</u>
Min. das Comunicações - MC	
31	<u>Operação do Sistema de Acesso Banda Larga / 2010</u>
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA	
32	<u>Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas / 2010</u>
33	<u>Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais / 2010</u>
34	<u>Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Quilombolas / 2010</u>
35	<u>Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais / 2010</u>
36	<u>Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária / 2010</u>
37	<u>Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas / 2010</u>
38	<u>Implantação e Recuperação de Infra-estrutura de Projetos de Assentamento / 2010</u>
39	<u>Terra Sol / 2010</u>
40	<u>Assistência Técnica e Capacitação de Assentados / 2010</u>
41	<u>Articulação para Implantação das Casas Digitais Rurais / 2010</u>
42	<u>ATER/Agricultores Familiares / 2010</u>
43	<u>Biodiesel / 2010</u>

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

44	<u>Crédito Pronaf / 2010</u>
45	<u>Programa de Aquisição de Alimentos - PAA / 2010</u>
46	<u>Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos / 2010</u>
47	<u>Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios / 2010</u>
48	<u>Formação de Agentes de Desenvolvimento / 2010</u>
49	<u>Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais / 2010</u>
50	<u>Programa Arca das Letras / 2010</u>
51	<u>Programa Nacional de Crédito Fundiário / 2010</u>
Min. do Desenvolvimento Social - MDS	
52	<u>Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência / 2010</u>
53	<u>Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa / 2010</u>
54	<u>Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS / 2010</u>
55	<u>Programa de Atenção Integral à Família / 2010</u>
56	<u>Serviço Socioeducativo do PETI / 2010</u>
57	<u>Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família / 2010</u>
58	<u>Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada / 2010</u>
59	<u>PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar / 2010</u>
Min. do Meio Ambiente - MMA	
60	<u>Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas / 2010</u>
61	<u>Fomento a Projetos Demonstrativos na Amazônia e na Mata Atlântica / 2010</u>

1 - Aquisição de Produtos Agropecuários / 2010

Ação (nome de fantasia):
Aquisição de Produtos Agropecuários / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Quilogramas (Kg)
Descrição:
Garantir aos produtores rurais, via aquisição direta, o Preço Mínimo estabelecido pelo Governo Federal quando o preço de seu produto praticado no mercado estiver abaixo do Mínimo.
Beneficiários:
Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, produtores rurais organizados ou não em associações e cooperativas.
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Unidade Executora:
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Com quem executa:
Agricultores, produtores rurais, associações e cooperativas.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Pode ser feita a solicitação, junto à Conab local, sempre que o preço de mercado do produto estiver abaixo do Preço Mínimo estabelecido pelo Governo Federal. Os produtos amparados e as normas para a aquisição de produtos encontram-se no site: www.conab.gov.br , item Manual Operações da Conab item 6 Aquisição do Governo Federal .
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Mobilizador/Articulador. Os encaminhamentos para viabilizar a execução da ação no Território dependerão das condições de mercado. Estando os preços de mercado abaixo do Mínimo, os pleitos solicitando que se realize a compra dos produtos em determinado local devem ser enviados, na forma de carta consulta, a CONAB. E-mails diges@conab.gov.br ou suoape@conab.gov.br

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Forma de acesso ao recurso:		
<p>Sempre que o preço de mercado do produto estiver abaixo do Mínimo, e houver interesse em vender seu produto para o Governo, o Colegiado deve se mobilizar a fim de contatar a Conab para entrega em armazéns locais ou para que esta abra Pólos Volantes de Compra. Os pólos serão abertos quando não houver Unidades Armazenadoras, próprias ou credenciadas, no local. Para a Conab receber o produto esse deve estar limpo, seco, classificado e enquadrado nos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Mapa. As despesas, segundo normas específicas, indenizáveis pela Conab são: a) sobretaxa e tarifa de armazenamento; b) classificação/reclassificação/análise; c) embalagem; d) INSS e ICMS.</p>		
Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
201.205.745 Quilogramas (Kg)	0 Quilogramas (Kg)	201.205.745 Quilogramas (Kg)
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 101.576.340,86	R\$ 0,00	R\$ 101.576.340,86
Maiores Informações:		
<p>www.conab.gov.br www.territoriosdacidadania.gov.br</p>		

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	1.365.780	723.863,40

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

2 - Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social / 2010

Ação (nome de fantasia):
Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Ações Implementadas
Descrição:
Solução de problemas ou viabilização de oportunidades econômicas agropecuárias que envolvam disponibilização de tecnologias ou demandas pesquisas para sua solução, de forma a garantir o desenvolvimento econômico, social e ambiental dos territórios rurais.
Beneficiários:
Agricultores Familiares, Assentados da Reforma Agrária, Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Extrativistas, Ribeirinhos, Povos Indígenas, entre outros.
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Unidade Executora:
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
Com quem executa:
Representantes do governo federal, governos estaduais, municipais, movimentos sociais, bancos de fomento
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Deverá ser uma demanda encaminhada pelo Colegiado Territorial à Embrapa, que poderá articular com parceiros para execução da ação.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Consultivo. Possíveis demandas devem ser encaminhadas pelo Colegiado Territorial à Embrapa que poderá articular com parceiros para execução da ação.
Forma de acesso ao recurso:

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Não existe forma de acesso direto, somente através da articulação de projetos que resultaram em ações integradas com atores locais e entidades parceiras para atendimento de demandas originadas no colegiado.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
153 Ações Implementadas	0 Ações Implementadas	153 Ações Implementadas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 9.700.360,00	R\$ 0,00	R\$ 9.700.360,00
Maiores Informações:		
www.embrapa.br www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	As alterações na quantidade de ações implementadas em cada território ocorrem, principalmente, em virtude da conclusão de projetos. Os novos projetos com atuação em território somente estarão disponíveis a partir de março de 2010, pois estão em processo de aprovação nos editais internos.
--	--

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	0	0,00	0	0,00

Encaminhamento do Colegiado: *

Comentário do(a) Gestor(a): Alteração na quantidade de ações implementadas ocorre principalmente em virtude da conclusão ou começo de novos projetos. Os novos projetos com atuação em território somente estarão disponíveis a partir de março de 2010, pois estão em processo de aprovação de editais internos.

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

3 - Programa Dinheiro Direto na Escola / 2010

Ação (nome de fantasia):
Programa Dinheiro Direto na Escola / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Escolas Apoiadas
Descrição:
O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi criado em 1995, com o nome de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE). Mais tarde, passou a se chamar PDDE, com a edição da Medida Provisória nº 2.178-36/2001. Sua finalidade é prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público. O objetivo da assistência financeira é a melhora da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático e a elevação dos índices de desempenho da educação básica.
Beneficiários:
Alunos, professores e profissionais da educação
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Educação - MEC
Unidade Executora:
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Com quem executa:
FNDE/Prefeituras
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Para escolas rurais localizadas em municípios com baixo IDEB há uma concessão de parcela extra de 50%.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Controle social.

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Forma de acesso ao recurso:

Os recursos do programa são transferidos independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênera, de acordo com o número de alunos extraído do censo escolar do ano anterior ao do repasse, e destinam-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos, devendo ser empregados: I - na aquisição de material permanente, quando receberem recursos de capital; II - na manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; III - na aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; IV- na avaliação de aprendizagem; V - na implementação de projeto pedagógico; VI - no desenvolvimento de atividades educacionais; VII - na implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola); VIII - no funcionamento das escolas nos finais de semana; e IX - na promoção da Educação Integral.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
44.427 Escolas Apoiadas	0 Escolas Apoiadas	44.427 Escolas Apoiadas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 94.798.791,36	R\$ 0,00	R\$ 94.798.791,36

Maiores Informações:

http://www.fn-de.gov.br/home/index.jsp?arquivo=dinheiro_direto_escola.html
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	80	132.548,40	85	155.770,52

O arquivo com o detalhamento das metas desta ação está no seguinte endereço:

<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/4212355>

4 - Proinfância / 2010

Ação (nome de fantasia):
Proinfância / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Escolas Construídas
Descrição:
Os recursos são destinados à construção, reforma, pequenos reparos e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas da educação infantil.
Beneficiários:
Crianças
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Educação - MEC
Unidade Executora:
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Com quem executa:
Celebração de convênio entre o FNDE e o município ou o Distrito Federal.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Priorizados os 1.821 municípios com menor Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb 2005 + 2007) pertencentes aos Territórios da Cidadania.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Articulador/Mobilizador. Verificar se os municípios do Territórios se enquadram nos critérios do Programa (menores IDEBs) e se aderiu e/ou elaborou o Plano de Ações Articuladas para poder solicitar ou acessar os recursos da ação.
Forma de acesso ao recurso:

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Via Plano de Ações Articuladas (PAR) dos Municípios.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
96 Escolas Construídas	50 Escolas Construídas	146 Escolas Construídas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 102.239.765,87	R\$ 72.794.245,75	R\$ 175.034.011,62

Maiores Informações:

www.fnnde.gov.br
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	O programa depende da iniciativa dos municípios e do Distrito Federal para apresentarem projetos de obra ou solicitação de equipamentos a serem adquiridos, com base na Resolução do FNDE (www.fnnde.gov.br), que estabelece as diretrizes para execução do programa. Ressalta-se que municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania com baixo IDEB possuem prioridade de atendimento.
--	--

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	2	2.570.314,23

O arquivo com o detalhamento das metas desta ação está no seguinte endereço:

<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/4202812>

5 - ProInfo Rural e Urbano / 2009 e 2010

Ação (nome de fantasia):
ProInfo Rural e Urbano / 2009 e 2010
Produto e Unidade de Medida:
Laboratórios de Informática Entregues
Descrição:
Promover o uso pedagógico das diversas mídias eletrônicas nas escolas públicas de todo o Brasil. Para isso, o Programa atua em duas frentes: equipando as escolas com tecnologias da informação; e capacitando professores para fazer o uso adequado dos recursos no processo de ensino e aprendizagem.
Beneficiários:
Estudantes
Ano do orçamento:
2009 e 2010
Órgão Executor:
Min. da Educação - MEC
Unidade Executora:
Secretaria de Educação à Distância - SEED
Com quem executa:
União, Estados, Distrito federal, Municípios e uma estrutura operacional descentralizada.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Mediante a assinatura de um Termo de Cooperação ou Adesão assinado entre a SEED/MEC e as secretarias de educação dos estados e as prefeituras municipais. Estes procedimentos estão divididos em três etapas: Primeira Etapa Termo de Adesão Segunda Etapa Cadastro Terceira Etapa Seleção das escolas Primeira Etapa Termo de Adesão. Preencha o Termo de Adesão da seguinte forma: 1. Acesso o seguinte endereço: http://portal.mec.gov.br/seed/ 2. Clique no banner de adesão ao ProInfo que fica ao lado direito da página (veja figura abaixo). 3. Leia atentamente as instruções e proceda conforme as orientações descritas. Obs: este procedimento pode ser realizado por qualquer Prefeitura, mas o recebimento dos laboratórios e inclusão nas demais ações do ProInfo dependerão de seleção dentro dos critérios de prioridades definidos para cada distribuição. Caso tenha dúvidas entre em contato pelo e-mail proinfo@mec.gov.br ou pelo telefone 0800 616161.
Papel do colegiado na definição da prioridade:

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Articulador/Mobilizador. O colegiado deve auxiliar na identificação de escolas aptas ao recebimento dos laboratórios e solicitar aos estados e municípios que façam indicação de tais escolas.

Forma de acesso ao recurso:

O programa está sendo universalizado para todo o país. Hoje, qualquer Estado e Município interessando em participar do Programa precisa apenas indicar quais escolas devem ser atendidas. Para que a escola seja contemplada pelo programa, é necessário encaminhar uma foto com o espaço adequado para instalação do laboratório.

Meta Fís. Territorializada:

13.809 Laboratórios de Informática Entregues

Meta Fís. ainda não Territorializada:

0 Laboratórios de Informática Entregues

Meta Física Total:

13.809 Laboratórios de Informática Entregues

Meta Territorializada:

R\$ 76.758.509,55

Meta ainda não Territorializada:

R\$ 0,00

Meta Financeira Total:

R\$ 76.758.509,55

Maiores Informações:

www.mec.gov.br/seed
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	34	262.418,96	34	266.268,30

Detalhamento desta ação:

SC

UF	Município	Territorio	Laboratórios (Rural)	Financeiro
SC	ABELARDO LUZ	Meio Oeste Contestado - SC	3	9.419,85
SC	CAPINZAL	Meio Oeste Contestado - SC	2	6.279,90
SC	ENTRE RIOS	Meio Oeste Contestado - SC	1	3.139,95
SC	IPUACU	Meio Oeste Contestado - SC	4	12.559,80
SC	JOACABA	Meio Oeste Contestado - SC	2	6.279,90
SC	PASSOS MAIA	Meio Oeste Contestado - SC	1	3.139,95
SC	SAO DOMINGOS	Meio Oeste Contestado - SC	2	6.279,90
SC	VARGEAO	Meio Oeste Contestado - SC	1	3.139,95
SC	VARGEM BONITA	Meio Oeste Contestado - SC	1	3.139,95
SC	XANXERE	Meio Oeste Contestado - SC	1	3.139,95
SC	XAXIM	Meio Oeste Contestado - SC	3	9.419,85
SC	BELA VISTA DO TOLDO	Planalto Norte - SC	5	15.699,75
SC	CAMPO ALEGRE	Planalto Norte - SC	1	3.139,95

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

SC	CANOINHAS	Planalto Norte - SC	2	6.279,90
SC	IRINEOPOLIS	Planalto Norte - SC	1	3.139,95
SC	ITAIOPOLIS	Planalto Norte - SC	4	12.559,80
SC	MAFRA	Planalto Norte - SC	5	15.699,75
SC	MAJOR VIEIRA	Planalto Norte - SC	1	3.139,95
SC	MONTE CASTELO	Planalto Norte - SC	1	3.139,95
SC	PAPANDUVA	Planalto Norte - SC	3	9.419,85
SC	RIO NEGRINHO	Planalto Norte - SC	1	3.139,95
UF	Município	Territorio	Laboratórios (Urbano)	Total
SC	CAPINZAL	Meio Oeste Contestado - SC	4	61.639,80
SC	FAXINAL DOS GUEDES	Meio Oeste Contestado - SC	1	15.409,95
SC	HERVAL D'OESTE	Meio Oeste Contestado - SC	1	15.409,95
SC	JOACABA	Meio Oeste Contestado - SC	2	30.819,90
SC	LUZERNA	Meio Oeste Contestado - SC	1	15.409,95
SC	PONTE SERRADA	Meio Oeste Contestado - SC	1	15.409,95
SC	XANXERE	Meio Oeste Contestado - SC	2	30.819,90
SC	XAXIM	Meio Oeste Contestado - SC	1	15.409,95
SC	CANOINHAS	Planalto Norte - SC	8	123.279,60
SC	IRINEOPOLIS	Planalto Norte - SC	1	15.409,95
SC	MAFRA	Planalto Norte - SC	3	46.229,85
SC	MAJOR VIEIRA	Planalto Norte - SC	1	15.409,95
SC	MONTE CASTELO	Planalto Norte - SC	1	15.409,95
SC	PAPANDUVA	Planalto Norte - SC	2	30.819,90
SC	PORTO UNIAO	Planalto Norte - SC	1	15.409,95
SC	RIO NEGRINHO	Planalto Norte - SC	2	30.819,90
SC	SAO BENTO DO SUL	Planalto Norte - SC	13	200.329,35
SC	TRES BARRAS	Planalto Norte - SC	3	46.229,85

6 - Brasil Alfabetizado / 2010

Ação (nome de fantasia):
Brasil Alfabetizado / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Alfabetizandos
Descrição:
Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos.
Beneficiários:
Jovens e Adultos
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Educação - MEC
Unidade Executora:
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD
Com quem executa:
Governo Estadual e Municipal - cabe ao município mobilizar os analfabetos, selecionar e capacitar os professores; a União se encarrega de pagar bolsas aos professores e destinar recursos para material didático, merenda e transporte escolar dos alunos, para aquisição de óculos e supervisão das aulas.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Mediante Resolução/FNDE a ser publicada a cada ano no portal do MEC.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Mobilização para adesão ao programa e informativo para controle social.
Forma de acesso ao recurso:
Assinatura do Termo de Adesão ao Programa disponibilizado no portal do MEC.

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
0 Alfabetizandos	1.134.458 Alfabetizandos	1.134.458 Alfabetizandos
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 0,00	R\$ 82.844.826,00	R\$ 82.844.826,00
Maiores Informações:		
http://portal.mec.gov.br/ www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	<p>O Brasil Alfabetizado depende de adesão dos municípios, estados e Distrito Federal ao programa, por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União. Também cabe a estes entes a mobilização dos analfabetos, bem como seleção e capacitação dos professores. Esse programa é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. O atendimento total previsto pelos parceiros para 2010, é de 2,3 milhões de alfabetizandos. O próximo período de adesão será de fevereiro a outubro de 2010.</p>
--	--

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	0	0,00
Encaminhamento do Colegiado: *					
Comentário do(a) Gestor(a): O prazo para adesões de estados e municípios encerrará em 16/08/2010, para posterior sistematização das informações e execução do programa.					

Detalhamento desta ação:

Território	IBGE	MUNICIPIOS	Unidade de meta física (Matriz)	Detalhamento da meta física (Produto detalhado)	Comunidade / Localidade / Projeto de Assentamento	Público Beneficiado	Com quem executa (parceiro)
Meio Oeste Contestado - SC	4200101	Abelardo Luz	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4200408	Água Doce	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4202537	Bom Jesus	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16	Estados e Municípios

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

						anos	
Meio Oeste Contestado - SC	4203907	Capinzal	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4204004	Catanduvas	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4204459	Coronel Martins	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4205175	Entre Rios	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4205209	Erval Velho	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4205308	Faxinal dos Guedes	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4205605	Galvão	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4206702	Herval d'Oeste	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4206801	Ibicaré	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4207684	Ipuaçu	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4209003	Joaçaba	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4209177	Jupia	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4209201	Lacerdópolis	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4209458	Lajeado Grande	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4210035	Luzerna	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4210555	Marema	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Meio Oeste Contestado - SC	4211801	Ouro	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4211850	Ouro Verde	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4212270	Passos Maia	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4213401	Ponte Serrada	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4216107	São Domingos	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4218509	Treze Tílias	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4219101	Vargeão	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4219176	Vargem Bonita	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4219507	Xanxerê	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Meio Oeste Contestado - SC	4219705	Xaxim	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Planalto Norte - SC	4202131	Bela Vista do Toldo	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Planalto Norte - SC	4203303	Campo Alegre	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Planalto Norte - SC	4203808	Canoinhas	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Planalto Norte - SC	4207908	Irineópolis	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Planalto Norte - SC	4208104	Itaiópolis	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios
Planalto Norte - SC	4210100	Mafra	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Município	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municípios

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Planalto Norte - SC	4210308	Major Vieira	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Municipio	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municipios
Planalto Norte - SC	4210704	Matos Costa	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Municipio	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municipios
Planalto Norte - SC	4211108	Monte Castelo	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Municipio	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municipios
Planalto Norte - SC	4212205	Papanduva	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Municipio	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municipios
Planalto Norte - SC	4213609	Porto União	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Municipio	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municipios
Planalto Norte - SC	4215000	Rio Negrinho	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Municipio	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municipios
Planalto Norte - SC	4215802	São Bento do Sul	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Municipio	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municipios
Planalto Norte - SC	4218301	Três Barras	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetizacao	Municipio	Jovens e adultos acima de 16 anos	Estados e Municipios

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios interessados em participar do Programa deverão preencher e encaminhar eletronicamente o Termo de Adesão, que se encontra no sistema Brasil Alfabetizado (SBA), no endereço www.mec.gov.br/secad, em até 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação da Resolução nº 06, de 16 de abril de 2010, que estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática dos recursos financeiros para o exercício de 2010, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios e para o pagamento de bolsas no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado.

7 - Construção de Escolas em Comunidades Quilombolas / 2010

Ação (nome de fantasia):
Construção de Escolas em Comunidades Quilombolas / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Escolas Construídas
Descrição:
Construção e ampliação, reforma e equipamento de unidades escolares para as comunidades remanescentes de quilombos.
Beneficiários:
Comunidades quilombolas
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Educação - MEC
Unidade Executora:
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD
Com quem executa:
Prefeituras Municipais e Secretarias Estaduais.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Demanda será atendida pelo Plano de Ação Articulada-PAR, no contexto do PDE/MEC. Serão firmados convênios com as prefeituras para a construção e equipamento de unidades escolares, com base nos seguintes critérios técnicos: comunidades com terras tituladas; e baixo IDEB. Para a assinatura dos convênios as Prefeituras deverão encaminhar toda a documentação legal prevista FNDE, quando serão repassados os recursos para execução da ação. Todos os municípios que possuem na sua rede municipal demanda para construção de escolas quilombolas que atenderem aos requisitos legais do FNDE, serão contemplados.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Papel Articulador/Mobilizador. Verificar se os estados e municípios estão mobilizando-se para atender às exigências para construção de escolas quilombolas apresentadas pelo FNDE, bem como identificar necessidade de inclusão de novas demandas no PAR dos estados e municípios.

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Forma de acesso ao recurso:		
A demanda por escolas em comunidades quilombolas deve estar inserida no PAR das comunidades quilombolas.		
Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
4 Escolas Construídas	47 Escolas Construídas	51 Escolas Construídas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 1.616.082,51	R\$ 15.000.000,00	R\$ 16.616.082,51
Maiores Informações:		
www.mec.gov.br www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	<p>Todos os municípios que possuem na sua rede municipal demanda para construção de escolas quilombolas que atenderem aos requisitos legais do FNDE, serão contemplados. Para isso se faz absolutamente necessário que essas demandas sejam inseridas no PAR - Plano de Ações Articuladas, por meio do SIMEC, sistema para o qual todos os municípios possuem senha. As orientações sobre as exigências legais e de engenharia estão disponíveis no sítio www.fnde.gov.br.</p>
--	---

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	0	0,00
Encaminhamento do Colegiado: *					
Comentário do(a) Gestor(a): NÃO APRESENTOU PROJETO PARA CONSTRUÇÃO					

Detalhamento desta ação:

Território	Município(s)	IBGE	Meta Física prevista	Meta física executada (Bens ou Serviços Entregues)	Meta financeira prevista	Meta Financeira Executada (Valor Pago)	Detalhamento da meta física (Produto detalhado)	Comunidade / Localidade / Projeto de Assentamento	Público Beneficiado	Com quem executa (parceiro)	Situação da Execução (Etapa em que se encontra)
	Abelardo Luz						Escola Quilombola		Alunos da Educaçao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes	Prefeituras	

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

								de Quilombos		
Água Doce						Escola Quilombola		Alunos da Educação Básica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Bom Jesus						Escola Quilombola		Alunos da Educação Básica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Capinzal						Escola Quilombola		Alunos da Educação Básica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Catanduvas						Escola Quilombola		Alunos da Educação Básica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Coronel Martins						Escola Quilombola		Alunos da Educação Básica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Entre Rios						Escola Quilombola		Alunos da Educação Básica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Ervail Velho						Escola Quilombola		Alunos da Educação Básica das escolas localizadas	Prefeituras	

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

								em comunidades de Remanescentes de Quilombos		
Faxinal dos Guedes						Escola Quilombola		Alunos da Educacao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Galvão						Escola Quilombola		Alunos da Educacao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Herval d'Oeste						Escola Quilombola		Alunos da Educacao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Ibicaré						Escola Quilombola		Alunos da Educacao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Ipuaçu						Escola Quilombola		Alunos da Educacao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Joaçaba						Escola Quilombola		Alunos da Educacao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Jupiá						Escola Quilombola		Alunos da Educacao	Prefeituras	

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

								Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos		
Lacerdópolis						Escola Quilombola		Alunos da Educacao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Lajeado Grande						Escola Quilombola		Alunos da Educacao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Luzerna						Escola Quilombola		Alunos da Educacao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Marema						Escola Quilombola		Alunos da Educacao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Ouro						Escola Quilombola		Alunos da Educacao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Ouro Verde						Escola Quilombola		Alunos da Educacao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Passos Maia						Escola Quilombola		Alunos da Educaçao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Ponte Serrada						Escola Quilombola		Alunos da Educaçao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
São Domingos						Escola Quilombola		Alunos da Educaçao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Treze Tílias						Escola Quilombola		Alunos da Educaçao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Vargeão						Escola Quilombola		Alunos da Educaçao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Vargem Bonita						Escola Quilombola		Alunos da Educaçao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Xanxerê						Escola Quilombola		Alunos da Educaçao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes	Prefeituras	

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

								de Quilombos		
Xaxim						Escola Quilombola		Alunos da Educação Básica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
						Escola Quilombola		Alunos da Educação Básica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Bela Vista do Toldo						Escola Quilombola		Alunos da Educação Básica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Campo Alegre						Escola Quilombola		Alunos da Educação Básica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Canoinhas						Escola Quilombola		Alunos da Educação Básica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Irineópolis						Escola Quilombola		Alunos da Educação Básica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Itaiópolis						Escola Quilombola		Alunos da Educação Básica das escolas localizadas	Prefeituras	

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

								em comunidades de Remanescentes de Quilombos		
Mafra						Escola Quilombola		Alunos da Educacao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Major Vieira						Escola Quilombola		Alunos da Educacao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Matos Costa						Escola Quilombola		Alunos da Educacao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Monte Castelo						Escola Quilombola		Alunos da Educacao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Papanduva						Escola Quilombola		Alunos da Educacao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Porto União						Escola Quilombola		Alunos da Educacao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Rio Negrinho						Escola Quilombola		Alunos da Educacao	Prefeituras	

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

								Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos		
São Bento do Sul						Escola Quilombola		Alunos da Educacao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	
Três Barras						Escola Quilombola		Alunos da Educacao Basica das escolas localizadas em comunidades de Remanescentes de Quilombos	Prefeituras	

NÃO HOUE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS EM COMUNIDADES DE QUILOMBOS, POR NENHUM TERRITÓRIO.

8 - Construção de Escolas no Campo / 2010

Ação (nome de fantasia):
Construção de Escolas no Campo / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Escolas Construídas e Equipadas
Descrição:
Construção, adequação e melhoria de Unidades Escolares no campo e em áreas de assentamento de Reforma Agrária, voltadas para atendimento de alunos da rede pública de ensino.
Beneficiários:
Estudantes
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Educação - MEC
Unidade Executora:
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD
Com quem executa:
Secretarias Estaduais de Educação e do Distrito Federal e Municípios
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Adesão do Estado e do Município ao Compromisso Todos pela Educação do MEC, a elaboração do Plano de Ação Articulada PAR, Baixo IDEB, pertencer aos Territórios da Cidadania e atender a toda documentação legal exigida pelo FNDE para construção de escolas do campo. O FNDE/MEC disponibiliza projeto de engenharia.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Articulação e mobilização junto às Secretarias Estaduais de Educação e Prefeituras Municipais para o atendimento dos pré-requisitos e da documentação necessária exigida pelo FNDE/MEC.
Forma de acesso ao recurso:

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

A demanda deve estar inserida no Plano de Ações Articuladas (PAR) dos municípios. Todos os municípios que possuem na sua rede municipal demanda para construção de escolas no campo, que atenderem aos requisitos legais do FNDE, serão contemplados.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
23 Escolas Construídas e Equipadas	37 Escolas Construídas e Equipadas	60 Escolas Construídas e Equipadas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 13.911.850,68	R\$ 26.088.149,32	R\$ 40.000.000,00
Maiores Informações:		
http://portal.mec.gov.br/ www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	<p>Todos os municípios que possuem na sua rede municipal demanda para construção de escolas no campo que atenderem aos requisitos legais do FNDE, serão contemplados. Para isso se faz absolutamente necessário que essas demandas sejam inseridas no PAR - Plano de Ações Articuladas, por meio do SIMEC, sistema para o qual todos os municípios possuem senha. As orientações sobre as exigências legais e de engenharia estão disponíveis no site www.fnde.gov.br.</p>
--	---

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	1	0,00
Encaminhamento do Colegiado: *					
Comentário do(a) Gestor(a): PASSOS MAIA EM ANALISE					

Detalhamento desta ação:

Território	Município(s)	IBGE	Meta Física prevista	Meta física executada (Bens ou Serviços Entregues)	Meta financeira prevista	Meta Financeira Executada (Valor Pago)	Detalhamento da meta física (Produto detalhado)	Comunidade / Localidade / Projeto de Assentamento	Público Beneficiado	Com quem executa (parceiro)	Situação da Execução (Etapa em que se encontra)
	Teixeira Soares	4127007					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
	Bom Jesus	4202537					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Capinzal	4203907					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Catanduvas	4204004					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Coronel Martins	4204459					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Entre Rios	4205175					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Ervail Velho	4205209					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Faxinal dos Guedes	4205308					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Galvão	4205605					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Água Doce	4200408					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Herval d'Oeste	4206702					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Ibicaaré	4206801					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Ipuaçu	4207684					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Joaçaba	4209003					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Jupiaá	4209177					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Lacerdópolis	4209201					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Lajeado Grande	4209458					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Luzerna	4210035					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Marema	4210555					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Ouro	4211801					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Ouro Verde	4211850					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Passos Maia	4212270	0			R\$ 0,00	Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	23400.002557/2010-5 EM ANÁLISE
Ponte Serrada	4213401					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
São Domingos	4216107					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Treze Tílias	4218509					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Vargem Bonita	4219176					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Vargeão	4219101					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Xanxerê	4219507					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Xaxim	4219705					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
					0					
Bela Vista do Toldo	4202131					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Campo Alegre	4203303					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Canoinhas	4203808					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Irineópolis	4207908					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Itaiópolis	4208104					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Mafra	4210100					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Major Vieira	4210308					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Matos Costa	4210704					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Monte Castelo	4211108					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Papanduva	4212205					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Porto União	4213609					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Rio Negrinho	4215000					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
São Bento do Sul	4215802					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
Três Barras	4218301					Escola do campo construída	Município	Jovens de comunidades rurais e assentamentos	Prefeituras	
					0					
SOMENTE HOUE APRESENTAÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS NO CAMPO, NO TERRITÓRIO DO MEIO OESTE CONTESTADO										

9 - Escola Ativa / 2010

Ação (nome de fantasia):
Escola Ativa / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Escolas Atendidas
Descrição:
O programa Escola Ativa propõe uma estratégia metodológica, voltada para gestão de classes multisseriadas, que combina uma série de elementos de caráter sócio-pedagógico e administrativo, buscando aumentar a qualidade da educação oferecida naquelas classes, situadas na zona rural . O Programa tem por objetivo melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo disponibilizando diversos recursos pedagógicos e de gestão; fortalecendo o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas;realizando formação continuada para os educadores envolvidos no Programa em propostas pedagógicas e princípios políticos pedagógicos voltados às especificidades do campo; e fornecendo e publicando materiais pedagógicos apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica.
Beneficiários:
Professores e alunos
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Educação - MEC
Unidade Executora:
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD
Com quem executa:
Secretarias estaduais e municipais de Educação de todas regiões do país.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Escolas com classes multisseriadas da área rural, adesão do município ao PAR/PDE/MEC e pertencer aos Territórios da Cidadania.
Papel do colegiado na definição da prioridade:

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Articulação e mobilização junto às Prefeituras Municipais e Secretarias Estaduais de Educação para adesão ao Programa.

Forma de acesso ao recurso:

A adesão ao programa Escola Ativa é feita pelo município diretamente no SIMEC, sistema para o qual todos os municípios possuem senha. Em 2009, 3.164 municípios aderiram ao Programa, desses, 1.346 pertencem aos territórios da Cidadania. Novo processo de adesão será aberto em 2010, para todos os municípios.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
0 Escolas Atendidas	15.000 Escolas Atendidas	15.000 Escolas Atendidas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 0,00	R\$ 25.227.092,40	R\$ 25.227.092,40

Maiores Informações:

<http://portal.mec.gov.br>
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	A adesão ao programa Escola Ativa é feita pelo município diretamente no SIMEC, sistema para o qual todos os municípios possuem senha. Novo processo de adesão será aberto em 2010, para todos os municípios. Os Territórios são beneficiados por meio de assistência técnica (formação de técnicos, caderno de ensino e aprendizagem para alunos e professores, kits pedagógicos e bolsas de incentivo à formação). Não há transferência direta de recursos para os entes federados.
--	--

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	0	0,00

Encaminhamento do Colegiado: *

Comentário do(a) Gestor(a): As adesões encerraram em 10/08/2010 e o MEC está sistematizando as informações, para processamento e atendimento da demanda

Detalhamento desta ação:

Território	Município(s)	IBGE	Detalhamento da meta física (Produto detalhado)	Comunidade / Localidade / Projeto de Assentamento	Público Beneficiado	Com quem executa (parceiro)	Situação da Execução (Etapa em que se encontra)
	Aberlardo Luz		Distribuição de material pedagógico nas Secretarias Municipais de Educação;	Escolas Municipais	Alunos de Classes Multisseriadas	SEDUC/SMED/IPES	Adesão será aberta em Agosto de 2010

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

			Formação de Técnicos pelas Universidades.				
	Água Doce	4E+06	Distribuição de material pedagógico nas Secretarias Municipais de Educação; Formação de Técnicos pelas Universidades.	Escolas Municipais	Alunos de Classes Multisseriadas	SEDUC/SMED/IPES	Adesão será aberta em Agosto de 2010
	Ipuçu	4E+06	Distribuição de material pedagógico nas Secretarias Municipais de Educação; Formação de Técnicos pelas Universidades.	Escolas Municipais	Alunos de Classes Multisseriadas	SEDUC/SMED/IPES	Adesão será aberta em Agosto de 2010
	Jupia	4E+06	Distribuição de material pedagógico nas Secretarias Municipais de Educação; Formação de Técnicos pelas Universidades.	Escolas Municipais	Alunos de Classes Multisseriadas	SEDUC/SMED/IPES	Adesão será aberta em Agosto de 2010
	Ouro	4E+06	Distribuição de material pedagógico nas Secretarias Municipais de Educação; Formação de Técnicos pelas Universidades.	Escolas Municipais	Alunos de Classes Multisseriadas	SEDUC/SMED/IPES	Adesão será aberta em Agosto de 2010
	Passos Maia	4E+06	Distribuição de material pedagógico nas Secretarias Municipais de Educação; Formação de Técnicos pelas Universidades.	Escolas Municipais	Alunos de Classes Multisseriadas	SEDUC/SMED/IPES	Adesão será aberta em Agosto de 2010
	6						
Planalto Norte	Canoinhas	4E+06	Distribuição de material pedagógico nas Secretarias Municipais de Educação; Formação de Técnicos pelas Universidades.	Escolas Municipais	Alunos de Classes Multisseriadas	SEDUC/SMED/IPES	Adesão será aberta em Agosto de 2010
	Irineópolis	4E+06	Distribuição de material pedagógico nas Secretarias Municipais de Educação; Formação de Técnicos pelas Universidades.	Escolas Municipais	Alunos de Classes Multisseriadas	SEDUC/SMED/IPES	Adesão será aberta em Agosto de 2010
	Matos Costa	4E+06	Distribuição de material pedagógico nas Secretarias Municipais de Educação; Formação de Técnicos pelas Universidades.	Escolas Municipais	Alunos de Classes Multisseriadas	SEDUC/SMED/IPES	Adesão será aberta em Agosto de 2010
	São Bento do Sul	4E+06	Distribuição de material pedagógico nas Secretarias Municipais de Educação; Formação de Técnicos pelas Universidades.	Escolas Municipais	Alunos de Classes Multisseriadas	SEDUC/SMED/IPES	Adesão será aberta em Agosto de 2010
	4						

Todos os municípios dos Territórios da Cidadania que possuem escolas com classes multisseriadas serão atendidos pelo Programa Escola Ativa. Para participar, será necessário apenas manifestar a adesão ao Programa no âmbito do Plano de Ação Articulada (PAR) do município em agosto de 2010.

10 - ProJovem Campo - Saberes da Terra / 2010

Ação (nome de fantasia):
ProJovem Campo - Saberes da Terra / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Vagas
Descrição:
O ProJovem Campo - Saberes da Terra é um Programa interministerial, coordenado pela SECAD/MEC, no âmbito das políticas prioritárias de Educação do Campo - destinado a garantir educação adequada aos povos do campo, integrando ensino fundamental e qualificação social e profissional.
Beneficiários:
Jovens agricultoras(es) familiares, de 18 a 29 anos que moram no campo, sabem ler e escrever, mas não têm ensino fundamental completo.
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Educação - MEC
Unidade Executora:
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD
Com quem executa:
Secretaria de Estado da Educação (implementação do Programa) e Instituições de Ensino Superior Públicas (formação de coordenadores e educadores do Programa), com participação de Comitê/Fórum/Comissão Estadual de Educação do Campo.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
A adesão ao Projovem - Saberes da Terra ocorre via convênio com as Secretarias Estaduais de Educação, por meio de Resolução via FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (www.fnnde.gov.br). Sendo assim, os municípios que possuem demanda para o programa deverão procurar as SEDUCs dos estados para solicitar a inclusão de seus alunos. Aos municípios dos Territórios da Cidadania, é destinada margem percentual de 40% do valor total dos recursos que são repassados, e então divididos entre os territórios atendidos pelo programa dentro do Estado.
Papel do colegiado na definição da prioridade:

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

O Projeto dos Estados deve ser construído na Comissão Pedagógica Estadual, com participação dos movimentos sindicais e sociais do campo, UNDIME e ONGs que atuam com educação do campo e/ou agroecologia. CABE À SOCIEDADE CIVIL APRESENTAR AO ESTADO A DEMANDA EXISTENTE: número de educandos por municípios/territórios, organização das turmas, etc.

Forma de acesso ao recurso:

Apresentação de Projeto pelo Estado, conforme Resolução do ano em curso, e aprovação pela SECAD/MEC.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
0 Vagas	32.000 Vagas	32.000 Vagas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 0,00	R\$ 76.800.000,00	R\$ 76.800.000,00

Maiores Informações:

<http://www.mec.gov.br/secad/> ou coordenacaoeducampo@mec.gov.br
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	A adesão ao Projovem-Saberes da Terra ocorre via convênio com as Secretarias Estaduais de Educação, por meio de Resolução via FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (www.fnde.gov.br). Sendo assim, os municípios que possuem demanda para o programa deverão procurar as SEDUCs dos estados para solicitar a inclusão de seus alunos. Aos municípios dos Territórios da Cidadania, é destinada margem percentual de 40% do valor total dos recursos que são repassados, e então divididos entre os territórios atendidos pelo programa dentro do Estado.
--	---

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	0	0,00

Encaminhamento do Colegiado: *

Comentário do(a) Gestor(a): Os projetos encaminhados pelas Secretarias de Estado da Educação encontram-se em fase de análise e diligência.

Detalhamento desta ação:

Território	Município(s)	IBGE	Meta Física prevista	Meta física executada (Bens ou Serviços Entregues)	Meta financeira prevista	Meta Financeira Executada (Valor Pago)	Detalhamento da meta física (Produto detalhado)	Comunidade / Localidade / Projeto de Assentamento	Público Beneficiado	Com quem executa (parceiro)	Situação da Execução (Etapa em que se
------------	--------------	------	----------------------	--	--------------------------	--	---	---	---------------------	-----------------------------	---------------------------------------

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

											encontra)
Abelardo Luz				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Municipio	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual		
Água Doce				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Municipio	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual		
Bom Jesus				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Municipio	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual		
Capinzal				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Municipio	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual		
Catanduvas				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Municipio	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual		
Coronel Martins				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Municipio	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual		
Entre Rios				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Municipio	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual		
Erval Velho				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural	A informacao sobre qual é a comunidade	Jovens agricultores de 18 a 29	Secretaria de Educacao		

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

						matriculado	somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	anos	Estadual	
Faxinal dos Guedes				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Galvão				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Herval d'Oeste				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Ibicaré				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Ipuaçu				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Joaçaba				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Jupiá				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

							Estado no Município			
Lacerdópolis				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Lajeado Grande				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Luzerna				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Marema				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Ouro				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Ouro Verde				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Passos Maia				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Ponte Serrada				0,00	0,00	Aluno de comunidade	A informacao sobre qual é a	Jovens agricultores	Secretaria de	

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

						rural matriculado	comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	de 18 a 29 anos	Educação Estadual	
São Domingos				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informação sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educação Estadual	
Treze Tílias				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informação sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educação Estadual	
Vargem				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informação sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educação Estadual	
Boita				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informação sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educação Estadual	
Xanxerê				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informação sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educação Estadual	
Xaxim				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informação sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educação Estadual	
				0,00	0,00					
Bela Vista do Toldo				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informação sobre qual é a comunidade somente saberemos,	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educação Estadual	

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

							quando for cadastrada pelo Estado no Município			
Campo Alegre				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Canoinhas				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Irineópolis				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Itaiópolis				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Mafra				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Major Vieira				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Matos Costa				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Município	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Monte Castelo				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Municipio	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Papanduva				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Municipio	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Porto União				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Municipio	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Rio Negrinho				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Municipio	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
São Bento do Sul				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Municipio	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
Três Barras				0,00	0,00	Aluno de comunidade rural matriculado	A informacao sobre qual é a comunidade somente saberemos, quando for cadastrada pelo Estado no Municipio	Jovens agricultores de 18 a 29 anos	Secretaria de Educacao Estadual	
				0,00	0,00					

Para 2010, os projetos devem ser apresentados por secretarias estaduais de educação e instituições públicas de ensino superior, em consonância com o Edital de Convocação nº 4/2010 – SECAD/MEC. O prazo para postagem dos projetos encerra-se em 03 de junho de 2010.

11 - Construção de Escolas em Comunidades Indígenas / 2010

Ação (nome de fantasia):
Construção de Escolas em Comunidades Indígenas / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Escolas Construídas e Equipadas
Descrição:
Estruturar a rede física das escolas nas comunidades indígenas para melhoria da qualidade da educação básica e intercultural.
Beneficiários:
Indígenas
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Educação - MEC
Unidade Executora:
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Com quem executa:
Secretarias de Estado da Educação.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Demanda será atendida pelo Plano de Ação Articulada-PAR, no contexto do PDE/MEC. Os critérios técnicos são os seguintes: escolas indígenas sem prédio próprio; e ampliação da oferta dos anos finais de Ensino Fundamental e Ensino Médio. Após o encaminhamento, pelo Estado, de toda a documentação legal prevista FNDE, e celebrados os convênios, serão repassados os recursos para execução da ação. Todos os municípios que possuem na sua rede municipal demanda para construção de escolas indígenas que atenderem aos requisitos legais do FNDE, serão contemplados.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Controle social. Para futuras demandas verificar instrução dos demais campos descritivos da ação.

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Forma de acesso ao recurso:		
Demanda deve estar inserida no Plano de Ação Articulada (PAR).		
Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
4 Escolas Construídas e Equipadas	27 Escolas Construídas e Equipadas	31 Escolas Construídas e Equipadas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 1.616.082,51	R\$ 7.383.917,49	R\$ 9.000.000,00
Maiores Informações:		
www.mec.gov.br www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	<p>Todos os municípios que possuem na sua rede municipal demanda para construção de escolas indígenas que atenderem aos requisitos legais do FNDE, serão contemplados. Para isso se faz absolutamente necessário que essas demandas sejam inseridas no PAR - Plano de Ações Articuladas, por meio do SIMEC, sistema para o qual todos os municípios possuem senha. As orientações sobre as exigências legais e de engenharia estão disponíveis no site www.fnde.gov.br.</p>
--	--

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	0	0,00
Encaminhamento do Colegiado: *					
Comentário do(a) Gestor(a): NÃO APRESENTOU PROJETO PARA CONSTRUÇÃO					

Detalhamento desta ação:

Território	Município(s)	IBGE	Meta Física prevista	Meta física executada (Bens ou Serviços Entregues)	Meta financeira prevista	Meta Financeira Executada (Valor Pago)	Detalhamento da meta física (Produto detalhado)	Comunidade / Localidade / Projeto de Assentamento	Público Beneficiado	Com quem executa (parceiro)	Situação da Execução (Etapa em que se encontra)
Meio Oeste Contestado - SC	Ipuaçu	4207684					Escola indígena construída	Município	Alunos Indígenas	Prefeitura	
NÃO HOUE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS INDÍGENAS, POR NENHUM MUNICÍPIO DOS TERRITÓRIOS											

12 - Salas de Recursos Multifuncionais / 2010

Ação (nome de fantasia):
Salas de Recursos Multifuncionais / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Salas Equipadas
Descrição:
As salas são equipadas com televisão, computadores, DVDs e materiais didáticos específicos para a educação especial e freqüentadas no contraturno para atendimento educacional especializado.
Beneficiários:
Estudantes
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Educação - MEC
Unidade Executora:
Secretaria de Educação Especial - SEESP
Com quem executa:
Secretarias de Educação Municipais, Estaduais e do Distrito Federal
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Mediante a assinatura de um Termo de Cooperação ou Adesão assinado entre a SEESP/MEC e as Secretarias de Educação dos Estados e as Prefeituras Municipais.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Controle social. Demandas futuras devem estar inseridas nos Planos de Ações Articuladas (PAR) dos Estados e Municípios.
Forma de acesso ao recurso:
A demanda deve estar inserida nos Planos de Ações Articuladas (PAR) dos Estados e Municípios.

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
1.384 Salas Equipadas	0 Salas Equipadas	1.384 Salas Equipadas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 9.651.616,00	R\$ 0,00	R\$ 9.651.616,00
Maiores Informações:		
www.mec.gov.br www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	6	59.649,12	6	41.958,00

O arquivo com o detalhamento das metas desta ação está no seguinte endereço:
<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/4240578>

13 - Expansão das Escolas Técnicas / 2010

Ação (nome de fantasia):
Expansão das Escolas Técnicas / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Matrículas
Descrição:
Construção, ampliação, reforma e equipamento das novas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica para ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante implantação de Unidades de Ensino Descentralizadas - UNEDs.
Beneficiários:
Estudantes
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Educação - MEC
Unidade Executora:
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC
Com quem executa:
Prefeituras Municipais e Governo do Distrito Federal
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Chamada Pública MEC/SETEC nº 001/2007 - chamada pública de propostas para apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica - Fase II. As cidades-pólo para implantação das novas unidades de educação profissional e tecnológica foram definidas a partir de rigoroso estudo, levando em consideração, dentre outros fatores, análises territoriais e dos arranjos produtivos. Serão criadas 150 escolas federais em quatro anos. A ação faz parte da segunda fase do plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Controle social.

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Forma de acesso ao recurso:		
Recursos destinados às unidades em fase de expansão.		
Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
38.072 Matrículas	0 Matrículas	38.072 Matrículas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 151.642.515,00	R\$ 0,00	R\$ 151.642.515,00
Maiores Informações:		
www.mec.gov.br www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	300	0,00
Encaminhamento do Colegiado: *					
Comentário do(a) Gestor(a): Novo território contemplado na expansão					

O arquivo com o detalhamento das metas desta ação está no seguinte endereço:
<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/4212308>

14 - Caminho da Escola / 2009 e 2010

Ação (nome de fantasia):
Caminho da Escola / 2009 e 2010
Produto e Unidade de Medida:
Ônibus Adquiridos
Descrição:
Aquisição de ônibus para transporte de estudantes via (1) empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); (2) convênio junto ao Ministério da Educação; e (3) Adesão ao registro de preços do FNDE para aquisição com recursos próprios.
Beneficiários:
Estados e Municípios
Ano do orçamento:
2009 e 2010
Órgão Executor:
Min. da Educação - MEC e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Unidade Executora:
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Com quem executa:
Estados, Municípios e BNDES
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
<p>Alguns procedimentos são necessários para aquisição de financiamento junto ao BNDES, como a emissão do Termo de Habilitação pelo BNDES, a autorização da realização da operação pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN e a adesão ao registro de preços junto ao FNDE.</p> <p>Para elaboração de convênio junto ao Ministério da Educação, a prioridade são os municípios com menor IDEB e pertencentes aos Territórios da Cidadania.</p> <p>Para adquirir os ônibus com recursos próprios é necessário aderir ao registro de preços do FNDE.</p>

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Papel do colegiado na definição da prioridade:		
Articulador/Mobilizador. Verificar se os municípios dos Territórios já foram contemplados ou se há interesse na ação.		
Forma de acesso ao recurso:		
Os municípios precisam buscar habilitação junto ao BNDES ou aguardar definição dos beneficiados junto ao MEC.		
Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
989 Ônibus Adquiridos	0 Ônibus Adquiridos	989 Ônibus Adquiridos
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 186.480.520,00	R\$ 0,00	R\$ 186.480.520,00
Maiores Informações:		
www.fnde.gov.br www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	O programa Caminho da Escola depende da iniciativa dos municípios e estados para participarem, aderindo ao pregão de compra de veículos. A aquisição ocorre com recursos próprios, via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de veículos novos. Ressalta-se que municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania com baixo IDEB possuem prioridade de atendimento.
--	---

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	8	1.386.990,00

O arquivo com o detalhamento das metas desta ação está no seguinte endereço:
<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/4203665>

15 - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais - PROMESO / 2010

Ação (nome de fantasia):
Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais - PROMESO / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Arranjos Produtivos Locais Apoiados
Descrição:
Estruturação ou aprimoramento de processos produtivos e de sistemas de comercialização, inclusive com implantação de estruturas físicas e aquisição de equipamentos, em empreendimentos preferencialmente associativos e de caráter regional, visando o acesso às oportunidades de mercado.
Beneficiários:
População Local
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Integração Nacional - MI
Unidade Executora:
Secretaria de Programas Regionais - SPR
Com quem executa:
Governos Estaduais e Municípios, OSCIPs e Entidades Privadas sem Fins Lucrativos
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Atuar segundo as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), por meio das seguintes etapas: 1. Identificação do potencial endógeno do território; 2. Identificação das demandas dos agentes produtivos locais; 3. Definição de projetos de fomento produtivo, por meio das intitucionalidades locais; e 4. Definição de parcerias potenciais setor público, privado e terceiro setor. A estratégia de implementação promoverá a articulação para a convergência de ações governamentais e privadas em espaços sub-regionais prioritários, visando dotar as unidades produtivas de capacidade de auto-sustentação e competitividade mercadológica. Para tanto poderão ser apoiados projetos que promovam a diminuição de custos operacionais e administrativos, o aumento da qualidade e da produtividade, bem como da atratividade dos produtos oferecidos nos mercados atuais e potenciais. Da mesma forma, promoverá a integração com outros atores financeiros que possam facilitar o desenvolvimento produtivo dos empreendimentos e da região como um todo. A implementação, acompanhamento e avaliação das ações ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, que poderá utilizar-se da celebração de convênios e outros instrumentos jurídicos congêneres para delegação de poderes a outras entidades.

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Papel do colegiado na definição da prioridade:		
Caráter articulador/mobilizador. Ajuda a articular a execução das ações através da participação nos fóruns de desenvolvimento regional.		
Forma de acesso ao recurso:		
Apresentação do projeto pelo Fórum de Desenvolvimento da Mesorregião Diferenciada e inserção de proposta no SICONV.		
Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
5 Arranjos Produtivos Locais Apoiados	15 Arranjos Produtivos Locais Apoiados	20 Arranjos Produtivos Locais Apoiados
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 640.754,94	R\$ 6.459.245,06	R\$ 7.100.000,00
Maiores Informações:		
http://www.mi.gov.br www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	1	100.000,00

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

16 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Especiais - Assentamentos e Comunidades Rurais / 2009

Ação (nome de fantasia):
Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Especiais - Assentamentos e Comunidades Rurais / 2009
Produto e Unidade de Medida:
Contrato/Convênio Executado
Descrição:
Implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento em áreas rurais, em áreas especiais de assentamentos da reforma agrária e em localidades/comunidades rurais com população inferior a 2.500 habitantes para prevenção e controle de agravos.
Beneficiários:
Agricultores familiares e assentados da reforma agrária
Ano do orçamento:
2009
Órgão Executor:
Min. da Saúde - MS
Unidade Executora:
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Com quem executa:
Direta, governos municipais e estaduais ou outro parceiro
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Critério técnico epidemiológico
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Controle social, uma vez que as metas previstas na Matriz 2010 referem-se a contratações feitas em 2009 (PAC FUNASA). O Colegiado deve acompanhar o andamento do contrato junto ao executor da obra/serviço tendo em vista a existência de pendências diversas por parte dos parceiros executores. O Colegiado também pode ajudar na definição dos assentamentos e comunidades a serem beneficiados nas contratações de 2009 (preparar projetos para serem apresentados à FUNASA).

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Forma de acesso ao recurso:		
Convênios para transferência de recursos para Estados, Municípios e DF e Execução Direta.		
Meta Fís. Territorializedada:	Meta Fís. ainda não Territorializedada:	Meta Física Total:
380 Contrato/Convênio Executado	0 Contrato/Convênio Executado	380 Contrato/Convênio Executado
Meta Territorializedada:	Meta ainda não Territorializedada:	Meta Financeira Total:
R\$ 213.014.855,80	R\$ 0,00	R\$ 213.014.855,80
Maiores Informações:		
www.funasa.gov.br www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializedadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	34	5.526.000,00	34	5.526.000,00

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

17 - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) / 2009

Ação (nome de fantasia):
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) / 2009
Produto e Unidade de Medida:
Contratos/Convênios Executados
Descrição:
Melhoria das condições de saúde da população dos municípios de pequeno e médio porte mediante a implantação, ampliação ou melhoria de abastecimento de água.
Beneficiários:
Famílias
Ano do orçamento:
2009
Órgão Executor:
Min. da Saúde - MS
Unidade Executora:
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Com quem executa:
Execução direta (FUNASA), Governo Estadual, Distrito Federal, Municípios e entidades da sociedade civil
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Maiores taxas mortalidade infantil, média do triênio 2003-2005, complementando com os menores índices de cobertura dos serviços. Prioridade para os municípios que contam com projetos técnicos elaborados.
Papel do colegiado na definição da prioridade:

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Controle social, uma vez que as metas previstas na Matriz 2010 referem-se a contratações feitas em 2009 (PAC FUNASA). O Colegiado deve acompanhar o andamento do contrato junto ao executor da obra/serviço tendo em vista a existência de pendências diversas por parte dos parceiros executores. Demandas e projetos devem ser tratados junto aos Estados, Municípios e FUNASA.

Forma de acesso ao recurso:

Apresentação de projetos e celebração de convênios.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
192 Contratos/Convênios Executados	0 Contratos/Convênios Executados	192 Contratos/Convênios Executados
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 361.191.292,79	R\$ 0,00	R\$ 361.191.292,79

Maiores Informações:

www.funasa.gov.br
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	1	800.000,00	1	800.000,00

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

18 - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) / 2009

Ação (nome de fantasia):
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) / 2009
Produto e Unidade de Medida:
Contratos/Convênios Executados
Descrição:
Melhoria das condições de saúde da população dos municípios de pequeno e médio porte
Beneficiários:
Famílias em geral
Ano do orçamento:
2009
Órgão Executor:
Min. da Saúde - MS
Unidade Executora:
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Com quem executa:
Estados, Municípios e Distrito Federal.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Maiores taxas de mortalidade infantil, média do triênio 2003-2005, complementando com os menores índices de cobertura dos serviços, priorizando os municípios que contam com projetos técnicos elaborados.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Controle social, uma vez que as metas previstas na Matriz 2010 referem-se a contratações feitas em 2009 (PAC FUNASA). O Colegiado deve acompanhar o andamento do contrato junto ao executor da obra/serviço tendo em vista a existência de

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

pendências diversas por parte dos parceiros executores. Demandas e projetos devem ser tratados junto aos Estados, Municípios e FUNASA.

Forma de acesso ao recurso:

Apresentação de projeto e celebração de convênios para transferência dos recursos.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
85 Contratos/Convênios Executados	0 Contratos/Convênios Executados	85 Contratos/Convênios Executados
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 429.560.176,92	R\$ 0,00	R\$ 429.560.176,92

Maiores Informações:

www.funasa.gov.br
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	3	24.904.327,40	3	24.904.327,40

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

19 - Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania / 2010

Ação (nome de fantasia):
Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Agentes Comunitários de Saúde Mantidos
Descrição:
Para quem: Para toda População Brasileira. Produto: Famílias Atendidas por Agentes Comunitários de Saúde. Para que serve: A Estratégia Saúde da Família é o modelo adotado pelo Ministério da Saúde como prioritário para estruturação da Atenção Básica e suas equipes são compostas por um Médico Generalista ou Especialista em Medicina de Família e Comunidade, um Enfermeiro, um Auxiliar ou Técnico de Enfermagem e até doze Agentes Comunitários de Saúde ACS. Meta: Em 2008 o número de ACS era de 230.000 e a meta é implantar 240.000 ACS até o ano de 2011. Cabe a gestão municipal a decisão de aderir a Estratégia em seu Território.
Beneficiários:
População dos Territórios da Cidadania
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Saúde - MS
Unidade Executora:
Secretaria de Atenção à Saúde - SAS
Com quem executa:
Municípios
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Como implantar Equipes de Agentes Comunitários de Saúde Seguir os passos: Passo 1: O Município deverá apresentar projeto contendo as seguintes informações: a) Área geográfica a ser coberta, com estimativa da população residente; b) Descrição da estrutura mínima com que contarão as Unidades de Saúde, onde atuarão os Agentes Comunitários de Saúde; c) Definição das ações mínimas a serem desenvolvidas pelo ACS; d) Indicar as Unidades Básicas de Saúde que servirão de referência para o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde; e) Definição do processo de avaliação do trabalho das equipes, forma de acompanhamento do Pacto de indicadores da Atenção Básica e a utilização dos sistemas nacionais de

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

informação; f) Descrição da forma de recrutamento, seleção e contratação dos Agentes Comunitários de Saúde, de acordo com a lei 11.350 de 05 de Outubro de 2006; g) Contrapartida de recursos do município e do Distrito Federal. Passo 2: O Município submete o projeto para aprovação do Conselho Municipal de Saúde. Passo 3: A Secretaria Municipal de Saúde envia as informações para análise da Secretaria Estadual de Saúde. Passo 4: A Secretaria Estadual de Saúde submete o pleito do município à apreciação da Comissão Intergestores Bipartite - CIB. Passo 5: A Comissão Intergestora Bipartite - CIB envia a planilha para o Ministério da Saúde. Passo 6: O Ministério da Saúde publica a qualificação do município no Diário Oficial da União. Passo 7: O município cadastra os Agentes Comunitários de Saúde no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), conforme define a portaria 750/GM de 10 de outubro de 2006. Então o município começa a receber os recursos referentes ao número de ACS implantados e informados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, mas para manutenção dos recursos é preciso alimentar mensalmente os sistemas de informações nacionais.

Papel do colegiado na definição da prioridade:

Ação de mobilização/articulação junto aos gestores municipais e estadual de saúde sobre a viabilidade de ampliar a cobertura do trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde nos municípios dos Territórios da Cidadania. A meta física e financeira da Matriz contempla a manutenção do que já existe e ainda uma expansão mínima, mas que poderá ir além caso haja interesse dos municípios do Território e respeitadas às regras do Programa. Municípios que já atingiram o teto previsto podem analisar a possibilidade de implantar os NASF (Núcleos de Apoio aos à Saúde da Família), outra ação prevista na Matriz 2010.

Forma de acesso ao recurso:

Incentivos financeiros: O incentivo será repassado do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde, conforme definido na Portaria 2008/GM, de 01 de setembro de 2009, com valor de R\$ 651,00 por Agente Comunitário de Saúde implantado no município por mês. Legislação: Portaria 648 de 28 de março de 2006; Lei 11.350 de 05 de Outubro de 2006; Portaria 750/GM de 10 de outubro de 2006; Portaria 204 de 29 de janeiro de 2007; e Portaria 2008/GM de 01 de setembro de 2009. Esta documentação está disponível no Portal do Ministério da Saúde através do endereço: <http://drt2004.saude.gov.br/dab/cgab> Contatos: Coordenação Nacional da Gestão da Atenção Básica Correio Eletrônico: dab@saude.gov.br ou Telefone: (61) 3306 8504/ 8502/ 8505/ 8501/ 8098/ 8503/ 8507/ 8506/ 8508/ 8099.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
82.258 Agentes Comunitários de Saúde Mantidos	0 Agentes Comunitários de Saúde Mantidos	82.258 Agentes Comunitários de Saúde Mantidos
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 732.425.232,00	R\$ 0,00	R\$ 732.425.232,00

Maiores Informações:

www.saude.gov.br/dab
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	530	4.719.120,00	530	4.719.120,00

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

20 - Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica / 2010

Ação (nome de fantasia):
Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Equipes Implantadas
Descrição:
Para quem: População de todos os municípios de todas as Unidades da Federação. Produto: Ampliação do Acesso da população às ações das Equipes de Saúde Bucal (ESB) na Atenção Básica. Para que serve: As ESB trabalham integradas às equipes da Estratégia Saúde da Família, com composição básica de: cirurgião-dentista e auxiliar de consultório dentário para as ESB (na modalidade 1) e cirurgião-dentista, auxiliar de consultório dentário e técnico em higiene dental para as ESB (na modalidade 2).
Beneficiários:
População dos Territórios da Cidadania
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Saúde - MS
Unidade Executora:
Secretaria de Atenção à Saúde - SAS
Com quem executa:
Municípios
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Como credenciar uma Equipe de Saúde Bucal - ESB: o gestor municipal interessado em implantar a ESB deverá apresentar proposta ao Conselho Municipal de Saúde e, se aprovada, encaminhar à Comissão Intergestores Bipartite (CIB) do respectivo Estado, indicando se o pleito é para ESBSF-M1 (modalidade 1) ou ESBSF-M2 (modalidade 2). Caberá às CIB's encaminhar solicitação de credenciamento das ESBSF ao Ministério da Saúde para apreciação e publicação em Portaria específica. A proposta deverá contemplar minimamente os seguintes elementos: a) Área geográfica a ser coberta com estimativa da população residente; b) Descrição da estrutura mínima com que contarão as Unidades de Saúde onde atuarão as ESB; c) Definição das ações mínimas a serem desenvolvidas pelas ESB; d) Proposta de fluxo dos usuários para garantia de referência aos serviços odontológicos de maior complexidade; e) Definição do processo de avaliação do trabalho das equipes e da forma de acompanhamento do Pacto da Atenção Básica e a utilização dos sistemas nacionais de informação; e f) Descrição da forma de recrutamento, seleção e contratação dos profissionais da ESB.

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Papel do colegiado na definição da prioridade:		
<p>Ação de mobilização/articulação para propor a implantação ou a ampliação de Equipes de Saúde Bucal nos Territórios. A meta física e financeira da Matriz contempla a manutenção do que já existe e ainda uma expansão mínima, mas que poderá ir além caso haja interesse dos municípios do Território respeitadas as regras do Programa.</p>		
Forma de acesso ao recurso:		
<p>Requisitos mínimos: a) O Município deverá possuir Equipe de Saúde da Família implantada, bem como, materiais e equipamentos adequados ao elenco de ações programadas, de forma a garantir a resolutividade da Atenção Básica à saúde; b) Todos os profissionais da equipe multiprofissional deverão realizar jornada de trabalho de 40 horas semanais, obrigatoriamente. Incentivos financeiros: a) O Ministério da Saúde disponibiliza o recurso de implantação no valor de R\$ 7.000,00 (parcela única), além de recursos mensais de custeio de R\$ 2.000,00 para as ESBSF-M1 e R\$ 2.600,00 para as ESBSF-M2. De acordo com a Portaria GM 3.066 de 23 de dezembro de 2008; b) Fazem jus a 50% a mais sobre os recursos mensais de custeio as Equipes de Saúde Bucal que atendem aos critérios estabelecidos para as Equipes de Saúde da Família, modalidade I, descrito anteriormente; c) Além dos recursos descritos, o Ministério da Saúde disponibiliza equipe odontológico completo para cada Equipe de Saúde Bucal implantada, sendo um na modalidade I e dois na modalidade II. Para a implantação efetiva da ESB e para que ela passe a receber os incentivos financeiros devem ser seguidos os seguintes passos: a) Cadastrar as Equipes de Saúde Bucal por meio do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES); e b) Alimentar mensalmente os Sistemas de Informações: Ambulatorial e da Atenção Básica (SIA/SIAB/SUS). Legislação, disponíveis em www.saude.gov.br/bucal: Portarias GM nº 648 e 650, de 28 de março de 2006; Portaria GM nº 750, de 10 de outubro de 2006; Portaria GM nº 3.066, de 23 de dezembro de 2008; Portaria GM 2372, de 10 de outubro de 2009. Contatos: Coordenação Nacional de Saúde Bucal/DAB/SAS/MS Correio eletrônico: cosab@saude.gov.br Telefones: (61) 3306-8055 / 8056 / 8064 / 8065 / 8067 Quem executa: Ministério da Saúde/MS, Municípios e Estado Unidade Executora.: DAB/SAS/Ministério da Saúde Parceiro(s): Governos municipais e estaduais</p>		
Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
7.167 Equipes Implantadas	0 Equipes Implantadas	7.167 Equipes Implantadas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 252.054.000,00	R\$ 0,00	R\$ 252.054.000,00
Maiores Informações:		
<p>www.saude.gov.br/dab www.territoriosdacidadania.gov.br</p>		

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	58	1.689.600,00	58	1.689.600,00

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

21 - Ampliação do Acesso da População Brasileira à Atenção Básica por meio dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF / 2010

Ação (nome de fantasia):
Ampliação do Acesso da População Brasileira à Atenção Básica por meio dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) Implantados
Descrição:
Visa ampliar a abrangência e o escopo das ações de Atenção Básica, bem como sua resolubilidade, nas áreas de Atividade Física/Práticas Corporais; Práticas Integrativas e Complementares; Reabilitação; Alimentação e Nutrição; Assistência Farmacêutica; Serviço Social; Saúde Mental; Saúde da Criança; Saúde da Mulher; e Saúde do Idoso, apoiando a inserção da estratégia Saúde da Família na rede de serviços e o processo de territorialização e regionalização a partir da Atenção Básica. O NASF, constituídos por equipes compostas por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, devem apoiar os profissionais das Equipes de Saúde da Família (ESF).
Beneficiários:
População dos Territórios da Cidadania
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Saúde - MS
Unidade Executora:
Secretaria de Atenção à Saúde - SAS
Com quem executa:
Estado e Municípios
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
A Portaria nº 154, republicada em 4 de março de 2008, cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) para os quais foram definidos duas modalidades: - Modalidade I : vinculado no mínimo a cinco Equipes de Saúde da Família nos municípios dos Estados da região Norte com menos de 100 mil habitantes e no mínimo a oito Equipes Saúde da Família e no máximo a 20 Equipes Saúde da Família nos demais municípios. Este núcleo é composto por, no mínimo, 5 profissionais de uma lista definida na Portaria citada. Os Municípios com menos equipes que os critérios exigidos poderão se consorciar para

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

implantar um NASF modalidade 1. - Modalidade II: vinculado no mínimo a 03 Equipes Saúde da Família, em municípios com densidade habitacional inferior a 10 habitantes por Km². Este núcleo é composto por, no mínimo, 3 profissionais de uma lista definida na Portaria. A qualificação e implantação dos NASF estão descritas na Portaria 154, republicada em 04 de março de 2008. Legislação: Portaria 648 de 28 de janeiro de 2006; Portaria 750 de 10 de outubro de 2006; e Portaria 154 de 24 de janeiro de 2008, republicada em 4 de março de 2008. Estas Portarias e Séries poderão ser adquiridas no Portal do Ministério da Saúde através do endereço: <http://portal.saude.gov.br/saude>

Papel do colegiado na definição da prioridade:

Ação de mobilização/articulação junto aos gestores municipais e estadual de saúde sobre a viabilidade e melhor localização da implantação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF nos Territórios da Cidadania. Não estão sendo apontadas metas físicas e financeiras específicas na Matriz 2010, mas a Ação poderá ser viabilizada no Território.

Forma de acesso ao recurso:

Como implantar o Núcleo de Apoio à Saúde da Família- NASF. Passo a passo: Passo 1: O Município deverá apresentar projeto contendo as seguintes informações: a) Área geográfica a ser coberta, com estimativa da população residente; b) Dados levantados em diagnóstico elaborado pelo município que justifique a implantação do NASF; c) Definição dos profissionais que irão compor as equipes do NASF e as principais atividades a serem desenvolvidas; d) Descrição de quais Equipes de Saúde da Família será vinculado, bem como o código do CNES da Unidade Básica de Saúde em que o NASF será credenciado; e) Descrição do planejamento compartilhado entre as Equipes de Saúde da Família e das Equipes de NASF; f) Proposta de fluxo dos usuários para garantia de referência e contra-referência aos demais serviços da Rede Assistencial; e g) Descrição da forma de recrutamento, seleção, contratação e carga horária dos profissionais do NASF. Passo 2: O Município submete o projeto para aprovação do Conselho Municipal de Saúde. Passo 3: A Secretaria Municipal de Saúde envia as informações para análise da Secretaria Estadual de Saúde. Passo 4: A Secretaria Estadual de Saúde submete o pleito do(s) município(s) à apreciação da Comissão Intergestores Bipartite CIB. Passo 5: A Secretaria Estadual de Saúde envia Ofício para o Ministério da Saúde, comunicando o número de NASF aprovados. Passo 6: O Ministério da Saúde publica o credenciamento das equipes de NASF no Diário Oficial da União. Passo 7: Após a publicação do credenciamento da(s) equipe(s) do NASF, o município cadastra os profissionais do NASF no Sistema Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde -CNES . Concluído todo o processo, o município começa a receber, na competência subsequente à implantação, recursos de implantação e custeio, referentes ao número de NASF implantados, mas para manutenção dos recursos é preciso alimentar mensalmente os sistemas de informações nacionais. Incentivos financeiros: os incentivos serão repassados do Fundo Nacional de Saúde para Fundo Municipal de Saúde, de acordo com a modalidade de NASF. Modalidade I Incentivo de implantação por equipe NASF de R\$ 20.000,00 (em parcela única) e Incentivo de custeio mensal por equipe NASF de R\$ 20.000,00. Modalidade II Incentivo de implantação por equipe NASF de R\$ 6.000,00 e Incentivo de custeio mensal por equipe NASF - R\$ 6.000,00. OBSERVAÇÃO: Estão aptos a implantar o NASF os municípios que disponham de ESF em seu território. Contatos: Coordenação de Gestão da Atenção Básica, Correio Eletrônico e dab@saude.gov.br e Telefone: (61) - 3315-2898/2582/3309

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
428 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) Implantados	0 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) Implantados	428 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) Implantados
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 43.944.000,00	R\$ 0,00	R\$ 43.944.000,00

Maiores Informações:

www.saude.gov.br/dab
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	
--	--

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	1	100.000,00
Encaminhamento do Colegiado: *					
Comentário do(a) Gestor(a): 100.000,00					

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

22 - Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família / 2010

Ação (nome de fantasia):
Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Equipes de Saúde da Família Implantadas
Descrição:
Para quem: Para toda População Brasileira. Para que serve: A Atenção Básica tem a Saúde da Família como estratégia prioritária para a sua organização de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde. As ações da Estratégia Saúde da Família (ESF) devem ser oferecidas por equipes multiprofissionais formadas por no mínimo um Médico Generalista ou Especialista em Medicina de Família e Comunidade, um Enfermeiro, um Auxiliar ou Técnico de Enfermagem e até doze Agentes Comunitários de Saúde ACS. A Portaria nº 648 de 28 de janeiro de 2006 define duas modalidades de Equipes Saúde da Família: Modalidade I - para municípios com menos de 50 mil habitantes nos Estados da Amazônia Legal, municípios de outras regiões do País com menos de 30 mil habitantes e com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) menor que 0,7 ou equipes que atendam população quilombola e/ou residentes em assentamentos com mínimo de 70 pessoas (regulamentada pela Portaria/GM 822, de 17 de abril de 2006); e Modalidade II - para os demais municípios que não se enquadram nos critérios anteriores.
Beneficiários:
População dos Territórios da Cidadania
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Saúde - MS
Unidade Executora:
Secretaria de Atenção à Saúde - SAS
Com quem executa:
Estados e Municípios
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Legislação: Portaria 648, de 28 de janeiro de 2006; Portaria 750, de 10 de outubro de 2006; Portaria 204, de 29 de janeiro de 2007; Portaria 822, de 17 de abril de 2006; Portaria 3.066, de 23 de dezembro de 2008; Série Pactos pela Saúde 2006

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Diretrizes Operacionais Pactos pela Vida em Defesa do SUS e de Gestão, volume 1; Série Pactos pela Saúde 2006 - Política Nacional de Atenção Básica, volume 4. Estas Portarias e Séries poderão ser adquiridas no Portal do Ministério da Saúde através do endereço: <http://portal.saude.gov.br/saude>. Contatos: Coordenação de Gestão da Atenção Básica; Correio Eletrônico dab@saude.gov.br e Telefone: (61) - 3306 8504/ 8502/ 8505/ 8501/ 8098/ 8503/ 8507/ 8506/ 8508/ 8099.

Papel do colegiado na definição da prioridade:

Ação de mobilização/articulação junto aos gestores municipais e estadual de saúde sobre a viabilidade de implantação, ampliação e melhor localização de Equipes de Saúde da Família nos Territórios. A meta física e financeira da Matriz contempla a manutenção do que já existe e ainda uma expansão mínima, mas que poderá ir além caso haja interesse dos municípios do Território e respeitadas as regras do Programa. Verificar outras ações correlatas ou complementares ao Saúde da Família, como Agentes Comunitários, Saúde Bucal e NASF.

Forma de acesso ao recurso:

Estratégia Saúde da Família (ESF) Passo a passo: Passo 1: O Município deverá apresentar projeto contendo as seguintes informações: a) Área geográfica a ser coberta, com estimativa da população residente; b) Descrição da estrutura mínima com que contarão as Unidades de Saúde onde atuarão as ESF; c) Definição das ações mínimas a serem desenvolvidas pelas ESF; d) Proposta de fluxo dos usuários para garantia de referência aos serviços de saúde de maior complexidade; e) Definição do processo de avaliação do trabalho das equipes e da forma de acompanhamento do Pacto de indicadores da Atenção Básica e a utilização dos sistemas nacionais de informação; f) Descrição da forma de recrutamento, seleção e contratação dos profissionais da ESF, contemplando o cumprimento de carga horária de 40 horas semanais para todos os profissionais; e g) Contrapartida de recursos do município e do Distrito Federal. Passo 2: O Município submete o projeto para aprovação do Conselho Municipal de Saúde. Passo 3: A Secretaria Municipal de Saúde envia as informações para análise da Secretaria Estadual de Saúde. Passo 4: A Secretaria Estadual de Saúde submete o pleito do município à apreciação da Comissão Intergestores Bipartite CIB. Passo 5: A CIB envia a planilha para o Ministério da Saúde. Passo 6: O Ministério da Saúde publica a qualificação do município no Diário Oficial da União. Passo 7: O município cadastra os profissionais da ESF no Sistema Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde -SCNES conforme define Portaria 750 de 10 de outubro de 2006. A partir disso o município começa a receber os recursos referentes ao número de ESF implantados e informados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, mas para manutenção dos recursos é preciso alimentar mensalmente os sistemas de informações nacionais. Incentivos financeiros: os incentivos serão repassados do Fundo Nacional de Saúde para Fundo Municipal de Saúde, de acordo com a modalidade da ESF a qual o município ou a equipe se enquadre, conforme definido na Portaria nº 3.066 de 23 de dezembro de 2008. Modalidade I incentivo de implantação por equipe de R\$ 20.000,00 (em 2 parcelas de R\$ 10.000,00) e incentivo de custeio mensal por equipe de - R\$ 9.600,00. Modalidade II Incentivo de implantação por equipe de R\$ 20.000,00 (em 2 parcelas de R\$ 10.000,00) e incentivo de custeio mensal por equipe de R\$ 6.400,00.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
10.022 Equipes de Saúde da Família Implantadas	0 Equipes de Saúde da Família Implantadas	10.022 Equipes de Saúde da Família Implantadas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 1.084.896.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.084.896.000,00

Maiores Informações:

www.saude.gov.br/dab
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	77	6.992.000,00	77	6.992.000,00

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

23 - Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS / 2010

Ação (nome de fantasia):
Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) Implantados
Descrição:
A rede de Saúde Mental pode ser constituída por vários dispositivos assistenciais que possibilitem a atenção psicossocial aos pacientes com transtornos mentais, segundo critérios populacionais e demandas dos municípios. Esta rede pode contar com ações de Saúde Mental na Atenção Básica, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), serviços residenciais terapêuticos (SRT), leitos em hospitais gerais e ambulatórios, bem como com o Programa de Volta para Casa. A rede deve funcionar de forma articulada, tendo os CAPS como serviços estratégicos na organização de sua porta de entrada e de sua regulação.
Beneficiários:
População dos Territórios da Cidadania
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Saúde - MS
Unidade Executora:
Secretaria de Atenção à Saúde - SAS
Com quem executa:
Estados e Municípios
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Os CAPS podem ser de tipo I, II, III, Álcool e Drogas (CAPS ad) e Infanto-juvenil (CAPSi). Os parâmetros populacionais para a implantação destes serviços são definidos da seguinte forma: Municípios até 20 mil habitantes - rede básica com ações de Saúde Mental; Municípios entre 20 a 70 mil habitantes - CAPS I e rede básica com ações de Saúde Mental; Municípios com mais de 70 e até 200 mil habitantes - CAPS II, CAPS ad e rede básica com ações de Saúde Mental; Municípios com mais de

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

200 mil habitantes - CAPS II, CAPS III, CAPS ad, CAPSi e rede básica com ações de Saúde Mental e capacitação do SAMU. A composição da rede deve ser definida seguindo estes parâmetros, mas também atendendo a realidade local.

Papel do colegiado na definição da prioridade:

Articular/mobilizar junto ao Conselho Municipal de Saúde e o gestor municipal de forma a implantar ou ampliar os CAPS no Município ou no Território. As metas física e financeira para 2010 indicam a manutenção e implantação já previstas e, ainda, a possibilidade de expansão nos municípios dos Territórios, respeitadas as regras do Programa.

Forma de acesso ao recurso:

Para a implantação do CAPS em seu município, deve-se primeiro observar o critério populacional para a escolha do tipo de CAPS mais adequado ao porte do município. O Ministério da Saúde repassa um incentivo antecipado para a implantação do serviço nos valores de R\$ 20.000,00 (CAPS I), R\$ 30.000,00 (CAPS II e CAPS i) e R\$ 50.000,00 (CAPS III e CAPS ad). Para a solicitação do incentivo antecipado deve-se encaminhar ofício com a solicitação do incentivo ao Ministério da Saúde, com cópia para a respectiva Secretaria de Estado da Saúde, com os seguintes documentos: - projeto terapêutico do serviço; - cópia das identidades profissionais dos técnicos compondo equipe mínima, segundo as diretrizes da Portaria 336/GM, de 19/02/02; - termo de compromisso do gestor local, assegurando o início do funcionamento do CAPS em até 3 (três) meses após o recebimento do incentivo financeiro de que trata esta Portaria; e - proposta técnica de aplicação dos recursos. Se os CAPS não forem implantados em 90 dias, os recursos recebidos deverão ser devolvidos ao MS. Os incentivos serão transferidos em parcela única, aos respectivos fundos dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, sem onerar os respectivos tetos da assistência de média e alta complexidade (ref. Portaria nº 245/GM, de 17 de fevereiro de 2005). Para a solicitação de cadastramento do serviço junto ao Ministério da Saúde deve-se seguir os procedimentos: 1) Requerer à Comissão Intergestores Bipartite, por meio do Secretário de Estado da Saúde, a aprovação do pedido de cadastramento do serviço; e 2) Encaminhar processo de solicitação de cadastramentos ao Ministério da Saúde, instruído com a seguinte documentação: A - Documentação da Secretaria Municipal de Saúde e do gestor, B - Projeto Técnico do CAPS, C - Planta Baixa do CAPS, D - Discriminação da Equipe Técnica, anexados os currículos dos componentes, E - Relatório de Vistoria realizada pela Secretaria de Estado da Saúde (ref. Portaria nº 336/GM, de 19/02/02 e Portaria nº 189/SAS de 20/03/02). Os CAPS anteriormente implantados já recebem os recursos para sua manutenção da Média e Alta Complexidade - via fundo a fundo.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
522 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) Implantados	0 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) Implantados	522 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) Implantados
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 53.474.890,00	R\$ 0,00	R\$ 53.474.890,00

Maiores Informações:

saudemental@saude.gov.br
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	Em 2009 foram implantados 386 CAPS. Em 2010 serão ofertados mais 142 novos CAPS aos territórios. Aqueles territórios que possuem meta física mas zero de meta financeira, significa que os CAPS já foram implantados e que em 2010 receberão recursos para serem mantidos. Os territórios em que aparece meta física e financeira na Matriz 2010 são os lugares para onde serão ofertados os 142 novos CAPS.
--	--

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	6	0,00	6	0,00
Encaminhamento do Colegiado: *					
<p>Comentário do(a) Gestor(a): Os novos CAPS previstos querem dizer que o município tem potencial para implantar um CAPS e que a iniciativa para implantação do serviço deve ser do gestor local, que deve encaminhar ao Ministério da Saúde a solicitação formal, conforme especificado no passo a passo. O valor da manutenção dos implantados vão fundo a fundo com outros recursos para o município, portanto não é informado em separado.</p>					

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

24 - Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania aos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 / 2010

Ação (nome de fantasia):
Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania aos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Municípios Atendidos
Descrição:
<p>O SAMU 192 é um programa de atendimento pré-hospitalar móvel. De acordo com a Política Nacional de Atenção às Urgências, o SAMU é o componente móvel da rede de atenção às urgências. Seu objetivo é chegar precocemente a população em situações de urgência e emergência, oferecendo atendimento qualificado e resolutivo, de maneira ininterrupta, nas 24 horas, 7 dias por semana.</p> <p>O SAMU realiza o primeiro atendimento em caso de urgências clínicas, cirúrgicas, obstétricas, pediátricas, psiquiátricas e decorrentes de causas externas (trauma).</p> <p>O primeiro atendimento adequado e o transporte até a unidade hospitalar de referência são fundamentais para a redução da morbimortalidade e das seqüelas causadas por urgências/emergências médicas.</p> <p>O princípio norteador do SAMU 192 é a Regulação Médica de Urgências. Através das Centrais de Regulação Médica qualquer cidadão, ao discar o número 192, tem acesso à escuta médica qualificada nas 24 horas do dia, podendo o médico regulador definir qual o melhor recurso a ser mobilizado naquele exato momento.</p> <p>O SAMU 192 é o elo organizador da rede de atenção às urgências permitindo a qualificação do fluxo dos usuários no sistema, também funciona como um observatório privilegiado das condições de saúde e de assistência na região.</p>
Beneficiários:
População dos Territórios da Cidadania
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Saúde - MS
Unidade Executora:
Secretaria de Atenção à Saúde - SAS
Com quem executa:
Estados e Municípios

Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:

Os municípios deverão se organizar regionalmente para elaboração de proposta de projeto SAMU 192 (fase correspondente às Etapas I e II) que será enviada a Comissão Intergestores Bipartite (CIB) do seu Estado (Etapa III) e após aprovação será remetida ao Ministério da Saúde para análise e liberação de recursos Etapas IV a X).

ETAPA I - Elaboração de Projeto Regional que contenha:

1. Descrição clara da área de abrangência, cobertura populacional, classificação quanto ao tipo de Gestão, inserção no PDR, capacidade de realizar PABA + M1. Considerar distâncias e acessos entre os municípios envolvidos.
2. Descrição da Rede de Assistência à Saúde, desde Atenção Básica até a Hospitalar;
3. Descrição da Rede de Urgência e Emergência da região descrever funcionamento e operacionalização, atendimentos de urgência realizados nos diversos níveis de atenção.
4. Elaboração da Grade de Referência e contra Referência das Urgências, (Especificando pequenas, médias e grandes urgências), com a assinatura dos Gestores Hospitalares;
5. Ações desenvolvidas para apoio à captação de órgãos;
6. Ações desenvolvidas relativas a política de humanização;
7. Dimensionamento da Central Reguladora (área física, disponibilidade do número 192, número de médicos reguladores, Sistema de radiotelefonia e pontos de atendimento);
8. Descrever localização das Bases Descentralizadas considerando espaço físico para acomodação das equipes descentralizadas;
9. Número de Viaturas de Suporte Básico e Avançado pleiteadas;
10. Mapa da malha viária com a localização das unidades de saúde, Central de Regulação e ambulâncias;
11. Termo de Parcerias dos Órgãos de Apoio existentes na região (Defesa Civil, Infraero, Exército, Marinha, Aeronáutica, Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil, Gestores Hospitalares);
12. Plano Regional de Atenção às Urgências;
13. Descrição da forma de contratação dos Servidores do SAMU com dimensionamento previsto;
14. Projeto arquitetônico da Central de Regulação, conforme o Programa mínimo do Ministério da Saúde Coordenação Geral de Urgência e Emergência (CGUE) e com o dimensionamento de postos de trabalho em quantitativo adequado à Portaria GM 2970 de 2008.

ETAPA II Documentos anexos ao Projeto

1. Termo de compromisso assinado pelos gestores Hospitalares, se comprometendo a receber os pacientes atendidos, regulados e removidos pelo SAMU, conforme estabelecido na Portaria GM/MS 2048/02;
2. Ato de Criação do Comitê Gestor de Atenção às Urgências / Ata da Reunião;
3. Portaria de Nomeação: Coordenador Regional e/ou Estadual de Atenção às Urgências, Coordenador geral do SAMU, Coordenador de Enfermagem;
4. Termo de compromisso dos Gestores Municipais de aplicação exclusiva dos recursos do SAMU 192;
5. Termo de compromisso do Município de repasse do banco de dados do SAMU 192 ao Ministério da Saúde;
6. Termo de compromisso de apresentação trimestral de indicadores de desempenho;
7. Termo de pactuação com o Conselho Tutelar da Infância e da Juventude;
8. Descrição das etapas do projeto SAMU 192;
9. Termo de adesão dos municípios ao Plano Regional de urgência.

ETAPA III Aprovação na Comissão Intergestores Bipartite

1. Aprovação do Projeto na CIB/Bipartite anexando cópia da Ata de aprovação no Projeto SAMU, esclarecendo a pactuação Tripartite;
2. Elaborar o projeto em duas vias. Ficar uma no Município e encaminhar uma (01) ao Ministério da Saúde

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

(anexado todos os termos de compromisso, pactuação e ofício da CIB/Bipartite do Município no início do Projeto);

ETAPA IV Avaliação de mérito da proposta de Projeto

1. Avaliação do projeto pelo Consultor do Ministério da Saúde e emissão de Parecer Técnico ao proponente.

ETAPA V Avaliação do projeto arquitetônico do SAMU 192

Área Física: Após a aprovação do projeto arquitetônico será liberado o recurso financeiro para construção ou reforma da Central de Regulação Regional das Urgências, conforme Portaria GM nº 2970 de 2008.

Municípios com população até 350.000 habitantes R\\\$100.000,00;
Municípios com população entre 350.001 a 1.500.000 - R\\\$ 150.000,00
Municípios com população entre 1.500.001 a 4.000,00 - R\\\$ 175.000,00
Municípios com população acima de 4.000.001 habitantes R\\\$ 200.000,00

ETAPA VI Informações sobre a contratação de Recursos Humanos

1. Encaminhamento ao Ministério da Saúde escala de recursos humanos, que irão trabalhar no SAMU 192;
2. Ofício informando que os recursos humanos encontram-se contratados, a construção encontra-se em condições de funcionamento, os uniformes estão confeccionados e que o número 192 está disponível em toda área de cobertura do SAMU 192;
3. Ofício Solicitando o Curso de Regulação Médica.

ETAPA VII Liberação de veículos

1. Liberação dos veículos com seus respectivos equipamentos.

ETAPA VI Visita técnica e Curso de Regulação

1. Visita Técnica do Ministério da Saúde.
2. Realização de Curso de Regulação

ETAPA IX Inauguração

1. Inauguração.

ETAPA X Habilitação do Serviço

1. Habilitação através de Portaria GM publicada no Diário Oficial.
- Recursos financeiros mensais repassados pelo Ministério da Saúde (custeio):

Central de Regulação de acordo com o porte do SAMU 192, conforme PT GM 2970
Unidade de Suporte Básico R\\\$ 12.500,00
Unidade de Suporte Avançado R\\\$ 27.500,00

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

De acordo com a avaliação do projeto poderão ser incluídos ambulanchas e helicópteros (em convênio com a Polícia Rodoviária Federal - PRF) que serão tripulados por uma equipe de suporte avançado.

Papel do colegiado na definição da prioridade:

Articular/mobilizar os Conselhos Municipais de Saúde e os Gestores Municipais da região para pactuação da implantação ou ampliação do SAMU 192 de forma a beneficiar os municípios do Território. Os projetos devem ser elaborados nos Colegiados e aprovados pela Comissão Intergestores Bipartite do respectivo Estado.

Forma de acesso ao recurso:

Os municípios terão acesso aos recursos de investimento do SAMU 192 após a aprovação dos projetos pelo Ministério da Saúde e aos recursos de custeio após a habilitação do serviço. Legislação: Portaria GM/MS nº. 2048/02 Portaria GM/MS nº. 1863/03 Portaria GM/MS nº. 1864/03 Portaria GM/MS nº. 2970/2008 Portaria GM MS nº. 2971/2008 Obs.1: A meta física indica os territórios que já estão inseridos em projetos propostos. Obs.2: A meta financeira só pode ser obtida após a pactuação entre os gestores locais e a elaboração dos projetos.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
683 Municípios Atendidos	0 Municípios Atendidos	683 Municípios Atendidos
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Maiores Informações:

cgue@saude.gov.br
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	1	0,00	1	0,00

Encaminhamento do Colegiado: *

Comentário do(a) Gestor(a): A meta física indica os territórios que já estão inseridos em projetos propostos. A meta financeira só pode ser obtida após a pactuação entre os gestores locais e a elaboração dos projetos de implantação do SAMU 192.

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

25 - Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) - Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia / 2010

Ação (nome de fantasia):
Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) - Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Centros Implantados
Descrição:
Os Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) são estabelecimentos de saúde bucal cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), classificados como Clínica Especializada/Ambulatório de Especialidade, que oferece serviço de Odontologia gratuito à população e realiza no mínimo, as seguintes atividades: I - diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer bucal; II - periodontia especializada; III - cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros; IV - endodontia; e V - atendimento a portadores de necessidades especiais. ver anexo Contatos: Coordenação Nacional de Saúde Bucal/DAB/SAS/MS Correio eletrônico: cosab@saude.gov.br Telefones: (61) 3315-2728/2583/2808
Beneficiários:
População dos Territórios da Cidadania
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Saúde - MS
Unidade Executora:
Secretaria de Atenção à Saúde - SAS
Com quem executa:
Estados e municípios
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Para quem: População dos Municípios nas Unidades da Federação de todo o País. Produto: Centros de Especialidades Odontológicas CEOs Legislação: Portarias GM nº 599 e 600 de 23 de março de 2006, Portaria GM 2374, de 10 de outubro de 2009, Portaria GM 2375, de 10 de outubro de 2009, que estão disponíveis em www.saude.gov.br/bucal. Unidade Executora.: DAB/SAS/Ministério da Saúde Contatos: Coordenação Nacional de Saúde Bucal/DAB/SAS/MS Correio eletrônico cosab@saude.gov.br e Telefones: (61) 3306-8055 / 8056 / 8064 / 8065 / 8067

Papel do colegiado na definição da prioridade:

Ação de mobilização/articulação na preparação do diagnóstico para melhor localização do CEO para a implantação nos Territórios e na aprovação pelos órgãos deliberativos: Conselhos Municipais e Estadual, Comissão Intergestores Bipartite para aprovação do pleito.

Forma de acesso ao recurso:

Como credenciar um CEO: o gestor municipal/estadual interessado em implantar um CEO deverá apresentar sua proposta ao Conselho Municipal/Estadual de Saúde e, se aprovada, encaminhar à Comissão Intergestores Bipartite (CIB) do respectivo Estado, indicando se o pleito é para CEO Tipo 1 (com três cadeiras), CEO Tipo 2 (com quatro cadeiras) ou CEO Tipo 3 (com sete ou mais cadeiras). Caberá às CIB's solicitar o credenciamento dos CEOs ao Ministério da Saúde para apreciação e formalização em portaria específica. A proposta deverá contemplar minimamente os seguintes elementos: a) Identificação do município ou estado pleiteante e Unidade Básica de Saúde, com cópia do CNES; b) Descrição dos serviços que serão ofertados; c) Demonstração da coerência com o Plano Diretor de Regionalização; d) Identificação da área de abrangência do CEO, indicando para qual município, região ou microrregião é referência, mencionando, inclusive, a população que será coberta; e) Os gestores deverão emitir documento atestando que atendem aos requisitos (de atividades, equipamentos e materiais, recursos humanos, e outros) estabelecidos no Anexo I da Portaria nº 599/GM, de 23 de março de 2006, e terão 30 (trinta) dias, a contar do credenciamento do CEO, para providenciar a atualização, caso necessário, dos sistemas de informação relacionados. Requisitos mínimos: Além das especialidades mínimas e dos respectivos equipamentos, materiais, profissionais e carga horária, os CEOs devem estar com a adequação visual da Unidade com os itens considerados obrigatórios, do Manual de Inserção de Logotipo disponibilizado na internet no endereço: http://dtr2004.saude.gov.br/dab/saudebucal/publicacoes/manual_brasil_sorridente4.pdf Obs: Para credenciar um CEO, todos os requisitos supracitados já terão que ser obedecidos. Caso existam adequações a serem feitas, poderá ser pleiteado o adiantamento do recurso de implantação (Portaria GM/MS nº 283, de 22 de fevereiro de 2005). Incentivos Financeiros: a) Construção, ampliação, reforma, aquisição de instrumental e equipamentos odontológicos: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por CEO Tipo I para implantação; R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por CEO Tipo II para implantação; e R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por CEO Tipo III para implantação; b) Custeio: R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) por mês para CEO Tipo I; R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) por mês para CEO Tipo II; e R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais) por mês para CEO Tipo III.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
294 Centros Implantados	0 Centros Implantados	294 Centros Implantados
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 29.788.200,00	R\$ 0,00	R\$ 29.788.200,00

Maiores Informações:

www.saude.gov.br/dab
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

--	--

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	Em 2009 foram implantados 207 CEOS que serão mantidos com recursos de 2010. Para 2010 está se propondo a implantação de 81 novos CEOS.
--	--

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	1	102.800,00	1	102.800,00

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

26 - Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil / 2010

Ação (nome de fantasia):
Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Farmácias Populares Implantadas e Mantidas
Descrição:
A Farmácia Popular do Brasil é um Programa do Governo Federal para ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais, beneficiando principalmente as pessoas que têm dificuldade para realizar o tratamento por causa do custo do medicamento. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), órgão do Ministério da Saúde, adquire os medicamentos de laboratórios farmacêuticos públicos ou do setor privado, quando necessário, e disponibiliza nas Farmácias Populares a baixo custo, enquanto que a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE é responsável pela habilitação dos municípios, controle, monitoramento e supervisão do Programa.
Beneficiários:
População dos Territórios da Cidadania
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Saúde - MS
Unidade Executora:
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE
Com quem executa:
Municípios
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
<p>Critérios: no caso dos municípios situados nos Territórios de Cidadania, podem ter farmácia os com mais de 40.000 habitantes</p> <p>Documentação necessária: encaminhar para a Coordenação Geral do Programa Farmácia Popular do Brasil a Proposta de Adesão (ADENDO I) e Termo de Compromisso (ADENDO II), devidamente assinados pelo Gestor Municipal ou Estadual. Nesse documento já deve ser indicado um local para instalação da unidade, que deve seguir as características preconizadas no Manual Básico do Programa. Os documentos estão disponíveis no portal do Programa Farmácia Popular do Brasil</p>

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

www.saude.gov.br, no ícone Farmácia Popular.

Características do imóvel para implantação da unidade:

Localização central, com área de grande fluxo de pessoas em vias públicas consideradas principais e que permitam acesso fácil.

Devem ser evitadas áreas próximas a unidades de saúde. Deve ter área superior a 90m².

Papel do colegiado na definição da prioridade:

Articular/mobilizar junto ao Conselho Municipal de Saúde e o gestor municipal de forma a implantar a Farmácia Popular do Brasil no Município ou no Território. A meta física programada para 2009 indica a manutenção/implantação de unidades já existentes ou previstas e possibilidade de expansão nos municípios dos Territórios, que poderá ser viabilizada ou incrementada com a articulação do Colegiado.

Forma de acesso ao recurso:

Incentivos financeiros: 1. Após aprovada a adesão do parceiro será publicada uma Portaria no Diário Oficial da União, habilitando o município, o qual receberá R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para adaptação do espaço físico. 2. Além da adaptação do espaço físico, o município deverá providenciar toda documentação necessária para regularização e legalização da Unidade, tais como CNPJ, IE, Cadastro no Conselho Regional de Farmácia, entre outros. Também deverá contratar os funcionários da unidade, assim como, confeccionar seus uniformes de acordo com o descrito no Manual Básico do Programa. 3. Após término da reforma e a realização de todos os itens descritos acima, a FIOCRUZ encaminhará todo mobiliário e equipamentos necessários para funcionamento da unidade e também realizará o treinamento dos funcionários, assim a Unidade poderá entrar em funcionamento. 4. No mês seguinte a inauguração da Unidade, o município passará a receber R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais para manutenção da Unidade, que pode ser utilizado para pagamento de água, luz, telefone, recursos humanos e demais despesas de manutenção. Salientamos que o horário de funcionamento da Unidade é padronizado para o Brasil inteiro, funcionando de segunda a sexta-feira das 8h às 18h e aos sábados das 8h às 12h. Recursos humanos (obrigatório): 1 Farmacêutico Gerente; 1 Farmacêutico Co-responsável; 1 Auxiliar de Gestão; 5 Assistentes de Gestão; e 1 Auxiliar de Serviços Gerais. Legislação de referência: - Lei 10.858, de 13 de abril de 2004: Autoriza a Fundação Oswaldo Cruz disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências. - Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004: Regulamenta a lei 10.858, de 13 de abril de 2004, e institui o Programa Farmácia Popular do Brasil e dá outras providências. - Portaria nº 2.587, de 6 de dezembro de 2004: Institui o incentivo financeiro do Programa Farmácia Popular do Brasil e dá outras providências. - Portaria nº 1.579, de 30 de julho de 2004: Constitui Grupo de Trabalho no âmbito do Ministério da Saúde e dá outras providências. - Portaria nº 1.651, de 11 de agosto de 2004: Dispõe sobre o modelo de gestão do Programa Farmácia Popular do Brasil e dá outras providências. - Resolução nº 338, de 06 de maio de 2004: Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. - Portaria nº 745, de 13 de dezembro de 2004: Define que as farmácias Populares do Brasil deverão ser registradas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES. - Convênio ICM nº 40/75: Dispõe sobre isenção de ICM sobre produtos farmacêuticos nas operações entre entidades públicas. - Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960: Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia e dá outras providências. - Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. - Lei Federal nº 9.120, de 26 de outubro de 1995: Altera dispositivos da Lei 3.820, de 11 de novembro de 1960, que dispõe sobre a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Farmácia. - Instrução Normativa STN nº 01, de 15 de janeiro de 1997: Celebração de Convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos e dá outras providências. - Portaria nº 1.767 de 24 de Julho de 2007: Dispões sobre o modelo de gestão do Programa Farmácia Popular do Brasil.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
235 Farmácias Populares Implantadas e Mantidas	0 Farmácias Populares Implantadas e Mantidas	235 Farmácias Populares Implantadas e Mantidas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 23.350.000,00	R\$ 0,00	R\$ 23.350.000,00

Maiores Informações:

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=407
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	1	50.000,00	1	50.000,00

Encaminhamento do Colegiado: *

Comentário do(a) Gestor(a): A habilitação estará condicionada à disponibilidade da capacidade de atendimento do Programa

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

27 - Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios da Cidadania / 2010

Ação (nome de fantasia):
Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios da Cidadania / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Doses aplicadas
Descrição:
O Programa Nacional de Imunização disponibiliza atualmente 45 tipos diferentes de imunizantes que são vacinas, soros heterólogos (imunoglobulinas animais) e soros homólogos (imunoglobulinas humanas) que são utilizados na prevenção e/ou tratamento de doenças. Conta com cerca de 30 mil salas de vacinas em todo País e 40 Centro de Referências para Imunobiológicos Especiais - CRIE, onde estão localizadas as vacinas administradas em pessoas com quadros clínicos específicos. O Programa oferece aos estados e municípios assessoria e apoio por meio de seus técnicos e conta com a parceria de 27 Coordenações Estaduais de Imunizações, além de referência para imunização em todos os municípios do País.
Beneficiários:
População dos municípios dos Territórios, prioritariamente: população rural, agricultores familiares, assentados, e Povos e Comunidades Tradicionais.
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. da Saúde - MS
Unidade Executora:
Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS
Com quem executa:
Estados e municípios
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
As vacinas de rotina fazem parte do Calendário Básico de Vacinação, são universais, e estão disponíveis para toda a população gratuitamente em todos os serviços de imunização do SUS. Sua compra é feita pelo Ministério da Saúde segundo o número estimado de habitantes de cada unidade federada. A vacina é comprada pelo ente federal e distribuída para os estados, que por sua vez, definem a forma e os critérios de repasse das vacinas aos seus municípios conforme solicitação deste. São os municípios responsáveis pela aplicação das vacinas e pela notificação das doses aplicadas, dos efeitos adversos e dos agravos provocados por doenças imunopreveníveis. Além das vacinas que compõe o calendário básico, o Ministério da Saúde coloca à disposição de toda a população os imunobiológicos especiais, nos Centros de Referência para

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Imunobiológicos Especiais (CRIE). São 40 CRIE em todo o Brasil, sendo que cada Unidade Federada conta com ao menos uma unidade. Os CRIE atendem, de forma personalizada, o público que necessita de produtos especiais, de alta tecnologia e de altíssimo custo, que são adquiridos pela Secretaria de Vigilância em Saúde do MS. Para fazer uso dessa medicação, porém, é necessário que a pessoa apresente a prescrição com indicação médica e um relatório clínico sobre seu caso.

Papel do colegiado na definição da prioridade:

Articulação/Mobilização: realizar diagnóstico junto aos gestores municipais e estaduais de saúde sobre as coberturas vacinais e construção de planos para a ampliação dessas coberturas nos Territórios; acompanhar a execução e ou a implementação das estratégias de imunização no Território; e sensibilizar os gestores responsáveis pelas ações. Informar os Conselhos de Saúde Estadual e Municipais das decisões do Colegiado Territorial.

Forma de acesso ao recurso:

O Ministério da Saúde possui o SI-PNI- Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações que contempla informações referentes às doses aplicadas de imunobiológicos (vacinas e soros) que são registradas por técnicos dos estados e municípios. O Sistema serve como fomento para a tomada de decisão dos gestores e para os técnicos avaliarem e acompanharem as ações de imunização em seu estado e proporem estratégias para os grupos e regiões onde a cobertura vacinal não foi alcançada. O Ministério da Saúde também é responsável pela aquisição e distribuição de soros para as Secretarias Estaduais de Saúde, além do acompanhamento quanto à armazenagem e o controle de qualidade. As Secretarias Estaduais de Saúde coordenam a distribuição dos soros para os hospitais públicos habilitados pela Secretaria de Saúde do Estado ou do Município. Os produtos imunobiológicos básicos são, em sua grande maioria, fabricados no Brasil.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
60.983.310 Doses aplicadas	0 Doses aplicadas	60.983.310 Doses aplicadas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 168.137.727,45	R\$ 0,00	R\$ 168.137.727,45

Maiores Informações:

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=28894, cgpni@saude.gov.br
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	1.333.813	3.319.614,25	372.439	856.697,68

Encaminhamento do Colegiado: *

Comentário do(a) Gestor(a): Metas ajustadas em junho de 2010 para melhor retratar a programação

O arquivo com o detalhamento das metas desta ação está no seguinte endereço:
<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/4316942>

28 - FNHIS - Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (contratações 2007 e 2008) / 2007 e 2008

Ação (nome de fantasia):
FNHIS - Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (contratações 2007 e 2008) / 2007 e 2008
Produto e Unidade de Medida:
Famílias Atendidas
Descrição:
A ação visa apoiar estados, Distrito Federal e municípios na melhoria dos padrões de salubridade, segurança e habitabilidade das edificações produzidas, reformadas ou ampliadas no âmbito do processo de auto-gestão habitacional no país, por intermédio de apoio à prestação de serviços de assistência técnica, assim entendida como o conjunto de ações voltadas à elaboração de projetos, acompanhamento e execução da obra, trabalho social e jurídico. O programa pode ser acessado de duas formas: a) seleção pública de propostas realizada periodicamente pelo Ministério das Cidades. Para participar da seleção pública, o proponente deve preencher formulário eletrônico do programa, disponível no site no período de seleção, para envio de proposta, que será analisada pelos técnicos do Ministério. b) Emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual (LOA). Quando acessado por meio de emenda parlamentar, o agente executor deve aguardar comunicação do MCidades e da Caixa para envio de documentação. A intervenção deve seguir as regras do programa, enquadrar-se em seus objetivos e diretrizes.
Beneficiários:
Famílias de baixa renda
Ano do orçamento:
2007 e 2008
Órgão Executor:
Min. das Cidades - MCid
Unidade Executora:
Secretaria Nacional de Habitação - SNH
Com quem executa:
Estados, Distrito Federal e Municípios
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Critérios para seleção de propostas: 1. No processo de seleção serão consideradas as disponibilidades orçamentária e financeira, acatando como prioritárias as propostas que vierem a atender os critérios de elegibilidade, listados segundo sua

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

ordem de importância: a) municípios com serviço pré-existente de assistência técnica à habitação de interesse social; b) existência de parcerias com entidades da sociedade civil e/ou Agentes Financeiros de habitação de interesse social na prestação de serviços de assistência técnica; c) existência de ações de assistência técnica focalizadas, integradas a projetos de requalificação urbana ou ZEIS; d) municípios, estados e Distrito Federal com obrigatoriedade de apresentar o Plano Local de Habitação de Interesse Social até 31 de dezembro de 2007, conforme definido pela Resolução nº 2, de 24 de agosto de 2006, do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social; e e) existência de Fundo Local de Habitação de Interesse Social e Conselho Gestor do Fundo Local de Habitação de Interesse Social nos Municípios, Estados e Distrito Federal que já tenham implementado os instrumentos de adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. 2. Fica automaticamente cancelada a seleção de proposta que venha a apresentar, na fase de contratação, alterações nas informações prestadas por meio da consulta prévia, relacionadas aos critérios descritos neste item.

Papel do colegiado na definição da prioridade:

Controle social, uma vez que as metas informadas foram contratadas em 2007 e 2008. Adicionalmente, verificar se os municípios do Territórios podem acessar os recursos e serem beneficiados em editais futuros.

Forma de acesso ao recurso:

Processo de seleção pública via internet (www.cidades.gov.br)

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
38.552 Famílias Atendidas	0 Famílias Atendidas	38.552 Famílias Atendidas

Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 7.756.954,13	R\$ 0,00	R\$ 7.756.954,13

Maiores Informações:

www.cidades.gov.br

www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	944	188.768,20	944	188.768,20

Encaminhamento do Colegiado: *

Comentário do(a) Gestor(a): O Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários/SNH é o responsável pelo monitoramento desta ação. No arquivo de detalhamento possui a % de obra realizada e o respectivo número de contrato. Estas ações são públicas e divulgadas para a sociedade por meio dos Balanços do PAC, podendo ser acessado em <http://www.pac.gov.br> no menu resultados. Persistindo pendências e/ou dúvidas, entrar em contato com a assessoria do DUAP pelo e-mail: duap.assessoria@cities.gov.br que ela dará o encaminhamento aos técnicos responsáveis.

Detalhamento desta ação:

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

SC

COD	UF	Território	Exercício Orçamentário	Nome do Município	IBGE 7Dig	Programa	Ação	Investimento R\$	Investimento executado R\$	Modalidade	Nome Intervenção	Famílias Beneficiadas	Tomador
33	SC	Meio Oeste Contestado - SC	2007	Capinzal	4203907	PAC FNHIS2007	HIS	20.572,40	19.080,00	Assistência Técnica	Assistência Técnica - Sede do município	103,00	M
33	SC	Meio Oeste Contestado - SC	2008	Xaxim	4219705	PAC FNHIS2008	HIS	48.000,00	- 0	Assistência Técnica	Assistência Técnica - Sede do município	240,00	M
33	SC	Meio Oeste Contestado - SC	2008	Xaxim	4219705	PAC FNHIS2008	HIS	48.000,00	- 0	Assistência Técnica	Assistência Técnica - Bairro Santa Terezinha	240,00	M
33	SC	Meio Oeste Contestado - SC	2008	Entre Rios	4205175	PAC FNHIS2008	HIS	31.030,00	- 0	Assistência Técnica	Assistência Técnica - Sede do município	155,00	M
33	SC	Meio Oeste Contestado - SC	2008	Abelardo Luz	4200101	PAC FNHIS2008	HIS	41.165,80	- 0	Assistência Técnica	Assistência Técnica - Sede do município	206,00	M

29 - FNHIS - Habitação de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009

Ação (nome de fantasia):
FNHIS - Habitação de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009
Produto e Unidade de Medida:
% de Obra concluída
Descrição:
A ação objetiva apoiar estados, Distrito Federal e municípios no acesso da população com renda familiar mensal de até R\\$\\$ 1.050,00 (um mil e cinqüenta reais) à habitação digna, regular e dotada de serviços públicos, em localidades urbanas ou rurais, mitigando as desigualdades sociais e contribuindo para a ocupação urbana planejada. O programa pode ser acessado de duas formas: a) seleção pública de propostas realizada periodicamente pelo Ministério das Cidades. Para participar da seleção pública, o proponente deve preencher formulário eletrônico do programa, disponível no site no período de seleção, para envio de proposta, que será analisada pelos técnicos do Ministério. b) Emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual (LOA). Quando acessado por meio de emenda parlamentar, o agente executor deve aguardar comunicação do MCidades e da Caixa para envio de documentação. A intervenção deve seguir as regras do programa, enquadrar-se em seus objetivos e diretrizes.
Beneficiários:
Famílias de baixa renda
Ano do orçamento:
2007, 2008 e 2009
Órgão Executor:
Min. das Cidades - MCid
Unidade Executora:
Secretaria Nacional de Habitação - SNH
Com quem executa:
Estados, Distrito Federal e Municípios
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
<p>Critérios para seleção de propostas: 1. Possuir projeto básico desenvolvido da área de intervenção desenvolvido. 2. Possuir projeto-executivo desenvolvido da área de intervenção 3. Atender à população residente em áreas sujeitas a fatores de risco, insalubridade ou degradação ambiental, assim consideradas as erosões, desmoronamentos, alagados, cortiços, palafitas, deslizamentos, lixões, enchentes, ocupação de áreas de mananciais, entre outros. 4. Atender a demandas apresentadas por movimentos sociais, associações e grupos representativos de segmentos da população. 5. Atender à população residente em município com índice de déficit habitacional superior à média nacional, conforme estudo intitulado Déficit Habitacional no</p>

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Brasil, da Fundação João Pinheiro. 6. Ser considerada prioritária por Conselho Municipal ou Estadual ou órgão de caráter equivalente.

Papel do colegiado na definição da prioridade:

Controle social, uma vez que as metas informadas foram contratadas em 2007 e 2008. Adicionalmente, verificar se os municípios do Territórios podem acessar os recursos e serem beneficiados em editais futuros.

Forma de acesso ao recurso:

Processo de seleção pública via internet (www.cidades.gov.br)

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
10.200 % de Obra concluída	0 % de Obra concluída	10.200 % de Obra concluída
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 311.207.376,39	R\$ 0,00	R\$ 311.207.376,39

Maiores Informações:

www.cidades.gov.br
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	100	3.954.257,22	100	4.197.175,70

Encaminhamento do Colegiado: *

Comentário do(a) Gestor(a): O Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários/SNH é o responsável pelo monitoramento desta ação. No arquivo de detalhamento possui a % de obra realizada e o respectivo número de contrato. Estas ações são públicas e divulgadas para a sociedade por meio dos Balanços do PAC, podendo ser acessado em <http://www.pac.gov.br> no menu resultados. Persistindo pendências e/ou dúvidas, entrar em contato com a assessoria do DUAP pelo e-mail: duap.assessoria@cidades.gov.br que ela dará o encaminhamento aos técnicos responsáveis.

Detalhamento desta ação:

SC

COD	UF	Território	Exercício Orçamentário	Nome do Município	IBGE 7Dig	Programa	Ação	Investimento R\$	Investimento executado R\$	Modalidade	Nome Intervenção	Famílias Beneficiadas	Tomada
33	SC	Meio Oeste Contestado - SC	2008	Faxinal dos Guedes	4205308	PAC FNHIS2008	HIS	1.234.282,37	0,00	Provisão Habitacional	Produção Habitacional - Desmembramento	33	M

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

											Chácara nº 106		
33	SC	Meio Oeste Contestado - SC	2008	Xaxim	4219705	PAC FNHIS2008	HIS	580.996,88	40.409,00	Provisão Habitacional	Produção Habitacional - Bairro Chagas	24	M
33	SC	Meio Oeste Contestado - SC	2008	São Domingos	4216107	PAC FNHIS2008	HIS	553.349,94	284.870,68	Provisão Habitacional	Produção Habitacional - Construção de Habitações de Interesse Social	36	M
33	SC	Meio Oeste Contestado - SC	2008	Xanxerê	4219507	PAC FNHIS2008	HIS	535.106,71	408.046,00	Provisão Habitacional	Produção Habitacional - Diversos bairros do Município de Xanxerê	30	M
33	SC	Meio Oeste Contestado - SC	2008	Abelardo Luz	4200101	PAC FNHIS2008	HIS	695.583,74	493.099,40	Provisão Habitacional	Produção Habitacional - Abelardo Luz	36	M
33	SC	Meio Oeste Contestado - SC	2008	Água Doce	4200408	PAC FNHIS2008	HIS	597.856,06	132.551,16	Provisão Habitacional	Produção Habitacional - Sede do município	28	E
70	SC	Planalto Norte - SC	2008	São Bento do Sul	4215802	PAC FNHIS2008	HIS	769.588,59	442.822,00	Provisão Habitacional	Produção Habitacional - Sede do município	35	M
70	SC	Planalto Norte - SC	2007	Canoinhas	4203808	PAC FNHIS2007	HIS	1.195.670,35	739.260,00	Provisão Habitacional	Produção Habitacional - Loteamento Água Verde	70	M

30 - FNHIS - Planos Habitacionais de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009

Ação (nome de fantasia):
FNHIS - Planos Habitacionais de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009
Produto e Unidade de Medida:
Planos Realizados
Descrição:
A ação objetiva apoiar Estados, DF e Municípios na elaboração ou revisão de Plano Habitacional de Interesse Social PLHIS, requisito previsto na Lei nº. 11.124 e Resoluções nº. 2 e 7, do Conselho Gestor do FNHIS, para adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS. Tem como objetivo específico viabilizar recursos financeiros para a realização das ações e atividades necessárias à formulação ou implementação de investimentos habitacionais que garantam dignidade às pessoas, em especial, às famílias de baixa de renda. O programa pode ser acessado de duas formas: a) seleção pública de propostas realizada periodicamente pelo Ministério das Cidades. Para participar da seleção pública, o proponente deve preencher formulário eletrônico do programa, disponível no site no período de seleção, para envio de proposta, que será analisada pelos técnicos do Ministério. b) Emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual (LOA). Quando acessado por meio de emenda parlamentar, o agente executor deve aguardar comunicação do MCidades e da Caixa para envio de documentação. A intervenção deve seguir as regras do programa, enquadrar-se em seus objetivos e diretrizes.
Beneficiários:
Famílias de baixa renda
Ano do orçamento:
2007, 2008 e 2009
Órgão Executor:
Min. das Cidades - MCid
Unidade Executora:
Secretaria Nacional de Habitação - SNH
Com quem executa:
Estados, Distrito Federal e municípios
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Critérios para apresentação e seleção de propostas: 1. municípios com obrigatoriedade de apresentar o PLHIS até 31 de dezembro de 2007, conforme definido pela Resolução nº 2, de 24 de agosto de 2006, de Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, priorizando-se ainda, entre estes, aqueles que apresentem as seguintes características: a) sejam integrantes de regiões metropolitanas ou equivalentes; e b) possuam população superior a 20.000 (vinte mil) habitantes. 2. existência de Fundo Local de Habitação de Interesse Social e Conselho Gestor do Fundo Local de Habitação

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

de Interesse Social. 3. municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior à média nacional. 4. municípios com maior valor percentual de déficit habitacional, inadequação de domicílios e domicílios em setores subnormais em relação ao total de domicílios do município, na forma definida na publicação Déficit Habitacional no Brasil Fundação João Pinheiro.

Papel do colegiado na definição da prioridade:

Informativo para controle social, uma vez que as metas informadas foram contratadas em 2007 e 2008. Adicionalmente, verificar se os municípios do Territórios já aderiam ao Sistema, se já estão sendo beneficiados pela ação ou se devem ainda acessar os recursos.

Forma de acesso ao recurso:

Processo de seleção pública via internet (www.cidades.gov.br)

Meta Fis. Territorializada:

544 Planos Realizados

Meta Fis. ainda não Territorializada:

0 Planos Realizados

Meta Física Total:

544 Planos Realizados

Meta Territorializada:

R\$ 26.502.754,95

Meta ainda não Territorializada:

R\$ 0,00

Meta Financeira Total:

R\$ 26.502.754,95

Maiores Informações:

www.cidades.gov.br

www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	7	317.722,26	7	336.750,24

Encaminhamento do Colegiado: *

Comentário do(a) Gestor(a): O Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários/SNH é o responsável pelo monitoramento desta ação. No arquivo de detalhamento possui a % de obra realizada e o respectivo número de contrato. Estas ações são públicas e divulgadas para a sociedade por meio dos Balanços do PAC, podendo ser acessado em <http://www.pac.gov.br> no menu resultados. Persistindo pendências e/ou dúvidas, entrar em contato com a assessoria do DUAP pelo e-mail: duap.assessoria@cities.gov.br que ela dará o encaminhamento aos técnicos responsáveis.

Detalhamento desta ação:

SC

COD	UF	Território	Exercício Orçamentário	Nome do Município	IBGE 7Dig	Programa	Ação	Investimento R\$	Investimento executado R\$	Modalidade	Nome Intervenção	Tomador	Estágio dos Empreendimentos
70	SC		2008		4215802		HIS	78.000,00	58.640,00			M	Em execução

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

		Planalto Norte - SC		São Bento do Sul		PAC FNHIS2008				Planos Locais de Habitação de Interesse Social	Elaboração de Plano Municipal de Habitação		
70	SC	Planalto Norte - SC	2008	Papanduva	4212205	PAC FNHIS2008	HIS	32.897,00	28.970,00	Planos Locais de Habitação de Interesse Social	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	M	Em execução
70	SC	Planalto Norte - SC	2008	Mafra	4210100	PAC FNHIS2008	HIS	65.864,00	58.640,00	Planos Locais de Habitação de Interesse Social	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	M	Em execução
70	SC	Planalto Norte - SC	2008	Monte Castelo	4211108	PAC FNHIS2008	HIS	30.811,90	28.970,00	Planos Locais de Habitação de Interesse Social	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	M	Concluído
70	SC	Planalto Norte - SC	2008	Rio Negrinho	4215000	PAC FNHIS2008	HIS	61.491,27	58.640,00	Planos Locais de Habitação de Interesse Social	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	M	Em execução
70	SC	Planalto Norte - SC	2007	Canoinhas	4203808	PAC FNHIS2007	HIS	34.200,00	28.970,00	Planos Locais de Habitação de Interesse Social	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	M	Concluído
33	SC	Meio Oeste Contestado - SC	2007	Capinzal	4203907	PAC FNHIS2007	HIS	57.579,22	54.684,00	Planos Locais de Habitação de Interesse Social	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	M	Concluído
33	SC	Meio Oeste Contestado - SC	2007	Ouro	4211801	PAC FNHIS2007	HIS	30.870,00	28.970,00	Planos Locais de Habitação de Interesse Social	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	M	Concluído
70	SC	Planalto Norte - SC	2007	Porto União	4213609	PAC FNHIS2007	HIS	61.672,50	58.640,00	Planos Locais de Habitação de Interesse Social	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	M	Em execução
33	SC	Meio Oeste Contestado - SC	2007	São Domingos	4216107	PAC FNHIS2007	HIS	34.730,00	28.970,00	Planos Locais de Habitação de Interesse Social	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	M	Concluído
33	SC	Meio Oeste Contestado - SC	2007	Xaxim	4219705	PAC FNHIS2007	HIS	30.895,98	28.970,00	Planos Locais de Habitação de Interesse Social	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	M	Em execução
33	SC	Meio Oeste Contestado - SC	2008	Xanxerê	4219507	PAC FNHIS2008	HIS	69.845,04	58.640,00	Planos Locais de Habitação de Interesse Social	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	M	Em execução

31 - Operação do Sistema de Acesso Banda Larga / 2010

Ação (nome de fantasia):
Operação do Sistema de Acesso Banda Larga / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Pontos de Presença GESAC (antena e conexão terrestre)
Descrição:
Operação do sistema de acesso a serviços públicos e à rede mundial de informação, por meio eletrônico, inclusive acompanhamento, avaliação de desempenho e de satisfação dos usuários e fiscalização da prestação de serviços.
Beneficiários:
Alunos e comunidade próxima ao telecentro
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. das Comunicações - MC
Unidade Executora:
Secretaria de Telecomunicações - STE
Com quem executa:
MEC, MD, MinC, MDA, COEP, MMA, MME, SEAP, FBB, MPOG, GOV. PI, CASA DE CULTURA TAINA, MDS, dentre outros.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Escolas indicadas pelo MEC, IDH e escassez de infra-estrutura de telecomunicações.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Mobilizar e articular os parceiros para atendimento das instituições conveniadas.
Forma de acesso ao recurso:
Parceria firmada entre a instituição responsável e o Ministério das Comunicações.

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
6.155 Pontos de Presença GESAC (antena e conexão terrestre)	0 Pontos de Presença GESAC (antena e conexão terrestre)	6.155 Pontos de Presença GESAC (antena e conexão terrestre)
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 17.270.773,00	R\$ 0,00	R\$ 17.270.773,00
Maiores Informações:		
http://www.idbrasil.gov.br/ www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	49	150.096,00	49	150.096,00

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

32 - Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas / 2010

Ação (nome de fantasia):
Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Comunidades Apoiadas
Descrição:
Prover as comunidades quilombolas rurais de meios para o seu desenvolvimento sustentável, através do fortalecimento da organização das suas comunidades, elaboração de planos de consolidação dos territórios, destinados à segurança alimentar de suas famílias, bem como, o apoio às atividades produtivas com vistas à geração de renda.
Beneficiários:
Quilombolas
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA
Unidade Executora:
Assessoria Técnica do Gabinete do Ministro - AEGRE
Com quem executa:
Entidades da sociedade civil sem fins lucrativos (ONGs, OSCIPs, Organizações Quilombolas).
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Comunidades inseridas em territórios priorizados, comunidades com processo de regularização fundiária em andamento.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Acompanhamento da execução dos projetos
Forma de acesso ao recurso:
Chamada de projeto

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
41 Comunidades Apoiadas	0 Comunidades Apoiadas	41 Comunidades Apoiadas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 688.872,02	R\$ 0,00	R\$ 688.872,02
Maiores Informações:		
www.mda.gov.br/aegre www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	Os recursos destinados aos territórios da cidadania neste programa, são referentes aos projetos apresentados nas chamadas públicas de 2008 e 2009, que têm parte de sua execução e orçamento disponibilizados em 2010. Devido ao contingenciamento de recursos, não houve chamada pública de projetos de apoio as comunidades quilombolas em 2010.
--	--

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	0	0,00
Encaminhamento do Colegiado: *					
Comentário do(a) Gestor(a): Devido ao contingenciamento de recursos, não houve chamada pública esse ano.					

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

33 - Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais / 2010

Ação (nome de fantasia):
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Projetos Apoiados
Descrição:
Apoiar projetos de ATER para Trabalhadoras Rurais no contexto da implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural de forma articulada com as organizações das agricultoras.
Beneficiários:
Mulheres Rurais: agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, extrativistas, quilombolas, indígenas, pescadoras artesanais, povos e comunidades tradicionais.
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA
Unidade Executora:
Assessoria Técnica do Gabinete do Ministro - AEGRE
Com quem executa:
Entidades credenciadas para a ATER
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Para priorização considerou-se a mobilização, articulação e organização das mulheres no território, observando o valor mínimo de R\$ 100.000,00 para apoio.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Informar sobre a chamada e mobilizar organizações para apresentação do projeto.
Forma de acesso ao recurso:

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

As propostas deverão ser apresentadas nas CHAMADAS PÚBLICAS realizadas por esta Assessoria. As propostas serão analisadas e selecionadas a partir dos critérios estabelecidos nos editais.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
30 Projetos Apoiados	0 Projetos Apoiados	30 Projetos Apoiados
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 4.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 4.000.000,00
Maiores Informações:		
www.mda.gov.br/aegre www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	0	0,00
Encaminhamento do Colegiado: *					
Comentário do(a) Gestor(a):					

O arquivo com o detalhamento das metas desta ação está no seguinte endereço:
<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/4226117>

34 - Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Quilombolas / 2010

Ação (nome de fantasia):
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Quilombolas / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Comunidades Assistidas
Descrição:
Viabilizar ações para que os serviços de ATER contribuam para o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, garantindo a segurança alimentar das famílias beneficiadas e apoiando as atividades produtivas com vistas à geração de trabalho e renda.
Beneficiários:
Quilombolas
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA
Unidade Executora:
Assessoria Técnica do Gabinete do Ministro - AEGRE
Com quem executa:
Entidades credenciadas em para prestação de serviços de ATER
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Foram priorizados os Territórios que possuem comites temático quilombolas
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Divulgação e mobilização das entidades
Forma de acesso ao recurso:
Por chamada pública de projeto.

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
156 Comunidades Assistidas	0 Comunidades Assistidas	156 Comunidades Assistidas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 1.500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.500.000,00
Maiores Informações:		
www.mda.gov.br/aegre www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	Estamos aguardando a regulamentação da Lei de Ater para o Lançamento da Chamada Pública
--	---

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	0	0,00

Encaminhamento do Colegiado: *

Comentário do(a) Gestor(a): Estamos aguardando a regulamentação da Lei de Ater para o Lançamento da Chamada Pública

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

35 - Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais / 2010

Ação (nome de fantasia):
Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Projetos Apoiados
Descrição:
Apoiar ações voltadas ao fortalecimento institucional, capacitação para o acesso às políticas públicas, qualificação da produção e comercialização dos grupos produtivos de mulheres trabalhadoras rurais.
Beneficiários:
Mulheres Rurais
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA
Unidade Executora:
Assessoria Técnica do Gabinete do Ministro - AEGRE
Com quem executa:
Parceiros diversos (Movimentos de Mulheres, ONGs, EMATER, Governo Estadual, Governo Municipal ou outros órgãos do Governo Federal)
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Para priorização considerou-se a mobilização, articulação e organização das mulheres no território, observando o valor mínimo de R\$ 100.000,00 para apoio.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Informar sobre a chamada e mobilizar organizações para apresentação do projeto
Forma de acesso ao recurso:

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

As propostas deverão ser apresentadas nas CHAMADAS PÚBLICAS realizadas por esta Assessoria. As propostas serão analisadas e selecionadas a partir dos critérios estabelecidos nos editais.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
50 Projetos Apoiados	0 Projetos Apoiados	50 Projetos Apoiados
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 5.600.000,00	R\$ 0,00	R\$ 5.600.000,00
Maiores Informações:		
www.mda.gov.br/aegre/ www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	0	0,00
Encaminhamento do Colegiado: *					
Comentário do(a) Gestor(a):					

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

36 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária / 2010

Ação (nome de fantasia):
Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Profissionais Capacitados
Descrição:
Capacitar e formar profissionais de nível médio e superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-econômica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria de qualidade de vida nos assentamentos.
Beneficiários:
Assentados e Assentadas da Reforma Agrária
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA
Unidade Executora:
INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária
Com quem executa:
Universidades públicas ou civis sem fins lucrativos, Estados ou Municípios, Movimentos sociais ou sindicais.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
O público-alvo desta ação será, prioritariamente, constituído de beneficiários/as das áreas de Reforma Agrária, selecionados/as pela instituição proponente por meio de critérios previamente estabelecidos, conforme detalhado nas normas do Manual de Operações do PRONERA.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Controle Social.

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Forma de acesso ao recurso:		
Instruções constam no Manual de Operações do PRONERA		
Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
1.603 Profissionais Capacitados	0 Profissionais Capacitados	1.603 Profissionais Capacitados
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 4.490.390,05	R\$ 0,00	R\$ 4.490.390,05
Maiores Informações:		
www.incra.gov.br www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	120	516.000,00

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

37 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas / 2010

Ação (nome de fantasia):
Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Famílias Atendidas
Descrição:
Consiste no provimento de recursos financeiros, sob a forma de concessão de crédito, aos beneficiários da reforma agrária, visando assegurar aos mesmos os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial e/ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária.
Beneficiários:
Assentados da Reforma Agrária
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA
Unidade Executora:
INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária
Com quem executa:
Associações e representações de trabalhadores rurais assentados
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
A prioridade é definida pela Superintendência Regional, a partir do levantamento das demandas dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Consultivo
Forma de acesso ao recurso:

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Conforma IN nº50/INCRA, de 22/12/2008, e NE nº79/INCRA, de 26/12/2008.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
60.107 Famílias Atendidas	0 Famílias Atendidas	60.107 Famílias Atendidas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 567.967.511,00	R\$ 0,00	R\$ 567.967.511,00

Maiores Informações:

www.incra.gov.br
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	52	161.000,00

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

38 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura de Projetos de Assentamento / 2010

Ação (nome de fantasia):
Implantação e Recuperação de Infra-estrutura de Projetos de Assentamento / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Famílias Assentadas Atendidas
Descrição:
Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável (construção de estradas, sistemas de abastecimento de água, entre outras).
Beneficiários:
Assentados da Reforma Agrária
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA
Unidade Executora:
INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária
Com quem executa:
Execução direta, por meio de licitações públicas, ou por meio de convênios Celeb.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
A prioridade é definida pelo Superintendente Regional. A partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados. Os Critérios técnicos, legais e financeiros são definidos pela Norma de Execução 36, de 30/03/2004 e pela Norma de Execução 54, de 29/12/2006, editadas pelo Incra.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Controle Social.
Forma de acesso ao recurso:

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Contratação direta.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
48.383 Famílias Assentadas Atendidas	10.920 Famílias Assentadas Atendidas	59.303 Famílias Assentadas Atendidas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 166.938.103,00	R\$ 60.061.897,00	R\$ 227.000.000,00

Maiores Informações:

www.incra.gov.br
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	102	450.000,00

O arquivo com o detalhamento das metas desta ação está no seguinte endereço:
<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/4208623>

39 - Terra Sol / 2010

Ação (nome de fantasia):
Terra Sol / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Famílias Assentadas Beneficiadas
Descrição:
<p>A Ação de Fomento à Agroindustrialização, à Comercialização e às Atividades Pluriativas Solidárias Terra Sol, se destina a apoiar projetos voltados para o incremento de renda dos beneficiários de Projetos de Assentamento do INCRA, tais como: apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços especializados de consultoria e/ou assessoria técnica para projetos de agroindústrias existentes e novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos; apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; e apoio à valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados; capacitação dos beneficiários - homens, mulheres e jovens - em gestão administrativa, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; apoio a atividades econômicas não agrícolas: artesanato; turismo rural e restaurante rural; fomento a agroecologia.</p>
Beneficiários:
Assentados da Reforma Agrária
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA
Unidade Executora:
INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária
Com quem executa:
Execução Direta - pelo Incra ou por meio de convênio com instituições governamentais e não governamentais.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Os recursos da Ação Terra Sol se destinam às famílias assentadas em Projetos de Assentamento do INCRA. As Superintendências têm autonomia para definir as prioridades de acordo com a realidade local, contudo, tal procedimento

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

deve atender os critérios técnicos, legais e financeiros definidos pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 76, publicada no DOU de 27/08/2008.

Papel do colegiado na definição da prioridade:

Consultivo

Forma de acesso ao recurso:

Mediante apresentação de projetos básicos para a Ação de Fomento a agroindustrialização, à comercialização e a atividades pluriativas solidárias - Terra Sol às Superintendências Regionais do INCRA, conforme o estabelecido pela NE 76/2008.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
4.521 Famílias Assentadas Beneficiadas	710 Famílias Assentadas Beneficiadas	5.231 Famílias Assentadas Beneficiadas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 2.231.915,31	R\$ 0,00	R\$ 2.231.915,31

Maiores Informações:

<http://www.incra.gov.br/Projetos e Programas - Terra Sol>
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	A Ação Terra Sol contava na LOA 2010 com um orçamento de R\$ 18.146.191,00, sendo que, desse valor, R\$ 6.000.000,00 estava com execução programada dentro dos territórios. Contudo o Decreto nº 7.174/2010 determinou um contingenciamento de R\$ 10.272.784,00 do valor programado, restando, portanto, R\$ 2.069.029,24 a ser aplicado dentro dos Territórios da Cidadania nessa Ação.
--	---

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	2.631	1.052.228,00

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

40 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados / 2010

Ação (nome de fantasia):
Assistência Técnica e Capacitação de Assentados / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Famílias Assentadas Assistidas
Descrição:
<p>Assessoramento técnico, social e ambiental permanente para a recuperação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento do assentamento, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição do plano emergencial de auto-sustentação e, no decorrer do processo, construção um modelo de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial, moradia e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de crédito e nos projetos de economia solidária e na formação de redes.</p> <p>Viabilização do assessoramento técnico, social e ambiental às famílias assentadas de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos do Manual Operacional de ATES do INCRA, sendo necessário, para isto contemplar as seguintes ações: a) Elaboração e implementação dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos PDA ou Planos de Recuperação dos Assentamentos - PRA; b) Capacitação de assentados; c) Formação de agentes de Assessoria Técnica Social e Ambiental; d) Apoio ao planejamento, acompanhamento e articulação das ações de ATES prestadas às famílias beneficiárias da Reforma Agrária.</p>
Beneficiários:
Assentados da Reforma Agrária
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA
Unidade Executora:
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Com quem executa:
Executado por meio de convênios/contratos/termos de parceria com parceiros governamentais e não governamentais.

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:		
Definida pela demanda das Superintendências Regionais, de acordo com a Norma de Execução/INCRA/nº 71/2008.		
Papel do colegiado na definição da prioridade:		
Consultivo		
Forma de acesso ao recurso:		
De acordo com a Norma de Execução/INCRA/nº 71/2008.		
Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
220.214 Famílias Assentadas Assistidas	55.226 Famílias Assentadas Assistidas	275.440 Famílias Assentadas Assistidas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 150.213.076,75	R\$ 55.226.043,29	R\$ 205.439.120,04
Maiores Informações:		
www.incra.gov.br www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	Territorializadas as metas física e financeira dos territórios da Bahia e do Mato Grosso.
--	---

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	--	--	2.340	1.296.825,00

O arquivo com o detalhamento das metas desta ação está no seguinte endereço:
<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/>

41 - Articulação para Implantação das Casas Digitais Rurais / 2010

Ação (nome de fantasia):
Articulação para Implantação das Casas Digitais Rurais / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Casas Digitais Rurais Implantadas
Descrição:
<p>As Casas Digitais Rurais são fruto do Projeto Territórios Digitais, de iniciativa do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/ MDA), em parceria com órgãos dos governos Federal, estaduais e municipais, entidades públicas e da sociedade civil.</p> <p>É uma ação exclusivamente de articulações com as três esferas de governo.</p> <p>Consiste na implantação espaços públicos e gratuitos com acesso a computadores e Internet em assentamentos, escolas agrícolas, comunidades tradicionais, sindicatos, associações e casas familiares rurais. O projeto conta ainda com formação do público atendido - agricultores (as) da reforma agrária, jovens, professores, pescadores (as), extrativistas, etc. - de maneira diferenciada e qualificada para o uso das tecnologias de informação. Conta com uma ação de capacitação no campo, contextualizada e integrada às identidades sociais, econômicas e culturais de cada comunidade, possibilitando o aprimoramento de processos de gestão da produção, controle social de políticas públicas, formação de rede de troca de experiências, complementariedade a educação formal etc.</p> <p>O objetivo é disponibilizar as ferramentas da informática digital para superação das desigualdades sociais, oferecendo oportunidades de participação ativa dos moradores e seus familiares no desenvolvimento territorial. Cada Casa Digital é composta por 3 elementos básicos: a) Kit Telecentro (10 Estações de trabalho, 1 servidor de informática, 1 impressora, 1 Roteador Wireles, 11 Estabilizadores, 1 Projetor Multimídia -Data Show-, 21 cadeiras multiuso, 11 mesas para computador, 1 mesa para impressora, 1 mesa para professor, 1 armário); b) Ponto de Conexão Internet Banda Larga; e c) Capacitação. O espaço físico, caso seja necessário contar com adequações de infra-estrutura para o recebimento dos equipamentos, é de responsabilidade da comunidade e/ou prefeitura municipal. Os Kits Telecentro e Pontos de Conexão Internet Banda Larga são assegurados pelo Termo de Cooperação Técnica 001/09 estabelecido entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério das Comunicações, seguindo cronograma e disponibilidade do último. A Capacitação é articulada em cada estado diferenciadamente, podendo contar com as parcerias do governo estadual, municipal, universidades, entidades executoras (institutos, organizações não governamentais, centros de ensino, etc.) seguindo a metodologia de aplicação utilizada pelo projeto Territórios Digitais, passível de ajustes segundo a realidade local. Os custos dos Kits Telecentros e dos Pontos de Conexão Internet Banda Larga estão computados nas respectivas ações, de responsabilidade do Ministério das Comunicações.</p>
Beneficiários:
Agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos de comunidades tradicionais.
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA
Unidade Executora:

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural Sustentável - NEAD		
Com quem executa:		
Governo Federal, governos estaduais e municipais, organizações não governamentais, universidades e iniciativa privada.		
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:		
Os critérios exigidos para indicação das localidades são os seguintes: -preferencialmente ser indicado através de consulta pública dos colegiados territoriais; -o município deve estar localizado nos Territórios da Cidadania; -a localidade deve possuir energia elétrica, organização social/ CNPJ, acesso comunitário, capacidade de prover manutenção e condições de segurança para o público e equipamentos; e -preferencialmente nas proximidades de escolas ou que exista Pronera na comunidade.		
Papel do colegiado na definição da prioridade:		
Deliberativo (indicação da localidade rural)		
Forma de acesso ao recurso:		
Por meio de articulações nas três esferas de governo;		
Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
120 Casas Digitais Rurais Implantadas	0 Casas Digitais Rurais Implantadas	120 Casas Digitais Rurais Implantadas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maiores Informações:		
www.territoriosdacidadania.gov.br - www.mda.gov.br/territoriosdigitais www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	É uma ação operacionalizada exclusivamente por meio de articulações entre órgãos governamentais, portanto não há orçamento previsto por parte do MDA/NEAD. A meta para 2010 de Casas Digitais implantadas é atender 120 Territórios da Cidadania
--	--

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	1	0,00	1	0,00

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

42 - ATER/Agricultores Familiares / 2010

Ação (nome de fantasia):
ATER/Agricultores Familiares / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Agricultores Familiares Assistidos
Descrição:
Garantir a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares com base nos princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).
Beneficiários:
Agricultores Familiares
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA
Unidade Executora:
Secretaria da Agricultura Familiar - SAF
Com quem executa:
Instituições ou organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, prestadoras de assistência técnica e extensão rural.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
As entidades devem ser credenciadas no SIBRATER e atender aos critérios de seleção estabelecidos pela SAF/MDA.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Identificação da demanda; divulgar os instrumentos e critérios de seleção e exercer o controle social.
Forma de acesso ao recurso:
chamada pública.

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
1.905.814 Agricultores Familiares Assistidos	0 Agricultores Familiares Assistidos	1.905.814 Agricultores Familiares Assistidos
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 170.481.515,00	R\$ 0,00	R\$ 170.481.515,00
Maiores Informações:		
www.mda.gov.br/saf www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	14.252	1.274.889,65	14.252	1.274.889,65

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

43 - Biodiesel / 2010

Ação (nome de fantasia):
Biodiesel / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Famílias Atendidas
Descrição:
Qualificar e ampliar a participação da Agricultura Familiar na cadeia produtiva do Biodiesel.
Beneficiários:
Agricultores Familiares
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA
Unidade Executora:
Secretaria da Agricultura Familiar - SAF
Com quem executa:
A implementação da ação será feita de maneira direta e descentralizada, com a celebração de convênios e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Execução dos projetos necessários à inserção e à qualificação da inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel, compreendendo: a) ampliação e qualificação da organização dos agricultores familiares na cadeia produtiva do biodiesel pela formação de pólos de produção; b) capacitação dos técnicos envolvidos em biodiesel; c) ampliação e diversificação da produção de oleaginosas pela agricultura familiar; d) apoio a processos de produção de sementes e mudas de oleaginosas para a agricultura familiar; e) constituição de uma base de dados da agricultura familiar e de informações sobre biodiesel (oleaginosas, tecnologias, mercados do biodiesel); e f) contratação de pesquisas nas áreas agrícolas, industriais, econômicas para a inserção econômica da agricultura familiar no biodiesel.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Consultivo

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Forma de acesso ao recurso:		
Chamada para apresentação de projetos realizada pela Secretaria da Agricultura Familiar/Coordenação de Biocombustíveis.		
Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
76.768 Famílias Atendidas	0 Famílias Atendidas	76.768 Famílias Atendidas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 8.098.552,69	R\$ 0,00	R\$ 8.098.552,69
Maiores Informações:		
http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=294 ou Portal do biodiesel - Territorios da cidadania www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	As metas planejadas para os Territórios selecionados levam em conta uma projeção de atuação do Projeto Pólos de Biodiesel.
--	--

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	763	55.251,25	763	40.999,09

Encaminhamento do Colegiado: *

Comentário do(a) Gestor(a): A meta financeira para este território é relativa a uma previsão de aplicação de recursos provenientes dos projetos que encontram-se em fase de contratação na temática do Biodiesel.

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

44 - Crédito Pronaf / 2010

Ação (nome de fantasia):
Crédito Pronaf / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Contratos Firmados
Descrição:
Prestar apoio financeiro às atividades agropecuárias, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família, no âmbito do PRONAF, por meio de concessão de empréstimos.
Beneficiários:
Agricultores familiares com DAP
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA
Unidade Executora:
Secretaria da Agricultura Familiar - SAF
Com quem executa:
Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazonia, Bannisul, bancos cooperativos, cooperativas de credito, bancos estaduais, bancos privados.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Os agricultores que demandam o crédito Pronaf devem possuir a Declaração de Aptidão do Pronaf - DAP, apresentarem situação de adimplência, atenderem todas as normas do Manual de Crédito Rural e da legislação ambiental e apresentarem projeto compatível com as demandas da família e com critérios técnicos, ambientais e sócio-econômicos.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Controle Social. Orientação e acompanhamento da aplicação do Crédito Pronaf a partir do Plano de Desenvolvimento Territorial, Plano Safra Territorial e/ou eixos e prioridades definidos pelo colegiado.
Forma de acesso ao recurso:

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

O agricultor deve fazer a Declaração de Aptidão do Pronaf - DAP, procurar a assistência técnica para elaborar o projeto e apresentar esse projeto às instituições financeiras.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
518.009 Contratos Firmados	0 Contratos Firmados	518.009 Contratos Firmados
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 2.555.049.317,83	R\$ 0,00	R\$ 2.555.049.317,83
Maiores Informações:		
www.mda.gov.br/saf www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	O bjetivo desta ação é prestar apoio financeiro às atividades agropecuárias, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família, no âmbito do PRONAF, por meio de concessão de empréstimos. Considerando as linhas de crédito do PRONAF em vigência e a maior capacidade de envolvimento dos colegiados na articulação do conjunto das ações, para 2010 está projetado aumento seja na meta física e financeira que varia entre 2 a 10%.
--	--

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	10.102	87.486.691,25	10.102	87.486.691,25
Encaminhamento do Colegiado: *					
Comentário do(a) Gestor(a): As metas da matriz levam em consideração a execução de 2009, especialmente no que se refere as principais linhas do Crédito do Pronaf operadas neste território, a capacidade de articulação do colegiado territorial, público não atendido e endividamento agrícola					

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

45 - Programa de Aquisição de Alimentos - PAA / 2010

Ação (nome de fantasia):
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Toneladas de Alimentos Adquiridos
Descrição:
Adquirir produtos da agricultura familiar e de assentados da reforma agrária, como forma de fortalecimento da comercialização dos produtos da agricultura familiar, vinculadas à formação de estoques estratégicos pelo Governo Federal e pelas organizações da Agricultura Familiar.
Beneficiários:
Agricultores(as) Familiares
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA
Unidade Executora:
Secretaria da Agricultura Familiar - SAF
Com quem executa:
CONAB
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Após a identificação e definição da demanda, pelo Território da Cidadania, o agricultor(a) familiar/organização deve apresentá-la à superintendência Regional da CONAB. Para tanto, a organização deve possuir estrutura para compra e armazenagem dos produtos que serão posteriormente vendidos para a modalidade de Formação de Estoques pela Agricultura Familiar. Para as demandas de Compra Direta da Agricultura Familiar visando a formação de estoques públicos a produção adquirida fica sob a responsabilidade da CONAB.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Consultivo

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Forma de acesso ao recurso:		
<p>O(a) agricultor(a) familiar/organização deve apresentar sua demanda à Superintendência Regional da CONAB SUREG. Para a modalidade de Formação de Estoques pela Agricultura Familiar a proposta deve ser elaborada utilizando a ferramenta PAAnet, hospedada no site da CONAB. Para a modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar, pode ser feito contato direto com a superintendência Regional da CONAB. Mais informações: Delegacias Federais do MDA (DFDA's), Órgãos Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural.</p>		
Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
32.887 Toneladas de Alimentos Adquiridos	0 Toneladas de Alimentos Adquiridos	32.887 Toneladas de Alimentos Adquiridos
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 55.821.207,47	R\$ 0,00	R\$ 55.821.207,47
Maiores Informações:		
<p>www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=386 www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/comercializacao/one-community?page_num=0 (Portal da Rede Temática de Comercialização) www.territoriosdacidadania.gov.br</p>		

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	904	1.538.318,76	904	1.538.318,76

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

46 - Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos / 2010

Ação (nome de fantasia):
Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Empreendimentos Apoiados
Descrição:
<p>Apoiar a constituição de uma base técnica competente distribuída nos estados e territórios para fomentar processos de constituição e gestão de cooperativas e associações e apoio o desenvolvimento de processos diretos de comercialização e gestão de informações. Visa também apoiar, através de elaboração de Planos de Negócios e assessorias especializadas, o desenvolvimento tecnológico e de marketing necessário para inserção dos produtos das associações e cooperativas da agricultura familiar em mercados dinâmicos, apoiando a qualificação e o reconhecimento permanente destes produtos, tanto em mercados tradicionais quanto ampliando sua inserção em mercados solidários nacionais e internacionais.</p> <p>Para implementar essa ação o MDA por meio da SDT, utiliza instrumentos estratégicos como organização de Bases de Serviço de Comercialização e Cooperativismo - BSC; Elaboração de Planos de Negócios de Empreendimentos - PNE; Elaboração de Planos Territoriais de Cadeias Produtivas - PTCP; Consultorias especializadas; Formação de Multiplicadores; Encontros, reuniões, feiras e eventos similares. O apoio aos empreendimentos a partir dessas ações poderão ser realizadas territorialmente, estadualmente ou nacionalmente.</p>
Beneficiários:
Agricultores Familiares
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA
Unidade Executora:
Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT
Com quem executa:
Governo Estadual, Governo Municipal e/ou Organizações da Sociedade Civil
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Os empreendimentos a serem apoiados são definidos de acordo com o seu caráter estratégico para o fortalecimento dos agricultores familiares nos 120 (cento e vinte) Territórios da Cidadania.

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Papel do colegiado na definição da prioridade:		
Deliberativo e Consultivo - os CODETERs definem os eixos e cadeias econômicas prioritárias, o que guia as ações a serem desenvolvidas nos empreendimentos estratégicos a serem apoiados.		
Forma de acesso ao recurso:		
Por meio de Contratos de Repasse, Contratos e/ou Convênios com entidades parceiras e afins. Para a realização das atividades, tanto a SDT, quanto as entidades parceiras poderão utilizar o instrumento do contrato, a partir de seleção por edital, para a execução das atividades ofertadas. O Gestor (SDT/MDA) define a melhor forma de descentralização dos recursos para a prestação dos serviços.		
Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
240 Empreendimentos Apoiados	0 Empreendimentos Apoiados	240 Empreendimentos Apoiados
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 26.100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 26.100.000,00
Maiores Informações:		
www.mda.gov.br www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	Ação que abarca a dinamização econômica dos territórios da cidadania com ações de cooperativismo e associativismo
--	---

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	2	217.500,00	2	217.500,00

Encaminhamento do Colegiado: *

Comentário do(a) Gestor(a): Parte dessas ações serão serviços ofertados diretamente aos empreendimentos locais selecionados, ações essas que serão complementadas por atividades realizadas no âmbito estadual, regional e/ou nacional de apoio ao território.

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

47 - Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios / 2010

Ação (nome de fantasia):
Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Membros dos Colegiados e de suas Instâncias Deliberativas e Consultivas Capacitados
Descrição:
A ação tem como objetivo fortalecer os Colegiados Territoriais como instâncias políticas do processo de desenvolvimento rural sustentável. Visa qualificar e consolidar a gestão social de políticas públicas para o desenvolvimento rural por meio da estratégia do desenvolvimento territorial. Esta ação está centrada nos elementos da gestão social a saber: organização, planejamento territorial, coordenação e controle social. Inclui-se nesta ação: atividades de qualificação e gestão de PTDRS, Plano Safra Territorial, realização de oficinas, cursos, seminários, encontros, jornadas, ações de articulação e negociação de parcerias, assessoria técnica territorial, intercâmbios de boas práticas, articulação em redes sociais de cooperação e de colegiados territoriais, visitas técnicas, reuniões do Colegiado, audiências públicas, estudos de interesse do processo de fortalecimento do Colegiado e de suas câmaras e comitês temáticos, sistematização de experiências, apoio a realização de conferências setoriais, assessorias específicas, ações de monitoramento, jornadas de avaliação do processo, instrumentos de informação e comunicação.
Beneficiários:
50 membros do Colegiado e de suas instâncias deliberativas capacitados para a gestão social do desenvolvimento
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA
Unidade Executora:
Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT
Com quem executa:
Entidades da Sociedade Civil; Instituições Governamentais e não governamentais com abrangência territorial, estadual, regional e/ou nacional; Consórcios Públicos
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
As atividades desta ação devem ser definidas em debates territoriais, reuniões ou encontros temáticos com anuência da plenária do Colegiado. As discussões devem se basear no histórico e conjuntura atual da gestão social no território e nas necessidades surgidas com a evolução do processo de organização, planejamento, controle social, monitoramento e avaliação de ações, planos, programas e projetos. Considerar a necessidade de fortalecer a capacidade de articulação,

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

negociação, participação, qualificação dos PTDRS e seus instrumentos (EPE, projetos específicos, PST); considerar a importância da inserção e participação dos diversos segmentos sociais nos Colegiados respeitando os princípios da diversidade, pluralidade e representatividade territorial.

Papel do colegiado na definição da prioridade:

Deliberar sobre a demanda e interesses de eventos e atividades citadas acima na descrição dessa ação.

Forma de acesso ao recurso:

As entidades proponentes de projetos territoriais e estaduais devem ser aprovadas pelos Colegiados Territoriais, pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS. Para projetos inter-estaduais, regionais e nacionais as entidades proponentes são aprovadas pelo Comitê de Desenvolvimento Territorial do CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável). Todos os projetos devem ser inseridos no SICONV, analisados pela SDT/MDA e encaminhados a CAIXA. Incluem ações dos Articuladores/as Estaduais, Regionais, Consultores Nacionais, Rede Nacional de Entidades Parceiras e Rede Nacional de Colaboradores/as da SDT.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
6.000 Membros dos Colegiados e de suas Instâncias Deliberativas e Consultivas Capacitados	0 Membros dos Colegiados e de suas Instâncias Deliberativas e Consultivas Capacitados	6.000 Membros dos Colegiados e de suas Instâncias Deliberativas e Consultivas Capacitados
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 19.992.000,00	R\$ 0,00	R\$ 19.992.000,00

Maiores Informações:

www.mda.gov.br/sdt
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	Esta ação substitui a ação anteriormente denominada como: Apoio a Gestão dos Planos de Desenvolvimento Territorial - PTDRS.
--	---

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	50	160.000,00	50	160.000,00

Encaminhamento do Colegiado: *

Comentário do(a) Gestor(a): Considerando que todos os Territórios já elaboraram seus PTDRS nos anos anteriores, para 2010 as atividades concernentes a sua revisão, qualificação e gestão serão previstas nesta ação, tendo em vista que sua prática constitui um dos elementos da gestão social dos territórios. Esta ação temo como foco central o fortalecimento dos Colegiados Territoriais como instâncias políticas da estratégia de desenvolvimento com enfoque territorial.

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

O arquivo com o detalhamento das metas desta ação está no seguinte endereço:

<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/4228830>

48 - Formação de Agentes de Desenvolvimento / 2010

Ação (nome de fantasia):
Formação de Agentes de Desenvolvimento / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Agentes de Desenvolvimento Capacitados
Descrição:
<p>A ação tem como objetivo geral desenvolver as capacidades humanas, por meio da promoção do conhecimento, com vistas ao desenvolvimento. Objetivos específicos:</p> <p>a) Qualificar a participação dos (as) Agentes de Desenvolvimento inseridos nos territórios rurais, a saber: representantes dos Colegiados Territoriais (poder público e sociedade civil), representantes das redes, organizações e movimentos sociais, incluindo os segmentos específicos: mulheres, jovens, comunidades tradicionais e povos indígenas;</p> <p>b) aprofundar os temas estratégicos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial, considerando o estágio do território com temas relacionados à gestão social, com ênfase nos eixos dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), monitoramento e controle social;</p> <p>c) fortalecer o papel dos Colegiados Territoriais, sobretudo, a constituição de comitês ou câmaras temáticas e as redes sociais de cooperação, a exemplo da educação do campo e da cultura.</p> <p>d) apoiar a elaboração dos Planos Territoriais de Formação oriundos do PTDRS.</p> <p>A Formação de Agentes envolve diversas modalidades: formação inicial, complementar e específica, com a utilização de metodologias participativas.</p> <p>Atividades apoiadas: oficinas, cursos, seminários, intercâmbios, encontros formativos, reuniões técnicas, formação de formadores (as), assessorias, elaboração de estudos, planos, projetos, sistematização de experiências.</p>
Beneficiários:
Cada atividade é voltada para 40 participantes.
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA
Unidade Executora:
Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT
Com quem executa:
Tanto pode ser execução direta como em parceria com outros Ministérios, Estados, Municípios e Organizações da Sociedade Civil.

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:		
As atividades desta ação devem ser definidas em debates territoriais, reuniões ou encontros temáticos com anuência da plenária do Colegiado. As discussões devem se basear no histórico e conjuntura atual da gestão social no território e nas necessidades surgidas com a evolução do processo de organização, planejamento, controle social, monitoramento e avaliação de ações, planos, programas e projetos. Considerar a necessidade de fortalecer a capacidade de articulação, negociação, participação, qualificação dos PTDRS e seus instrumentos (EPE, projetos específicos, PST); considerar a importância da inserção e participação dos diversos segmentos sociais nos Colegiados respeitando os princípios da diversidade, pluralidade e representatividade territorial.		
Papel do colegiado na definição da prioridade:		
Deliberativo em relação a: conteúdos, público, metodologia, estratégia de formação, parcerias.		
Forma de acesso ao recurso:		
As entidades proponentes de projetos territoriais e estaduais devem ser aprovadas pelos Colegiados Territoriais, pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS. Para projetos inter-estaduais, regionais e nacionais as entidades proponentes são aprovadas pelo Comitê de Desenvolvimento Territorial do CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável). Todos os projetos devem ser inseridos no SICONV, analisados pela SDT/MDA e encaminhados a CAIXA. Incluem ações dos Articuladores/as Estaduais, Regionais, Consultores Nacionais, Rede Nacional de Entidades Parceiras e Rede Nacional de Colaboradores/as da SDT.		
Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
14.000 Agentes de Desenvolvimento Capacitados	0 Agentes de Desenvolvimento Capacitados	14.000 Agentes de Desenvolvimento Capacitados
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 9.927.500,00	R\$ 0,00	R\$ 9.927.500,00
Maiores Informações:		
www.mda.gov.br www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	As ações de Formação de Agentes foram ofertadas de forma geral como Formação de Agentes de Desenvolvimento, no entanto, incluem as modalidades de Formação Inicial, Específica e Complementar. As atividades contemplam conteúdos referente à abordagem territorial (Inicial), a formação voltada para a organização de segmentos específicos - jovens, mulheres, poupações tradicionais e indígenas - e também temáticas estratégicas relacionadas aos eixos do desenvolvimento (educação, cultura) . Os custos das atividades variam de acordo com a sua abrangência e local de realização, mas custam em média 20 mil reais considerando despesas com participantes, expositores, logística, material didático etc. Na região Norte o valor diferenciado, em torno de 20% a mais, em função dos custos serem mais elevados, sobretudo, transporte. A meta física ofertada era de 40 participantes, tendo em vista que envolve pelo menos 3 atividades com cerca de 40 participantes cada.
--	--

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	40	80.000,00	120	80.000,00
Encaminhamento do Colegiado: *					
<p>Comentário do(a) Gestor(a): Ressaltamos que as ações contemplam o aprofundamento de temas estratégicos do Desenvolvimento Rural Sustentável (Formação Inicial), a formação voltada para a participação de segmentos específicos * jovens, mulheres, populações tradicionais e indígenas * e também temáticas estratégicas relacionadas aos eixos do desenvolvimento (educação, cultura dentre outros)</p>					

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

49 - Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais / 2010

Ação (nome de fantasia):
Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Projetos Apoiados
Descrição:
Apoiar técnica e financeiramente a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação de infra-estrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar, mediante a realização de obras públicas, compra de máquinas e equipamentos, veículos, bem como a contratação de serviços técnicos especializados, a partir de territórios rurais, através de contratos de repasse com governos municipais, governos estaduais e ONGs, nos casos que envolvem custeio.
Beneficiários:
agricultores familiares
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA
Unidade Executora:
Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT
Com quem executa:
Prefeituras municipais, governos estaduais e/ou organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
<p>INDICAÇÃO DE PROJETOS TERRITORIAIS PELOS COLEGIADOS:</p> <p>1. CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS - Os projetos devem estar vinculados aos eixos temáticos ou aglutinadores dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável- PTDRS;- Os projetos devem ter caráter de integração territorial ou intermunicipal;- Os projetos devem atender o público beneficiário das ações do MDA;- Para os projetos de empreendimentos econômicos e/ou sociais, deve-se indicar a forma de gestão que inclua a participação do colegiado territorial e público beneficiário;- Os projetos de agroindústrias tem de ser destinados a grupos com maior dificuldade de acesso ao crédito como de jovens, mulheres, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e indígenas, e a agricultores(as) familiares que se enquadrem no Grupo B do PRONAF e; - No caso de regiões de baixo dinamismo econômico, os projetos agroindustriais podem também contemplar agricultores(as) familiares que se enquadrem no Grupo C do PRONAF.</p> <p>2 . SUGESTÃO DE OUTROS CRITÉRIOS- Que gerem impacto na agregação de valor à produção, na geração de renda e ocupação produtiva, com sustentabilidade ambiental;- Que favoreçam a infra-estrutura de apoio ao associativismo e ao</p>

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

cooperativismo em suas diferentes formas;- Que permitam a participação e controle social dos colegiados e beneficiários;- Que tenham assegurado o assessoramento técnico necessário para viabilizar as atividades planejadas;- Que melhorem a estrutura de apoio aos Colegiados Territoriais;- Que tenham complementariedade e integração com outras políticas e programas públicos de apoio à agricultura familiar;- Projetos que sejam complementados com outras fontes de recursos;- Que atendam, além do público prioritário do MDA, grupos que tenham maior dificuldade de acesso as políticas públicas tais como: agricultores(as) do grupo B do PRONAF, jovens e mulheres;- Que atendam municípios com concentração de assentamentos da Reforma Agrária e de Agricultores Familiares;Projetos inovadores que aproveitem as potencialidades (econômicas, sociais, ambientais, culturais, históricas, de localização, dentre outras) dos territórios.

Papel do colegiado na definição da prioridade:

Deliberativo - Cabe a plenária do colegiado, indicar, os projetos a serem apoiados, apontando ordem de prioridade para sua contratação.

Forma de acesso ao recurso:

Para acesso aos recursos dessa ação os projetos devem ser discutidos e priorizados nos Colegiados Territoriais, segunda os critérios descritos anteriormente e outros que possam ser definidos pelas instâncias deliberativas estaduais. Após aprovação em plenária pelo Colegiado Territorial os projetos deverão passar por homologação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, após o que serão encaminhados para análise e contratação pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
360 Projetos Apoiados	0 Projetos Apoiados	360 Projetos Apoiados
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 120.915.000,00	R\$ 0,00	R\$ 120.915.000,00

Maiores Informações:

<http://www.mda.gov.br/sdt>
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	3	1.150.000,00	3	975.000,00

Encaminhamento do Colegiado: *

Comentário do(a) Gestor(a): As demandas serão todas atendidas, mediante o encaminhamento e aprovação dos projetos no SICONV. Os valores anteriormente apresentados foram reajustados devido à disponibilidade orçamentário desse Ministério. Os ajustes já haviam sido comunicados aos Territórios em fevereiro.

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

50 - Programa Arca das Letras / 2010

Ação (nome de fantasia):
Programa Arca das Letras / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Bibliotecas Implantadas
Descrição:
Promove o acesso aos livros e incentiva a leitura por meio da implantação de bibliotecas e da formação de agentes de leitura em assentamentos da reforma agrária, associações do crédito fundiário, comunidades de agricultura familiar, de remanescentes de quilombos, indígenas e ribeirinhas. Visa apoiar os processos educacionais e culturais, o trabalho, o lazer e o entretenimento no meio rural por meio do livro e da leitura. Arca das Letras promove a participação dos moradores no planejamento e desenvolvimento das bibliotecas, favorecendo a gestão autônoma e coletiva do programa em cada território. Os moradores, em reunião comunitária, indicam o local de funcionamento da biblioteca, escolhem os temas para formação dos acervos e os moradores que serão os agentes de leitura, voluntários que ficarão responsáveis pelas atividades da biblioteca na comunidade.
Beneficiários:
Comunidades rurais
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA
Unidade Executora:
Secretaria de Reordenamento Agrário - SRA
Com quem executa:
Delegacia Federal do MDA; Programa Luz para Todos/MME; Prefeituras Municipais, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, BB/Fome Zero, movimentos sociais.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
1. comunidade rural com baixo IDH; 2. não ter biblioteca em funcionamento; 3. realizar a reunião de consulta comunitária; 4. preencher o formulário de perfil comunitário durante a reunião de consulta, indicando o local de funcionamento da biblioteca, os temas de interesse para formação dos acervos e os nomes dos moradores que serão capacitados como agentes de leitura; (formulário na pasta Arca das Letras) 5. enviar o formulário para a Coordenação de Ação Cultural/SRA/MDA; 6. promover a participação dos moradores indicados para as atividades de capacitação que serão realizadas no território. obs.: as metas propostas serão experiências-piloto em cada território, visando posterior ampliação do Programa; as metas poderão

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

ser ampliadas nos territórios a partir das parcerias que forem estruturadas; os territórios podem também garantir a ampliação das metas com a fabricação do móvel arca (modelo na pasta Arca das Letras).

Papel do colegiado na definição da prioridade:

Deliberativo; indicação das comunidades que serão atendidas.

Forma de acesso ao recurso:

Indireto.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
710 Bibliotecas Implantadas	0 Bibliotecas Implantadas	710 Bibliotecas Implantadas

Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 397.000,00	R\$ 0,00	R\$ 397.000,00

Maiores Informações:

www.mda.gov.br

www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	10	5.600,00	10	5.600,00

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

51 - Programa Nacional de Crédito Fundiário / 2010

Ação (nome de fantasia):
Programa Nacional de Crédito Fundiário / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Famílias Beneficiadas
Descrição:
<p>O Programa de Crédito Fundiário integra o Plano Nacional de Reforma Agrária como um instrumento de acesso a terra por meio de financiamento para compra de imóveis rurais não passíveis de desapropriação. O Programa também concede crédito para investimentos básicos e estruturação da unidade produtiva, beneficiando trabalhadores rurais sem-terra, minifundistas e jovens rurais, buscando a ocupação produtiva permanente para as famílias beneficiadas, o aumento da renda e a conseqüente melhoria das condições de vida da população rural. Existem, ainda, créditos adicionais para projetos de convivência com a seca no semi-árido e para recuperação de passivos ambientais. O Programa Nacional de Crédito Fundiário é financiado com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, fundo especial de natureza contábil, criado pela Lei Complementar N° 93, de 04 de fevereiro de 1998, tem a finalidade de financiar programas de reordenamento fundiário e de assentamento rural e Decreto-Lei 6.672 de 02 de dezembro de 2008, destinado ao financiamento parcial do Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, que é parte integrante do Programa. O Programa oferece atualmente três linhas de ação: · Combate à Pobreza Rural: financia a aquisição de imóveis rurais e investimentos básicos e comunitários, contemplando as camadas mais necessitadas da população rural, trabalhadores rurais sem-terra, pequenos produtores com acesso precário à terra e proprietários de minifúndios, cuja área não alcance a dimensão de propriedade familiar. Nesta linha o financiamento para a aquisição de imóveis é reembolsável e os recursos partem do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. O financiamento para investimentos básicos e comunitários não é reembolsável e os recursos são provenientes do Orçamento Geral da União. · Nossa Primeira Terra: atende às demandas de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28 anos, visando reduzir o êxodo rural. · Consolidação da Agricultura Familiar: essa linha é voltada para agricultores com renda familiar inferior a 15 mil reais e patrimônio inferior a 30 mil reais. As aquisições podem ser individuais ou realizadas por grupos de agricultores. Os financiamentos para aquisição de imóveis e para investimentos comunitários são reembolsáveis. Um dos objetivos estratégicos do Programa Nacional de Crédito Fundiário é beneficiar as famílias das regiões mais pobres do país.</p>
Beneficiários:
Veja o conteúdo do campo 'Procedimentos e Critérios para Definição da Prioridade' (abaixo)
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA
Unidade Executora:
Secretaria de Reordenamento Agrário - SRA

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Com quem executa:		
A estratégia de implantação e execução do Programa está baseada na descentralização das ações, com a participação dos Estados, dos municípios e das comunidades. Além disso, conta com a efetiva participação dos movimentos sindicais de trabalhadores rurais e da agricultura familiar.		
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:		
Podem ser beneficiadas pelo projeto os homens e as mulheres pertencentes às seguintes categorias de trabalhadores: - Trabalhadores rurais sem terra (assalariados permanentes ou temporários, diaristas, etc); - Pequenos produtores rurais com acesso precário à terra (arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, posseiros, etc); - Proprietários de minifúndios, ou seja, proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar, assim definida no inciso II do art. 4º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e seja comprovadamente insuficiente para gerar renda capaz de lhes proporcionar o próprio sustento e o de suas famílias. Os jovens estão incluídos em todas estas categorias, bem como os idosos, exceto os funcionários públicos inativos e os trabalhadores de mais de 65 (sessenta e cinco) anos. Os Conselhos Estaduais poderão aprovar a participação de beneficiários com mais de 65 anos, assegurando-se de que isto não comprometerá a capacidade de implantação do projeto e de pagamento dos financiamentos.		
Papel do colegiado na definição da prioridade:		
Consultivo sobre todas as propostas e os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável definem as metas, as prioridades e a estratégia de implantação do Programa no Estado, com poder deliberativo sobre todas as solicitações de financiamento.		
Forma de acesso ao recurso:		
Através da Unidade Técnica Estadual e em parceria com Sindicato dos Trabalhadores(as) rurais		
Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
1.173 Famílias Beneficiadas	0 Famílias Beneficiadas	1.173 Famílias Beneficiadas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 45.649.000,00	R\$ 0,00	R\$ 45.649.000,00
Maiores Informações:		
http://comunidades.mda.gov.br/portal/sra/ www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	2	80.000,00	2	80.000,00

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

52 - Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência / 2010

Ação (nome de fantasia):
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Pessoas com Deficiência Atendidas
Descrição:
Garantir a renda mensal de 1 salário mínimo à pessoa com deficiência incapacitada para o trabalho e para a vida independente que não possua meios de prover sua manutenção nem tê-la provida por sua família, em conformidade com o preconizado nos arts. 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993).
Beneficiários:
Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Social - MDS
Unidade Executora:
Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS
Com quem executa:
Compete ao Instituto Nacional do Seguro Social do Ministério da Previdência Social (INSS) a operacionalização do BPC, sendo este responsável por: receber requerimentos, conceder, manter, revisar, suspender ou fazer cessar o benefício, entre outras responsabilidades. Todo recurso financeiro do BPC provém do orçamento do MDS, que descentraliza ao INSS para pagamento direto ao beneficiário, nas modalidades de depósito em conta e cartão magnético via rede bancária e, nas localidades onde não houver estabelecimento bancário, o pagamento pode ser efetuado por órgãos autorizados pelo INSS.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
De acordo com o artigo 203 da Constituição Federal de 1988, o artigo 20 da Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742, de 07/12/1993) e o Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, os critérios adotados para concessão do BPC as pessoas com deficiência são: ter deficiência que incapacita para a vida independente e para o trabalho, identificada por avaliação da deficiência e do grau de incapacidade, realizada por perícia médica do INSS; renda mensal bruta familiar, dividida pelo número de seus integrantes, inferior a um quarto do salário mínimo vigente; e não possuir outro benefício no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, salvo o de assistência médica.

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Papel do colegiado na definição da prioridade:

Controle social. As prioridades das ações relativas à política pública de assistência social, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, são pactuadas no âmbito das comissões intergestores bipartite e tripartite (CIB e CIT), instâncias de articulação e pactuação dessa política entre os entes federados, e deliberadas pelos conselhos de assistência social, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93), com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e com a Norma Operacional Básica de Assistência Social - NOB/SUAS. Na definição dessas prioridades são considerados os critérios mencionados anteriormente (Como a prioridade é/foi definida). Dessa forma, o Colegiado Territorial tem também um relevante papel no âmbito de seus Territórios no sentido articular/mobilizar as ações na perspectiva da integração de serviços e benefícios, acompanhar a implantação e execução das ações, incluindo as estratégias de gestão adotadas, e verificar o alcance dos usuários.

Forma de acesso ao recurso:

A pessoa que atende aos critérios do benefício deverá fazer o requerimento junto à Agência da Previdência Social à qual o município onde ela reside está vinculado. Após a concessão, o benefício será pago por meio da rede bancária local.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
515.903 Pessoas com Deficiência Atendidas	0 Pessoas com Deficiência Atendidas	515.903 Pessoas com Deficiência Atendidas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 3.131.937.446,00	R\$ 0,00	R\$ 3.131.937.446,00

Maiores Informações:

www.mds.gov.br/suas
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	2.094	12.714.720,00	5.271	31.996.788,00

Detalhamento desta ação:

Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS											
Ação: Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência											
Unidade de meta física (Matriz): Pessoa com Deficiência Atendida											
Território	Município	UF	IBGE	Meta Física Prevista	Meta Física Executada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Executada	Detalhamento da meta física (Produto detalhado)	Comunidade / Localidade / Projeto de Assentamento	Público Beneficiado	Com quem executa (parceiro)
MEIO OESTE CONTESTADO	Abelardo Luz	SC	4200101	186	163	1.132.038	331.500	Pessoa com Deficiência	-	Pessoa com deficiência	INSS e CEF

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

								Atendida		incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	
MEIO OESTE CONTESTADO	Água Doce	SC	4200408	56	60	339.965	119.340	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Bom Jesus	SC	4202537	15	11	93.270	23.460	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Capinzal	SC	4203907	132	126	802.590	258.060	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Catanduvas	SC	4204004	136	135	828.067	270.810	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Coronel Martins	SC	4204459	12	16	70.642	32.130	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Entre Rios	SC	4205175	0	0	0	0	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida	INSS e CEF

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	
MEIO OESTE CONTESTADO	Erval Velho	SC	4205209	37	34	225.355	69.870	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Faxinal dos Guedes	SC	4205308	85	73	513.513	147.900	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Galvão	SC	4205605	36	35	219.308	71.400	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Herval d'Oeste	SC	4206702	141	150	856.150	299.972	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Ibicaré	SC	4206801	21	23	128.458	46.410	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Ipuaçu	SC	4207684	42	42	256.491	81.090	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho	INSS e CEF

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	
MEIO OESTE CONTESTADO	Joaçaba	SC	4209003	166	200	1.009.514	403.516	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Jupiá	SC	4209177	8	9	50.590	18.360	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Lacerdópolis	SC	4209201	10	9	61.467	18.360	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Lajeado Grande	SC	4209458	8	5	50.590	10.200	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Luzerna	SC	4210035	1.122	33	6.811.438	65.770	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Marema	SC	4210555	25	17	151.770	37.740	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per	INSS e CEF

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										capita inferior a um quarto do salário mínimo	
MEIO OESTE CONTESTADO	Ouro	SC	4211801	35	34	212.662	69.360	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Ouro Verde	SC	4211850	4	6	25.295	10.710	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Passos Maia	SC	4212270	46	48	279.257	97.410	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Ponte Serrada	SC	4213401	138	126	838.087	256.530	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	São Domingos	SC	4216107	103	98	622.449	197.880	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Treze Tílias	SC	4218509	38	37	230.690	75.990	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do	INSS e CEF

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										salário mínimo	
MEIO OESTE CONTESTADO	Vargeão	SC	4219101	35	30	214.362	63.240	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Vargem Bonita	SC	4219176	0	0	0	0	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Xanxerê	SC	4219507	411	398	2.494.453	802.740	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Xaxim	SC	4219705	114	117	692.577	234.090	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Bela Vista do Toldo	SC	4202131	10	10	60.708	20.400	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Campo Alegre	SC	4203303	80	74	482.855	149.940	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

PLANALTO NORTE	Canoinhas	SC	4203808	430	403	2.608.709	801.486	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Irineópolis	SC	4207908	117	108	711.702	223.669	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Itaiópolis	SC	4208104	77	74	467.856	146.880	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Mafra	SC	4210100	281	253	1.704.954	502.716	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Major Vieira	SC	4210308	67	57	405.064	117.300	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Matos Costa	SC	4210704	28	31	170.185	62.220	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
		SC	4211108	87	75	525.358	155.040		-		

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

PLANALTO NORTE	Monte Castelo							Pessoa com Deficiência Atendida		Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Papanduva	SC	4212205	82	83	499.914	164.220	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Porto União	SC	4213609	435	409	2.642.271	823.636	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Rio Negrinho	SC	4215000	235	198	1.426.678	397.270	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	São Bento do Sul	SC	4215802	240	231	1.455.808	458.898	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Três Barras	SC	4218301	68	60	413.870	119.850	Pessoa com Deficiência Atendida	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
Total geral				5.401	4.101	32.786.980	8.257.362	-	-	-	-

Fonte: Síntese/Dataprev, em maio de 2010.

53 - Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa / 2010

Ação (nome de fantasia):
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Pessoas Idosas Atendidas
Descrição:
Garantir a renda mensal de 1 salário mínimo à pessoa idosa com 65 anos de idade ou mais que não possua meios de prover sua manutenção nem tê-la provida por sua família, em conformidade com o preconizado nos arts. 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993) e no Estatuto do Idoso (Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003).
Beneficiários:
Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Social - MDS
Unidade Executora:
Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS
Com quem executa:
Compete ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) do Ministério da Previdência Social a operacionalização do BPC, sendo este responsável por: receber requerimentos, conceder, manter, revisar, suspender ou fazer cessar o benefício, entre outras responsabilidades. Todo recurso financeiro do BPC provém do orçamento do MDS, que descentraliza ao INSS para pagamento direto ao beneficiário, nas modalidades de depósito em conta e cartão magnético via rede bancária e, nas localidades onde não houver estabelecimento bancário, o pagamento pode ser efetuado por órgãos autorizados pelo INSS.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
De acordo com o artigo 203 da Constituição Federal de 1988, o artigo 20 da Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993/12/1993), o artigo 34 do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003/10/2003) e o Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, os critérios adotados para concessão do BPC a pessoas idosas são: ter 65 anos de idade ou mais; renda mensal bruta familiar, dividida pelo número de seus integrantes, inferior a um quarto do salário mínimo vigente; e não possuir outro benefício no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, salvo o de assistência médica.

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Papel do colegiado na definição da prioridade:

Controle social. As prioridades das ações relativas à política pública de assistência social, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, são pactuadas no âmbito das comissões intergestores bipartite e tripartite (CIB e CIT), instâncias de articulação e pactuação dessa política entre os entes federados, e deliberadas pelos conselhos de assistência social, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93), com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e com a Norma Operacional Básica de Assistência Social - NOB/SUAS. Na definição dessas prioridades são considerados os critérios mencionados anteriormente (como a prioridade é/foi definida). Dessa forma o Colegiado Territorial também tem um relevante papel no âmbito de seus Territórios no sentido de articular as ações na perspectiva da integração de serviços e benefícios, acompanhar a implantação e execução das ações, incluindo as estratégias de gestão adotadas, e verificar o alcance dos usuários.

Forma de acesso ao recurso:

A pessoa que atende aos critérios do benefício deverá fazer o requerimento junto à Agência da Previdência Social à qual o município onde ela reside está vinculado. Após a concessão, o benefício será pago por meio da rede bancária local.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
379.309 Pessoas Idosas Atendidas	0 Pessoas Idosas Atendidas	379.309 Pessoas Idosas Atendidas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 2.302.712.133,00	R\$ 0,00	R\$ 2.302.712.133,00

Maiores Informações:

www.mds.gov.br/suas
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	1.106	6.712.662,00	3.961	24.046.767,00

Detalhamento desta ação:

Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS												
Ação: Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa												
Unidade de meta física (Matriz): Pessoa Idosa Atendida												
Território	Município	UF	IBGE	Meta Física Prevista	Meta Física Executada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Executada	Detalhamento da meta física (Produto detalhado)	Comunidade / Localidade / Projeto de Assentamento	Público Beneficiado	Com quem executa (parceiro)	
MEIO OESTE CONTESTADO	Abelardo Luz	SC	4200101	97	86	588.684	173.380	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com	INSS e CEF	

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	
MEIO OESTE CONTESTADO	Água Doce	SC	4200408	23	25	140.528	48.960	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Bom Jesus	SC	4202537	9	6	54.637	12.240	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Capinzal	SC	4203907	89	96	543.189	197.370	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Catanduvas	SC	4204004	71	72	431.110	147.900	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Coronel Martins	SC	4204459	0	0	0	0	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Entre Rios	SC	4205175	0	0	0	0	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita	INSS e CEF

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										inferior a um quarto do salário mínimo	
MEIO OESTE CONTESTADO	Erval Velho	SC	4205209	20	23	123.517	47.430	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Faxinal dos Guedes	SC	4205308	37	30	221.980	60.690	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Galvão	SC	4205605	10	11	60.708	21.420	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Herval d'Oeste	SC	4206702	72	74	437.184	150.960	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Ibicaré	SC	4206801	4	6	21.855	12.240	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Ipuaçu	SC	4207684	1	1	6.071	2.040	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do	INSS e CEF

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										salário mínimo	
MEIO OESTE CONTESTADO	Joaçaba	SC	4209003	72	100	436.748	203.470	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Jupiá	SC	4209177	4	4	24.283	8.160	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Lacerdópolis	SC	4209201	9	9	54.637	18.360	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Lajeado Grande	SC	4209458	0	1	0	1.020	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Luzerna	SC	4210035	1.681	37	10.205.015	78.030	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Marema	SC	4210555	5	4	32.378	8.160	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

MEIO OESTE CONTESTADO	Ouro	SC	4211801	34	33	206.597	67.320	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Ouro Verde	SC	4211850	4	2	27.319	4.080	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Passos Maia	SC	4212270	18	16	110.378	35.190	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Ponte Serrada	SC	4213401	77	76	467.452	154.530	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	São Domingos	SC	4216107	36	34	219.308	69.360	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Treze Tílias	SC	4218509	12	10	70.248	20.392	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
	Vargeão	SC	4219101	16	17	97.566	32.640		-		

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

MEIO OESTE CONTESTADO								Pessoa Idosa Atendida		Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Vargem Bonita	SC	4219176	0	0	0	0	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Xanxerê	SC	4219507	231	216	1.404.530	437.649	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Xaxim	SC	4219705	95	92	575.636	186.660	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Bela Vista do Toldo	SC	4202131	6	7	37.942	13.770	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Campo Alegre	SC	4203303	28	27	170.216	56.100	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
	Canoinhas	SC	4203808	225	212	1.366.900	427.628		-		

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

PLANALTO NORTE								Pessoa Idosa Atendida		Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Irineópolis	SC	4207908	22	23	134.492	44.800	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Itaiópolis	SC	4208104	11	16	67.246	30.600	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Mafra	SC	4210100	146	131	884.453	265.200	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Major Vieira	SC	4210308	7	7	43.170	14.790	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Matos Costa	SC	4210704	6	6	36.425	12.240	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
		SC	4211108	9	13	54.637	26.520		-		

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

PLANALTO NORTE	Monte Castelo							Pessoa Idosa Atendida		Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Papanduva	SC	4212205	22	25	133.861	49.470	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Porto União	SC	4213609	249	240	1.513.297	484.541	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Rio Negrinho	SC	4215000	136	127	822.823	258.696	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	São Bento do Sul	SC	4215802	178	186	1.080.920	369.406	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Três Barras	SC	4218301	24	24	146.913	46.410	Pessoa Idosa Atendida	-	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo	INSS e CEF
Total geral				3.798	2.125	23.054.853	4.299.821	-	-	-	-

Fonte: Síntese/Dataprev, em maio de 2010.

54 - Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS / 2010

Ação (nome de fantasia):
Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Pessoas Atendidas
Descrição:
<p>O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) constitui-se em uma unidade pública estatal de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados. Tem como objetivo a reparação de direitos, o fortalecimento de vínculos e a reconstrução de relações familiares e comunitárias, na perspectiva da superação de padrões violadores de relacionamento, oferecendo os seguintes serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Serviço de Enfrentamento à Violência e ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Ação Orçamentária 2383): ofertado em todos os CREAS do país, tem como objetivo assegurar proteção imediata e atendimento psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de violência (física, psicológica, negligência grave), abuso ou exploração sexual, bem como a seus familiares; - Serviço de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias (Ação Orçamentária 2A65): tem como objetivo o atendimento, orientação, proteção e acompanhamento psicossocial sistemático a indivíduos e famílias em situação de risco e violência. Visa potencializar os recursos da família para o exercício de sua função protetiva oferecendo, inclusive, orientação jurídico-social nos casos de ameaça e violação de direitos individuais e coletivos; - Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas (Ação Orçamentária 8524): Desenvolve acompanhamento técnico especializado aos adolescentes que estejam cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida-LA e Prestação de Serviços à Comunidade-PSC em função de cometimento de ato infracional. Busca a inclusão dos adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas nos Programas destinados à Juventude, e às suas famílias em serviços e projetos da rede socioassistencial e das demais políticas públicas.
Beneficiários:
Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros.
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Social - MDS
Unidade Executora:
Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS
Com quem executa:

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Governo Estadual, do DF e Municipal		
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:		
Situação identificada de violação de direitos.		
Papel do colegiado na definição da prioridade:		
As metas físicas e financeiras já tem aplicação prevista e o controle social deve ser feito em conjunto com as instâncias de controle social do Programa. As prioridades das ações relativas à política pública de assistência social, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, são pactuadas no âmbito das comissões intergestores bipartite e tripartite (CIB e CIT), instâncias de articulação e pactuação dessa política entre os entes federados, e deliberadas pelos conselhos de assistência social, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93), com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e com a Norma Operacional Básica de Assistência Social - NOB/SUAS. Na definição dessas prioridades são considerados os critérios mencionados anteriormente (Como a prioridade é/foi definida). Dessa forma o Colegiado Territorial tem também um relevante papel no âmbito de seus Territórios de articular as ações na perspectiva de acompanhar a implantação e execução das ações e a integração de serviços e benefícios e verificar o alcance dos usuários.		
Forma de acesso ao recurso:		
A partir da disponibilidade orçamentária são pactuados critérios de expansão de recursos na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), que é a instância de articulação e pactuação da política pública de assistência social, com a participação de representantes dos governos federal, para inclusão de novos Territórios. O co-financiamento federal para esses serviços se dá por meio de transferência de recursos do Fundo Nacional para os Fundos Municipais de Assistência Social.		
Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
31.330 Pessoas Atendidas	0 Pessoas Atendidas	31.330 Pessoas Atendidas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 35.518.896,00	R\$ 0,00	R\$ 35.518.896,00
Maiores Informações:		
www.mds.gov.br/suas www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	360	530.400,00	360	530.400,00
Encaminhamento do Colegiado: *					
Comentário do(a) Gestor(a):					

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Detalhamento desta ação:

Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS											
Ação: Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS											
Unidade de meta física (Matriz): Pessoa Atendida											
Território	Município	UF	IBGE	Meta Física Prevista	Meta Física Executada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Executada	Detalhamento da meta física (Produto detalhado)	Comunidade / Localidade / Projeto de Assentamento	Público Beneficiado	Com quem executa (parceiro)
MEIO OESTE CONTESTADO	Abelardo Luz	SC	4200101	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
MEIO OESTE CONTESTADO	Água Doce	SC	4200408	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
MEIO OESTE CONTESTADO	Bom Jesus	SC	4202537	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de	Governo Estadual, do GDF e Municipal

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	
MEIO OESTE CONTESTADO	Capinzal	SC	4203907	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
MEIO OESTE CONTESTADO	Catanduvas	SC	4204004	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
MEIO OESTE CONTESTADO	Coronel Martins	SC	4204459	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação	Governo Estadual, do GDF e Municipal

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	
MEIO OESTE CONTESTADO	Entre Rios	SC	4205175	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
MEIO OESTE CONTESTADO	Erval Velho	SC	4205209	50	50	12.400	12.400	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
MEIO OESTE CONTESTADO	Faxinal dos Guedes	SC	4205308	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças,	Governo Estadual, do GDF e Municipal

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										abandonos, carências materiais, dentre outros	
MEIO OESTE CONTESTADO	Galvão	SC	4205605	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
MEIO OESTE CONTESTADO	Herval d'Oeste	SC	4206702	50	50	18.000	18.000	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
MEIO OESTE CONTESTADO	Ibicaré	SC	4206801	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre	Governo Estadual, do GDF e Municipal

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										outros	
MEIO OESTE CONTESTADO	Ipaçu	SC	4207684	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
MEIO OESTE CONTESTADO	Joaçaba	SC	4209003	80	80	52.000	52.000	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
MEIO OESTE CONTESTADO	Jupirá	SC	4209177	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
	Lacerdópolis	SC	4209201	0	0	0	0		-		

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

MEIO OESTE CONTESTADO								Pessoa Atendida		Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
MEIO OESTE CONTESTADO	Lajeado Grande	SC	4209458	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
MEIO OESTE CONTESTADO	Luzerna	SC	4210035	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
MEIO OESTE CONTESTADO	Marema	SC	4210555	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco	Governo Estadual, do GDF e

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										peçoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Municipal
MEIO OESTE CONTESTADO	Ouro	SC	4211801	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
MEIO OESTE CONTESTADO	Ouro Verde	SC	4211850	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
MEIO OESTE CONTESTADO	Passos Maia	SC	4212270	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de	Governo Estadual, do GDF e Municipal

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	
MEIO OESTE CONTESTADO	Ponte Serrada	SC	4213401	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
MEIO OESTE CONTESTADO	São Domingos	SC	4216107	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
MEIO OESTE CONTESTADO	Treze Tílias	SC	4218509	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência	Governo Estadual, do GDF e Municipal

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	
MEIO OESTE CONTESTADO	Vargeão	SC	4219101	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
MEIO OESTE CONTESTADO	Vargem Bonita	SC	4219176	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
MEIO OESTE CONTESTADO	Xanxerê	SC	4219507	80	80	39.200	39.200	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de	Governo Estadual, do GDF e Municipal

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	
MEIO OESTE CONTESTADO	Xaxim	SC	4219705	80	80	28.800	28.800	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
PLANALTO NORTE	Bela Vista do Toldo	SC	4202131	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
PLANALTO NORTE	Campo Alegre	SC	4203303	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação	Governo Estadual, do GDF e Municipal

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	
PLANALTO NORTE	Canoinhas	SC	4203808	120	120	37.072	37.072	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
PLANALTO NORTE	Irineópolis	SC	4207908	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
PLANALTO NORTE	Itaiópolis	SC	4208104	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças,	Governo Estadual, do GDF e Municipal

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										abandonos, carências materiais, dentre outros	
PLANALTO NORTE	Mafra	SC	4210100	120	120	35.872	35.872	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
PLANALTO NORTE	Major Vieira	SC	4210308	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
PLANALTO NORTE	Matos Costa	SC	4210704	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre	Governo Estadual, do GDF e Municipal

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										outros	
PLANALTO NORTE	Monte Castelo	SC	4211108	50	50	18.000	18.000	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
PLANALTO NORTE	Papanduva	SC	4212205	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
PLANALTO NORTE	Porto União	SC	4213609	50	50	18.000	18.000	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
		SC	4215000	0	0	0	0		-		

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

PLANALTO NORTE	Rio Negrinho							Pessoa Atendida		Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
PLANALTO NORTE	São Bento do Sul	SC	4215802	120	120	37.072	37.072	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
PLANALTO NORTE	Três Barras	SC	4218301	0	0	0	0	Pessoa Atendida	-	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros	Governo Estadual, do GDF e Municipal
Total geral				800	800	296.416	296.416	-	-	-	-

55 - Programa de Atenção Integral à Família / 2010

Ação (nome de fantasia):
Programa de Atenção Integral à Família / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Famílias Referenciadas
Descrição:
Atende famílias em situação de vulnerabilidade social, que vivem no território de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Estas famílias são atendidas em serviços de proteção social básica ofertados nos CRAS, ou encaminhadas para serviços de proteção básica referenciados aos CRAS, encaminhados para serviços de proteção especial de assistência social ou para serviços de outros setores. O PAIF presta ainda serviços de caráter preventivo a ocorrência de riscos sociais e de fragilização de vínculos familiares. Incentiva a participação da população na Política de Assistência Social.
Beneficiários:
Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras), que vivem no território de abrangência dos CRAS. São usuárias ou poderão vir a ser usuárias dos serviços do SUAS. Estima-se que cerca de 20% das famílias referenciadas são anualmente atendidas nos CRAS.
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Social - MDS
Unidade Executora:
Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS
Com quem executa:
Governo Municipal e do DF
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Uma primeira condição para que os municípios possam participar da partilha de recursos do co-financiamento do governo federal refere-se à habilitação em um dos níveis de gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que implica ter, minimamente, as seguintes condições: plano de assistência social, conselho de assistência social, fundo de assistência social e investimento na política de assistência social com recursos financeiros próprios. Os critérios de partilha de recursos do governo federal são pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CITs e deliberados pelo Conselho Nacional de

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Assistência Social - CNAS, conforme preconizado no inciso IX do art. 18 e nos incisos V e VI do art. 19 da Lei Orgânica da Assistência Social - Lei 8.742/93. Nessa direção, o co-financiamento do governo federal para esses serviços vem sendo realizado com base no Índice SUAS, composto pelos seguintes indicadores: taxa de pobreza, receita corrente líquida per capita, recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS para a proteção social básica e o indicador complementar que se refere à despesa per capita classificada como função assistência social, informada pelos entes federados quando do preenchimento do SISTN (Sistema do Tesouro Nacional).

Papel do colegiado na definição da prioridade:

Controle Social. A partilha dos recursos é feita com base em critérios nacionalmente pactuados. O MDS tem buscado priorizar as Agendas Sociais, especialmente aquelas que potencializam serviços, programas e ações em territórios, criando condições para potencializar a gestão intersetorial. O controle social dos serviços prestados e dos recursos deve ser feito em conjunto com as instâncias de controle social, a saber, os Conselhos de Assistência Social. As prioridades do Sistema Único de Assistência Social - SUAS são pactuadas nas comissões intergestores bipartite e tripartite (CIB e CIT), instâncias de articulação e pactuação dessa política entre os entes federados, e deliberadas pelos conselhos de assistência social, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93), com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e com a Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS. Dessa forma, o Colegiado Territorial deve apresentar a agenda Territórios da Cidadania na Comissão Bipartite de seu Estado e no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social. Deve ser composto ainda por membro responsável pela política de assistência social no município (ou território), de forma a favorecer a articulação entre os setores e parceiros integrantes deste Colegiado.

Forma de acesso ao recurso:

O co-financiamento é viabilizado, de acordo com norma vigente, mediante transferência fundo a fundo, do Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social, de maneira regular e automática, mensalmente e sem interrupção, para atendimento da população, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), em municípios habilitados nos níveis de gestão básica ou plena do Sistema Único de Assistência Social. A transferência (fundo a fundo) é efetuada sob a forma de Piso Básico Fixo.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
6.786.650 Famílias Referenciadas	0 Famílias Referenciadas	6.786.650 Famílias Referenciadas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 146.592.000,00	R\$ 0,00	R\$ 146.592.000,00

Maiores Informações:

www.mds.gov.br/suas
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	60.500	1.306.800,00	58.000	1.252.800,00

Encaminhamento do Colegiado: *

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Comentário do(a) Gestor(a): A meta Física e Financeira prevista inicialmente foi reduzida, em consequência da não adesão do Município à nova forma de repasse dos recursos para a Proteção Social Básica, vigente a partir de janeiro de 2010.

Detalhamento desta ação:

Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS									
Ação: Programa de Atenção Integral à família - PAIF									
Unidade de meta física (Matriz): Família Referenciada									
Território	Município	UF	IBGE	Meta Física Prevista	Meta Financeira Prevista	Detalhamento da meta física (Produto detalhado)	Comunidade / Localidade / Projeto de Assentamento	Público Beneficiado	Com quem executa (parceiro)
MEIO OESTE CONTESTADO	Abelardo Luz	SC	4200101	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Gov. municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Água Doce	SC	4200408	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Gov. municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Bom Jesus	SC	4202537	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Gov. municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Capinzal	SC	4203907	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Gov. municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Catanduvas	SC	4204004	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos	Gov. municipal e GDF

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

								afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	
MEIO OESTE CONTESTADO	Coronel Martins	SC	4204459	0	0,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Entre Rios	SC	4205175	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Erval Velho	SC	4205209	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Faxinal dos Guedes	SC	4205308	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Galvão	SC	4205605	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Herval d'Oeste	SC	4206702	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social	Governo municipal e GDF

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

								(discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	
MEIO OESTE CONTESTADO	Ibicaré	SC	4206801	0	0,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Ipuaçú	SC	4207684	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Joaçaba	SC	4209003	3.500	75.600,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Jupirá	SC	4209177	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Lacerdópolis	SC	4209201	0	0,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Lajeado Grande	SC	4209458	0	0,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

								dentre outras)	
MEIO OESTE CONTESTADO	Luzerna	SC	4210035	0	0,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Marema	SC	4210555	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Ouro	SC	4211801	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Ouro Verde	SC	4211850	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Passos Maia	SC	4212270	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Ponte Serrada	SC	4213401	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

MEIO OESTE CONTESTADO	São Domingos	SC	4216107	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Treze Tílias	SC	4218509	0	0,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Vargeão	SC	4219101	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Vargem Bonita	SC	4219176	0	0,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Xanxerê	SC	4219507	3.500	75.600,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
MEIO OESTE CONTESTADO	Xaxim	SC	4219705	3.500	75.600,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
		SC	4202131	2.500	54.000,00		-		

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

PLANALTO NORTE	Bela Vista do Toldo					Família Referenciada		Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
PLANALTO NORTE	Campo Alegre	SC	4203303	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
PLANALTO NORTE	Canoinhas	SC	4203808	15.000	324.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
PLANALTO NORTE	Irineópolis	SC	4207908	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
PLANALTO NORTE	Itaiópolis	SC	4208104	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
PLANALTO NORTE	Mafra	SC	4210100	5.000	108.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
	Major Vieira	SC	4210308	0	0,00		-		

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

PLANALTO NORTE						Família Referenciada		Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
PLANALTO NORTE	Matos Costa	SC	4210704	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
PLANALTO NORTE	Monte Castelo	SC	4211108	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
PLANALTO NORTE	Papanduva	SC	4212205	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
PLANALTO NORTE	Porto União	SC	4213609	3.500	75.600,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
PLANALTO NORTE	Rio Negrinho	SC	4215000	3.500	75.600,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
		SC	4215802	10.000	216.000,00		-		

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

PLANALTO NORTE	São Bento do Sul					Família Referenciada		Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
PLANALTO NORTE	Três Barras	SC	4218301	2.500	54.000,00	Família Referenciada	-	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)	Governo municipal e GDF
Total geral				115.000	2.484.000	-	-	-	-

56 - Serviço Socioeducativo do PETI / 2010

Ação (nome de fantasia):
Serviço Socioeducativo do PETI / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Crianças e Adolescentes Atendidos
Descrição:
Garantir às crianças e aos adolescentes retirados do trabalho a oferta de serviços socioeducativo, no contraturno escolar, em estreita relação com a escola, família e a comunidade, tendo em vista o desenvolvimento de habilidades, trocas culturais e fortalecimento da auto-estima. Essa ação é desenvolvida de forma integrada com a transferência de renda às famílias, efetuada por meio do Bolsa Família.
Beneficiários:
Crianças e adolescentes de até 16 anos incompletos em situação de trabalho, bem como suas famílias.
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Social - MDS
Unidade Executora:
Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS
Com quem executa:
Governo Estadual, DF e Municipal.
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
As crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos são atendidas por meio dessa ação à partir da identificação da situação de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos. De acordo com a Portaria GM/MDS nº 666/2005 é de competência do gestor municipal a identificação e o cadastramento dessas crianças e adolescentes no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
As metas físicas e financeiras já tem aplicação prevista e o controle social deve ser feito em conjunto com as instâncias de controle social do Programa. As prioridades das ações relativas à política pública de assistência social, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, são pactuadas no âmbito das comissões intergestores bipartite e tripartite (CIB

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

e CIT), instâncias de articulação e pactuação dessa política entre os entes federados, e deliberadas pelos conselhos de assistência social, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93), com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e com a Norma Operacional Básica de Assistência Social - NOB/SUAS. Na definição dessas prioridades são considerados os critérios mencionados anteriormente (Como a prioridade é/foi definida). Dessa forma o Colegiado Territorial tem um relevante papel no âmbito de seus Territórios no sentido de articular as ações na perspectiva da integração de serviços e benefícios, acompanhar a implantação e execução das ações, incluindo as estratégias de gestão adotadas, e verificar o alcance dos usuários.

Forma de acesso ao recurso:

O programa está disponibilizado a todos os municípios por meio da identificação das situações de trabalho infantil, cabendo à Secretaria Municipal de Assistência Social realizar o cadastramento das famílias, crianças e adolescentes no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal e ofertar o serviço socioeducativo no âmbito de seu Território.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
408.755 Crianças e Adolescentes Atendidos	0 Crianças e Adolescentes Atendidos	408.755 Crianças e Adolescentes Atendidos
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 123.190.212,00	R\$ 0,00	R\$ 123.190.212,00

Maiores Informações:

www.mds.gov.br/suas
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	3.763	1.127.700,00	3.763	1.127.700,00

Encaminhamento do Colegiado: *

Comentário do(a) Gestor(a):

Detalhamento desta ação:

Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS											
Ação: Serviço Socioeducativo do PETI											
Unidade de meta física (Matriz): Crianças e Adolescentes Atendidos											
Território	Município	UF	IBGE	Meta Física Prevista	Meta Física Executada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Executada	Detalhamento da meta física (Produto detalhado)	Comunidade / Localidade / Projeto de Assentamento	Público Beneficiado	Com quem executa (parceiro)
MEIO OESTE CONTESTADO	Abelardo Luz	SC	4200101	604	604	60.500	60.500	Crianças e Adolescentes	-	Pessoa com deficiência	INSS e CEF

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

								Atendidos		incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	
MEIO OESTE CONTESTADO	Água Doce	SC	4200408	80	80	8.000	8.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Bom Jesus	SC	4202537	48	48	4.000	4.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Capinzal	SC	4203907	139	139	14.500	14.500	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Catanduvas	SC	4204004	163	163	16.000	16.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Coronel Martins	SC	4204459	68	68	6.500	6.500	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do	INSS e CEF

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

									salário mínimo.		
MEIO OESTE CONTESTADO	Entre Rios	SC	4205175	82	82	8.000	8.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Erval Velho	SC	4205209	62	62	7.000	7.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Faxinal dos Guedes	SC	4205308	86	86	8.500	8.500	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Galvão	SC	4205605	60	60	6.000	6.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Herval d'Oeste	SC	4206702	100	100	10.000	10.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Ibicaré	SC	4206801	0	0	0	0	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho	INSS e CEF

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	
MEIO OESTE CONTESTADO	Ipuacu	SC	4207684	65	65	6.500	6.500	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Joaçaba	SC	4209003	362	362	36.500	36.500	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Jupiá	SC	4209177	0	0	0	0	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Lacerdópolis	SC	4209201	0	0	0	0	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Lajeado Grande	SC	4209458	70	70	8.000	8.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
	Luzerna	SC	4210035	0	0	0	0		-		

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

MEIO OESTE CONTESTADO								Crianças e Adolescentes Atendidos		Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Marema	SC	4210555	58	58	6.000	6.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Ouro	SC	4211801	42	42	4.000	4.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Ouro Verde	SC	4211850	48	48	4.000	4.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Passos Maia	SC	4212270	118	118	12.000	12.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Ponte Serrada	SC	4213401	211	211	22.000	22.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per	INSS e CEF

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										capita inferior a um quarto do salário mínimo.	
MEIO OESTE CONTESTADO	São Domingos	SC	4216107	126	126	13.500	13.500	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Treze Tilias	SC	4218509	0	0	0	0	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Vargeão	SC	4219101	58	58	6.000	6.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Vargem Bonita	SC	4219176	0	0	0	0	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Xanxerê	SC	4219507	437	437	46.000	46.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
MEIO OESTE CONTESTADO	Xaxim	SC	4219705	236	236	23.500	23.500	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida	INSS e CEF

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	
PLANALTO NORTE	Bela Vista do Toldo	SC	4202131	66	66	6.500	6.500	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Campo Alegre	SC	4203303	0	0	0	0	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Canoinhas	SC	4203808	151	151	16.000	16.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Irineópolis	SC	4207908	74	74	7.500	7.500	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Itaiópolis	SC	4208104	0	0	0	0	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

PLANALTO NORTE	Mafra	SC	4210100	137	137	14.000	14.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Major Vieira	SC	4210308	112	112	11.500	11.500	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Matos Costa	SC	4210704	54	54	6.000	6.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Monte Castelo	SC	4211108	245	245	24.000	24.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Papanduva	SC	4212205	104	104	10.500	10.500	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Porto União	SC	4213609	0	0	0	0	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per	INSS e CEF

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

										capita inferior a um quarto do salário mínimo.	
PLANALTO NORTE	Rio Negrinho	SC	4215000	40	40	4.000	4.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	São Bento do Sul	SC	4215802	0	0	0	0	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
PLANALTO NORTE	Três Barras	SC	4218301	256	256	27.000	27.000	Crianças e Adolescentes Atendidos	-	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	INSS e CEF
Total geral				4.562	4.562	464.000	464.000	-	-	-	-

57 - Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família / 2010

Ação (nome de fantasia):
Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Famílias Atendidas
Descrição:
Contribuir para a redução da fome, da pobreza, da desigualdade e de outras formas de privação vividas pelas famílias mais excluídas, considerando três dimensões: o alívio imediato da pobreza, por meio da transferência de renda diretamente às famílias pobres e extremamente pobres; a contribuição para a redução da pobreza da geração seguinte, por meio do reforço do direito de acesso aos serviços de saúde e de educação, com o cumprimento das condicionalidades nestas áreas; e a articulação de ações complementares, de forma a desenvolver as capacidades das famílias beneficiárias.
Beneficiários:
Famílias com renda mensal de até R\$ 140,00 (cento e vinte reais) por pessoa, devidamente cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Social - MDS
Unidade Executora:
Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC
Com quem executa:
Governos municipais e estaduais
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
A estimativa de famílias pobres, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), constitui a meta de atendimento do programa em cada município. Dentro dessa meta, são selecionadas as famílias com menor renda mensal por pessoa. São beneficiárias as famílias com renda mensal de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) por pessoa, devidamente cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)
Papel do colegiado na definição da prioridade:

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Controle Social. As metas físicas e financeiras já tem aplicação prevista, e o controle social deve ser feito em conjunto com as instâncias de controle social do Programa (Conselhos Municipais). O Colegiado Territorial pode também exercer um papel articulador no sentido de identificar se existem famílias que atendem os critérios de elegibilidade para participar do Programa, mas ainda não foram incluídas no Cadastro Único. Esta articulação pode se dar junto às Instâncias de Controle Social e aos gestores municipais do PBF.

Forma de acesso ao recurso:

Os benefícios são transferidos diretamente para as famílias atendidas pelo programa. Para isso, as pessoas que se enquadram nos critérios do Programa devem estar inscritas no Cadastro Único (de responsabilidade das Prefeituras, através da Secretaria de Assistência Social).

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
4.333.073 Famílias Atendidas	0 Famílias Atendidas	4.333.073 Famílias Atendidas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 4.968.603.863,22	R\$ 0,00	R\$ 4.968.603.863,22

Maiores Informações:

<http://www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizsrch.asp>
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	As metas previstas podem ser alteradas de acordo com a Lei Orçamentária Anual a ser aprovada.
--	---

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	9.972	10.003.843,85	9.972	10.003.843,85

Detalhamento desta ação:

Unidade de meta física (Matriz): famílias atendidas							
Território	Município(s)	Meta Física prevista	Meta financeira prevista	Detalhamento da meta física (Produto detalhado)	Comunidade / Localidade / Projeto de Assentamento	Público Beneficiado	Com quem executa (parceiro)
	Abelardo Luz	1.136	1.329.118,95	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Água Doce	232	283.948,39	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Bom Jesus	155	191.853,10	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Capinzal	414	373.377,97	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Catanduvas	212	249.283,00	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Coronel Martins	130	129.303,70	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Entre Rios	344	398.596,27	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Erval Velho	156	166.177,51	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Faxinal dos Guedes	359	354.539,54	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Galvão	167	205.449,34	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Herval dOeste	714	486.140,89	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Ibicaré	128	109.773,75	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Ipuaçú	593	853.585,14	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Joaçaba	447	390.833,36	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Jupiaí	144	83.975,47	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Lacerdópolis	57	24.961,76	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Lajeado Grande	76	72.855,33	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Luzerna	122	71.650,74	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Marema	104	73.178,78	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Ouro	224	207.825,06	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Ouro Verde	79	97.304,02	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Passos Maia	419	501.521,70	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Ponte Serrada	667	598.201,12	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
São Domingos	374	495.889,13	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

	Treze Tílias	141	106.862,66	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Vargeão	152	172.735,83	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Vargem Bonita	118	136.152,02	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Xanxerê	1.302	1.292.100,15	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Xaxim	806	546.649,17	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
PLANALTO NORTE	Bela Vista do Toldo	375	433.919,72	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Campo Alegre	454	400.235,84	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Canoinhas	2.105	1.986.779,92	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Irineópolis	532	536.778,24	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Itaiópolis	1.005	1.058.432,19	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Mafra	1.769	1.994.085,53	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Major Vieira	453	462.907,93	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Matos Costa	244	315.334,63	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Monte Castelo	466	512.920,68	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Papanduva	937	985.922,62	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Porto União	1.369	1.109.761,06	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Rio Negrinho	1.449	842.219,62	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	São Bento do Sul	1.544	1.366.907,35	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Três Barras	805	1.099.667,06	Famílias atendidas	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais

58 - Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada / 2010

Ação (nome de fantasia):
Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Municípios Atendidos
Descrição:
Aperfeiçoar a gestão descentralizada do Programa Bolsa Família por meio do repasse de recursos financeiros, de acordo com o Índice de Gestão Descentralizada IGD, que reflete a qualidade da gestão municipal no programa.
Beneficiários:
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e famílias inscritas no Cadastro Único
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Social - MDS
Unidade Executora:
Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC
Com quem executa:
Governos municipais e estaduais
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Para receber os recursos do IGD, os municípios deverão: a) ter aderido ao Programa Bolsa Família, nos termos da Portaria MDS/GM n° 246/05; b) estar habilitado em qualquer nível de gestão da Assistência Social; e c) atingir o valor mínimo de 0,55 no cálculo do IGD e atingir o valor mínimo de 0,2 em cada um dos quatro indicadores que compõem o IGD (taxa de cobertura qualificada de cadastros, taxa de atualização de cadastros, taxa de crianças com informações de frequência escolar e taxa de famílias com acompanhamento da agenda de saúde).
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Controle Social. As metas físicas e financeiras já tem aplicação prevista, e o controle social deve ser feito em conjunto com as instâncias de controle social do Programa (Conselhos Municipais). A ação possui critérios de elegibilidade do público-alvo e definições acerca de sua implantação e execução estabelecidas em regulamentos próprios. Os Colegiados podem verificar se os municípios do Território atendem os critérios dispostos e se estão recebendo os recursos. Podem, ainda, sugerir a

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

forma de execução dos recursos, em articulação com o gestor municipal do PBF e com a prefeitura.

Forma de acesso ao recurso:

Os recursos são repassados mensalmente do Fundo Nacional de Assistência Social ao Fundo Municipal de Assistência Social, de forma regular e automática, na modalidade fundo a fundo, e depositados em conta (aberta especialmente para fins de execução das atividades vinculadas à gestão do PBF).

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
1.830 Municípios Atendidos	0 Municípios Atendidos	1.830 Municípios Atendidos
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 102.192.372,48	R\$ 0,00	R\$ 102.192.372,48

Maiores Informações:

<http://www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizsrch.asp>
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

Comentário geral do gestor sobre esta ação:	As metas previstas poderão ser alteradas de acordo com a Lei Orçamentária Anual a ser aprovada.
--	---

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	29	305.732,72	29	305.732,72

Detalhamento desta ação:

Unidade de meta física (Matriz): municípios							
Território	Município(s)	Meta Física prevista	Meta financeira prevista	Detalhamento da meta física (Produto detalhado)	Comunidade / Localidade / Projeto de Assentamento	Público Beneficiado	Com quem executa (parceiro)
	Abelardo Luz	1	24.957,77	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Água Doce	1	10.961,18	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Bom Jesus	1	4.914,46	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Capinzal	1	15.899,74	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Catanduvas	1	10.961,18	Municípios	-		

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

					Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Coronel Martins	1	5.203,55	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Entre Rios	1	9.901,20	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Erval Velho	1	7.564,42	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Faxinal dos Guedes	1	11.226,18	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Galvão	1	8.961,67	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Herval dOeste	1	19.826,49	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Ibicaré	1	6.552,62	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Ipuaçu	1	11.683,90	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Joaçaba	1	17.345,17	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Jupiaá	1	5.203,55	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Lacerdópolis	1	1.734,52	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Lajeado Grande	1	1.927,24	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Luzerna	1	5.733,54	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Marema	1	2.746,32	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Ouro	1	7.708,96	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Ouro Verde	1	5.059,01	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Passos Maia	1	10.045,74	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Ponte Serrada	1	15.634,74	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
São Domingos	1	14.141,13	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Treze Tílias	1	5.396,28	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

	Vargeão	1	4.625,38	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Vargem Bonita	1	8.238,96	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Xanxerê	1	32.498,10	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Xaxim	1	19.079,69	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
PLANALTO NORTE	Bela Vista do Toldo	1	12.406,62	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Campo Alegre	1	12.936,61	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Canoinhas	1	46.615,15	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Irineópolis	1	13.562,96	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Itaiópolis	1	25.174,59	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Mafra	1	38.231,65	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Major Vieira	1	13.635,23	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Matos Costa	1	7.949,87	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Monte Castelo	1	14.478,40	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Papanduva	1	20.669,66	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Porto União	1	27.872,73	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	Rio Negrinho	1	24.789,14	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
	São Bento do Sul	1	26.210,48	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais
Três Barras	1	20.814,20	Municípios	-	Famílias pobres e extremamente pobres	Governos estaduais e municipais	

59 - PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar / 2010

Ação (nome de fantasia):
PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Toneladas de Alimentos Adquiridos
Descrição:
O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem como objetivo a garantia do direito humano à alimentação adequada para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação simultânea dos produtos adquiridos pelo Programa para entidades socioassistenciais e programas sociais locais. O Programa visa também o fortalecimento da agricultura familiar e geração de trabalho e renda no campo por meio da aquisição dos produtos da agricultura familiar e dos assentados da reforma agrária, respeitado o limite máximo individual por agricultor familiar, definido pelo regulamento do Programa. O PAA é uma das ações do Fome Zero, compondo o eixo do fortalecimento da agricultura familiar, o qual objetiva o desenvolvimento de ações específicas na agricultura familiar, tais como a promoção da geração de renda no campo e o aumento da produção de alimentos para o consumo.
Beneficiários:
Agricultores Familiares e Entidades Socioassistenciais
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Desenvolvimento Social - MDS
Unidade Executora:
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN
Com quem executa:
Operacionalizado por Governos Estaduais, Municipais e pela Conab
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
O Grupo Gestor do Programa, instituído por Decreto Presidencial, tem a finalidade de definir as medidas necessárias para a operacionalização do Programa, incluindo: Sistemática de aquisição dos produtos; Preços praticados que consideram as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar; Regiões prioritárias para implementação do Programa; Condições de doação dos produtos adquiridos; e Condições de venda dos produtos adquiridos. A seleção dos beneficiários produtores deverá, preferencialmente, adotar o critério de menor renda bruta anual familiar e seguir as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais PNPCT, que visam garantir a inclusão desses povos e comunidades nas políticas públicas. A seleção das

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

entidades socioassistenciais beneficiárias das doações de alimentos deverá ser aprovada pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar ou demais Conselhos correlatos. Deverão ser priorizadas as Entidades que desenvolvem trabalhos publicamente reconhecidos de atendimento às populações em situação de vulnerabilidade social, que compõem a rede socioassistencial local e forneçam, gratuitamente, refeições de forma continuada e que sejam carentes de recursos.

Papel do colegiado na definição da prioridade:

Papel Articulador/Mobilizador. O Colegiado pode ajudar na identificação de possíveis beneficiários, conforme critérios do Programa, e fazer as indicações aos órgãos executores (Governos Estaduais, Municipais e CONAB), tanto na questão da compra quanto na distribuição. O Colegiado também deve fazer o Controle Social de modo a verificar se os beneficiários, tanto os consumidores quanto os produtores que estão participando do Programa se enquadram, de fato, nos critérios de elegibilidade do Normativo emitido pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos. Garantindo, dessa forma, o atingimento das metas sociais do Programa.

Forma de acesso ao recurso:

Os beneficiários produtores são os agricultores familiares participantes, enquadrados nos grupos A, B, A/C e Agricultor Familiar do PRONAF, organizados, preferencialmente, em cooperativas e associações inclusive agroextrativistas, indígenas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, pescadores artesanais, aqüicultores familiares, assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais sem terra acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20/11/2003), ribeirinhos e demais comunidades e povos tradicionais. Devem procurar as Superintendências Regionais da Conab, Secretarias ou Órgãos de Extensão Rural que executam o PAA nos estados conveniados (PI, TO, PR, RN, SC, MA, AC, RR, RO, AP, BA, AL, PE e CE). Os beneficiários consumidores são as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (crianças, gestantes, idosos, dependentes químicos em tratamento, deficientes, doentes, famílias, indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária, pessoas atingidas por barragens, vitimadas por calamidades públicas, moradores de rua e de lixões, dentre outros) atendidas por programas sociais, instituições governamentais ou não governamentais integrantes da rede socioassistencial (creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos, APAES, Cozinhas Comunitárias, Banco de Alimentos, etc) que forneçam refeições. Devem procurar as Superintendências Regionais da Conab, Secretarias ou Órgãos de Extensão Rural que executam o PAA nos estados conveniados (PI, TO, PR, RN, SC, MA, AC, RR, RO, AP, BA, AL, PE e CE), Secretarias ou Órgão de Assistência Social, CONSEAs, Centros de Referência de Assistência Social CRAS, etc.

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
71.643 Toneladas de Alimentos Adquiridos	0 Toneladas de Alimentos Adquiridos	71.643 Toneladas de Alimentos Adquiridos
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 101.273.719,05	R\$ 0,00	R\$ 101.273.719,05

Maiores Informações:

www.mds.gov.br
www.territoriosdacidadania.gov.br

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	432	1.385.630,37	432	1.385.630,37

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

60 - Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas / 2010

Ação (nome de fantasia):
Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Organizações Indígenas Apoiadas
Descrição:
Execução de iniciativas voltadas à gestão sustentável dos recursos naturais presentes nas terras indígenas brasileiras, fomentando o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção da biodiversidade das terras indígenas brasileiras por meio de: fomento a gestão dos recursos naturais estratégicos; recuperação de sítios/ecossistemas com ocorrência de espécies usadas para fins econômicos; fomento a ações voltadas ao desenvolvimento de alternativas para subsistência, apoio à comercialização de produtos extrativistas e utilização de espécies nativas que possam ser manejadas, ações de capacitação e de educação ambiental.
Beneficiários:
Povos Indígenas
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Meio Ambiente - MMA
Unidade Executora:
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR
Com quem executa:
MDS
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Organizações Indígenas e Territórios da Cidadania.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Controle Social
Forma de acesso ao recurso:

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Execução Direta.		
Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
28 Organizações Indígenas Apoiadas	0 Organizações Indígenas Apoiadas	28 Organizações Indígenas Apoiadas
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 2.342.959,31	R\$ 0,00	R\$ 2.342.959,31
Maiores Informações:		
www.mma.gov.br www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	1	49.906,00	1	49.906,00

OBS: Esta ação não recebeu arquivo com detalhamento

61 - Fomento a Projetos Demonstrativos na Amazônia e na Mata Atlântica / 2010

Ação (nome de fantasia):
Fomento a Projetos Demonstrativos na Amazônia e na Mata Atlântica / 2010
Produto e Unidade de Medida:
Projetos Apoiados
Descrição:
Apóia financeiramente projetos de iniciativa local ou regional que visem desenvolver ou validar experiência demonstrativa na área de produção sustentável.
Beneficiários:
Agricultores Familiares, Assentados da Reforma Agrária e Povos e Comunidades Tradicionais
Ano do orçamento:
2010
Órgão Executor:
Min. do Meio Ambiente - MMA
Unidade Executora:
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR
Com quem executa:
Entidades da Sociedade Civil
Procedimentos e critérios para a definição da prioridade:
Os projetos informados nesta ação já foram contratados em 2009 e terão continuidade em 2010 com novos recursos.
Papel do colegiado na definição da prioridade:
Articulador/Mobilizador, na perspectiva de divulgar o edital, articula apresentação de propostas e agregar maior integração com outras ações no Território.
Forma de acesso ao recurso:
Parceiros já contratados.

Relatório do Plano de Execução 2010 - PARA USO INTERNO

Meta Fís. Territorializada:	Meta Fís. ainda não Territorializada:	Meta Física Total:
4 Projetos Apoiados	0 Projetos Apoiados	4 Projetos Apoiados
Meta Territorializada:	Meta ainda não Territorializada:	Meta Financeira Total:
R\$ 462.225,24	R\$ 0,00	R\$ 462.225,24
Maiores Informações:		
www.mma.gov.br/pda www.territoriosdacidadania.gov.br		

Metas Territorializadas:

#	Território	Meta Física Matriz	Meta Financeira Matriz (R\$)	Meta Física Ajustada	Meta Financeira Ajustada (R\$)
1	Meio Oeste Contestado - SC	1	220.716,00	1	117.096,00
Encaminhamento do Colegiado: *					
Comentário do(a) Gestor(a): Contrato de repasse nº 428*MA, assinado com a ASPTA.					

Detalhamento desta ação:

Produto e Unidade de Medida: Projetos Apoiados											
Território	Município(s)	Meta Física prevista	Meta Física Executada (Bens ou Serviços Entregues)	Meta financeira prevista	Meta Financeira Executada (Valor Pago)	Produto Detalhado	Detalhamento da meta física (Produto detalhado)	Comunidade / Localidade / Projeto de Assentamento	Público Beneficiado	Com quem executa (parceiro)	Situação da Execução (Etapa em que se encontra)
Meio Oeste Contestado	Todos os Municípios do Território	01 Projeto Apoiado	01 Projeto Apoiado	117096					Agricultores familiares	ASPTA	Projeto com execução normal

